



PROJETO DE LEI ORÇAMENTÁRIA PARA 2018

(Projeto de Lei nº 20/2017-CN)

Estima a receita e fixa a despesa da União
para o exercício financeiro de 2018

PARECER DA RECEITA

Senador ATAÍDES OLIVEIRA (PSDB/TO)
Relator da Receita

Senador DÁRIO BERGER (PMDB/SC)
Presidente da CMO



PARECER DA RECEITA
PL nº 20/2017-CN

“Estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2018”

SENADOR ATAÍDES DE OLIVEIRA
Relator da Receita

SENADOR DÁRIO BERGER
Presidente da CMO



ÍNDICE

1. RELATÓRIO	3
1.1 Considerações Iniciais	3
1.2 Resumo da Reestimativa da Receita para 2018	5
1.3 Cenário Econômico-Fiscal	6
1.4 Reestimativas de Receita do Congresso Nacional Comparadas com as Receitas Realizadas	13
1.5 Receitas Primárias em 2017	17
1.6 Receitas Primárias na Mensagem Modificativa da Proposta para 2018	20
1.6.1 Receitas Administradas pela RFB na Mensagem Modificativa de 2018.....	25
1.6.2 Receita do RGPS na Mensagem Modificativa de 2018	27
1.6.3 Receitas Não-Administradas na Mensagem Modificativa de 2018.....	29
1.6.4 Renúncia de Receitas Tributárias na Mensagem Modificativa de 2018 e Questões Metodológicas.....	31
1.6.5 Avaliação das Receitas Próprias das Entidades da Administração Indireta para 2018.....	33
1.7 Receitas Financeiras na Mensagem Modificativa da Proposta para 2018.....	36
1.8 Receitas do Orçamento de Investimentos das Empresas Estatais na Mensagem Modificativa da Proposta para 2018	38
1.9 Reestimativa das Receitas Primárias para 2018	39
1.9.1 O Processo Orçamentário	39
1.9.2 Metodologia	40
1.9.3 Reestimativa das Receitas para 2018.....	41
1.9.4 Reestimativa das Receitas para 2018. Resultados.....	46
1.10 A Inclusão Orçamentária do Sistema S	49
1.11 Ajustes Técnicos para Adequação das Fontes de Recursos e Outros Decorrentes deste Relatório.....	53
1.12 Parecer às Emendas à Receita e de Renúncia de Receita Apresentadas	54
1.13 Anexos	56
2. VOTO	56
3. ANEXO I.....	57



CONGRESSO NACIONAL

COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO

Relatório da Receita do Orçamento de 2018 - PL nº 20/2017-CN

PARECER da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização (CMO), sobre o **Relatório da Receita** de que trata o § 1º do art. 30 da Resolução nº 1, de 2006 - CN, relativo ao Projeto de Lei nº 20, de 2017 – CN, que “Estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2018”.

RELATOR: Senador ATAÍDES OLIVEIRA

1. RELATÓRIO

1.1 Considerações Iniciais

1. Em atendimento ao disposto no art. 35, § 2º, inciso III, do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT), o Excelentíssimo Senhor Presidente da República encaminhou ao Congresso Nacional, em 31 de agosto do corrente ano, o Projeto de Lei nº 20, de 2017-CN, que estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2018.
2. Por indicação das lideranças partidárias e designação do Excelentíssimo Senhor Presidente da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização (CMO), Senador **Dário Berger**, foi-nos atribuída a honrosa tarefa de avaliar e relatar a receita para o exercício de 2018.
3. A avaliação das estimativas de receitas é realizada com fulcro no art. 166, § 3º, III, “a”, da Constituição Federal e em obediência ao disposto no art. 12 da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF).
4. Por sua vez, a Resolução nº 1, de 2006-CN, que trata da tramitação das matérias na CMO, em seu art. 30, § 1º, determina que, na apreciação do projeto de lei orçamentária, a avaliação da receita seja feita em separado das demais funções desse Colegiado, sendo o Relatório da Receita objeto de apreciação e votação antes da apresentação do Relatório Preliminar do Relator-Geral do Orçamento. Eventuais reestimativas de receitas são



CONGRESSO NACIONAL

COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO

Relatório da Receita do Orçamento de 2018 - PL nº 20/2017-CN

elaboradas nessa etapa, admitindo-se sua revisão no caso de alteração posterior do cenário macroeconômico ou da legislação tributária.

5. Nosso Relatório foi elaborado com o auxílio do Comitê de Avaliação da Receita, comitê permanente da CMO, de que trata o art. 23 daquela Resolução. Agradeço aos Deputados **Roberto Britto, Weverton Rocha, Hildo Rocha, Hugo Leal, José Airton Cirilo, Laudivio Carvalho** e ao Senador **Acir Gurgacz**, que o integram.
6. O conteúdo deste Relatório observa o estabelecido no art. 34 da mesma Resolução. Procurou-se neste documento, a partir do exame da conjuntura, da evolução recente da arrecadação e de hipóteses de comportamento das principais variáveis macroeconômicas, avaliar a metodologia e as estimativas de receitas contidas na Mensagem Modificativa ao Projeto de Lei Orçamentária para 2018.
7. Ressalte-se que se encontra em vigor o “Novo Regime Fiscal”, que visa a controlar o crescimento do gasto público e contribuir para o ajuste estrutural das contas públicas. Esse regime vigorará, conforme art. 106 do ADCT, por 20 anos, de forma a limitar o crescimento da despesa primária federal pelos próximos 20 exercícios a partir de 2017 à variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA. Esse regime impõe um teto às despesas primárias e, uma vez as despesas no limite, o excesso de receitas primárias será alocado de forma a conter a dívida pública.
8. Não são incluídas no teto de gastos primários as transferências constitucionais para estados e municípios, nem as despesas decorrentes de crédito extraordinário, conforme § 3º do art. 167 da Constituição Federal. São excluídos ainda o Fundo Constitucional do DF, despesas com pleitos eleitorais, a complementação ao Fundeb e inversões financeiras para aumento de capital de empresas estatais.
9. Reestimativas constantes deste Relatório visam a refletir nossa expectativa de um crescimento de PIB superior ao previsto na Mensagem Modificativa, de cerca de 2% para 2,5%. Nossa experiência de empresário, atuante e observador dos ritmos de negócio nos leva a apostar que a expansão em



CONGRESSO NACIONAL

COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO

Relatório da Receita do Orçamento de 2018 - PL nº 20/2017-CN

2018 alcançará 3%, taxa que não usamos em nossa reavaliação da Receita por uma questão de cautela. Em razão do teto de gastos em vigor, entendemos que todo excesso de arrecadação servirá para a melhora das contas públicas, com redução de déficit primário previsto pela LDO.

10. Foram apresentadas 5 (cinco) emendas à Receita e outras 5 (cinco) de Renúncia de Receita, no período de 2 a 20 de outubro e de 3 a 9 de novembro, sendo também objeto de apreciação neste Relatório.

1.2 Resumo da Reestimativa da Receita para 2018

11. A conclusão deste Relatório é que a estimativa da receita primária constante da Mensagem Modificativa ao Projeto de Lei Orçamentária de 2018 está fundamentada em hipóteses plausíveis de comportamento das variáveis macroeconômicas e outros indicadores. Entretanto, consideramos tímidos os parâmetros constantes da Mensagem Modificativa, em particular as hipóteses de crescimento do PIB e da massa salarial. Estamos convencidos de que o ritmo de retomada do crescimento econômico em 2018 será mais pujante que o previsto na Proposta Orçamentária. Acreditamos o mesmo em relação a 2017, como avaliam igualmente inúmeros analistas e instituições de pesquisa econômica, e os sinais de maior vigor da economia brasileira já estão se refletindo nas receitas de 2017.

12. As receitas primárias para 2018, incluindo a compensação do RGPS por desonerações ainda vigentes, foram reestimadas neste Relatório em R\$ 1.462,1 bilhões, o que resulta em acréscimo de R\$ 5,6 bilhões, ou 0,38% da estimativa de R\$ 1.456,5 bilhões da Mensagem Modificativa para 2018.

13. A Tabela I mostra os itens de receita que foram reestimados e os correspondentes aumentos de receitas bruta e líquida.

14. Este Relatório tem importante implicação fiscal. A reavaliação de receita resulta na redução do déficit primário da União em R\$ 4,9 bilhões, de R\$ 159 bilhões de reais, para R\$ 154,1 bilhões, antes de eventual aproveitamento de



CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO
Relatório da Receita do Orçamento de 2018 - PL nº 20/2017-CN

R\$ 170,7 milhões do espaço fiscal remanescente na Mensagem Modificativa no limite constitucional da despesa primária.

TABELA I

Orçamento Fiscal e da Seguridade Social, 2018

REESTIMATIVA DAS RECEITAS PRIMÁRIAS. RESUMO DAS VARIAÇÕES

(R\$ Milhões)

Discriminação	Variações da Receita		
	Bruta	Transferências a Estados e Municípios	Líquida da União
A. Receitas Administradas pela RFB (exceto RGPS)	3.566,5	632,7	2.933,9
A.1 Imposto de Importação	183,8	-	183,8
A.2 Imposto sobre Produtos Industrializados	214,9	120,4	94,6
A.2.1 IPI Automóveis	20,1	11,2	8,8
A.2.2 IPI Vinculado à Importação	79,2	44,4	34,9
A.2.3 IPI Outros	115,6	64,7	50,9
A.3 Imposto de Renda	1.094,1	503,3	590,8
A.3.1 Imposto de Renda Pessoa Jurídica	576,0	264,9	311,0
A.3.2 Imposto de Renda Retido na Fonte - Capital (MP 806)	336,2	154,7	181,6
A.3.3 IRRF - Rendimentos de Residentes no Exterior	126,4	58,1	68,2
A.3.4 Imposto de Renda Retido na Fonte - Outros Rendimentos	55,6	25,6	30,0
A.4 Imposto sobre Operações Financeiras - Principal ⁽¹⁾	183,0		183,0
A.5 Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social	1.190,9		1.190,9
A.6 PIS/PASEP	316,2		316,2
A.7 Contribuição Social sobre o Lucro Líquido	338,0		338,0
A.8 CIDE-Combustíveis	31,1	9,0	22,1
A.9 Outras Receitas Administradas pela RFB (exceto RGPS)	14,4		14,4
A.9.1 CIDE - Remessas ao Exterior	14,4		14,4
B. Receitas do Regime Geral da Previdência Social (RGPS)	1.911,6		1.911,6
B.1 Arrecadação Líquida do INSS	1.911,6		1.911,6
C. Receitas Não Administradas	105,3	63,2	42,1
C.1 Salário-Educação	105,3	63,2	42,1
D. Total (A+B+C)	5.583,4	695,9	4.887,6

Fonte: PL 20/17-CN. Elaboração das Consultorias.

⁽¹⁾ Não inclui IOF Ouro

1.3 Cenário Econômico-Fiscal

15. Em Anexo a este Relatório encontra-se Tabela de Parâmetros mostrando valores observados e a previsão das principais dessas variáveis, no Projeto de Lei Orçamentária (PLOA) para 2018, na Mensagem Modificativa e neste



CONGRESSO NACIONAL

COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO

Relatório da Receita do Orçamento de 2018 - PL nº 20/2017-CN

Relatório, comparada com prognósticos recentes dos analistas do mercado financeiro consultados pelo Banco Central.

16. As estimativas de receitas no Projeto de Lei Orçamentária fundam-se, regra geral, na arrecadação realizada até julho de 2017 e a projetada para o restante do exercício, tendo-se em conta nos cálculos as hipóteses de comportamento dos parâmetros relevantes até o final deste exercício e em 2018. Esse método de previsão é particularmente válido para as receitas administradas pela Receita Federal do Brasil - RFB. Tratando-se de Mensagem Modificativa, foram levados em consideração dados de receita apurados até setembro, que em parte ainda não se refletiam na 4ª Avaliação de Receitas e Despesas.
17. Tais indicadores conjunturais são não apenas os índices geral de preços e de preços ao consumidor, mas também de preços específicos de produtos ou mercadorias, o crescimento da economia, a variação da massa salarial, o câmbio e a taxa de juros, para citar os mais importantes.
18. Na Tabela Anexa, os indicadores referentes à 3ª Avaliação correspondem à reprogramação para 2017 elaborada pelo Poder Executivo antes do encaminhamento ao Congresso do PLOA 2018. Os indicadores referentes à 4ª Avaliação correspondem à projeção de receitas mais recente para o corrente exercício¹. Os indicadores econômico-fiscais usados pelo Poder Executivo na Mensagem Modificativa enviada ao Congresso Nacional em 30 de outubro de 2017 para a previsão de receitas para 2017 foram predominantemente os que constaram de grade de parâmetros da Secretaria de Política Econômica do Ministério da Fazenda datada de 11 de setembro deste ano.
19. A Mensagem Modificativa baseou suas projeções fiscais para 2018 na retomada do crescimento e manteve esse crescimento no mesmo ritmo que previa a Proposta encaminhada em agosto, embora os analistas econômicos

¹De acordo com a LDO para 2018, Anexo II (“Informações Complementares”), inciso XXI, em 20 de outubro seria encaminhada atualização das hipóteses de comportamento futuro para os principais parâmetros macroeconômicos. Diferentemente de anos anteriores, o documento entregue ao Congresso manteve os parâmetros originais. A revisão dos parâmetros não compromete o Relator da Receita, ou o Comitê, com a realização de novas reestimativas.



CONGRESSO NACIONAL

COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO

Relatório da Receita do Orçamento de 2018 - PL nº 20/2017-CN

já esperassem melhor desempenho da economia tanto neste como no próximo ano. Pelas taxas oficiais, o ritmo da atividade econômica em 2018 deve quadruplicar em relação a 2017. O reaquecimento da economia brasileira, com uma sucessão de indicadores positivos recentes, particularmente na área do emprego, levou à revisão das estimativas da receita para 2018, pelo Executivo, na Mensagem Modificativa.

20. Inicialmente, previa-se para 2017 crescimento de 1,6% do PIB no PLOA deste ano, hipótese com que o Congresso concordou e fez constar da Lei Orçamentária Anual (LOA), não obstante a revisão oficial da estimativa divulgada em novembro de 2016 sugerisse ritmo mais lento. O país enfrentou dificuldades, no entanto, e a atividade econômica não respondeu como esperado. O Poder Executivo reviu para pior – 0,5% de crescimento – seu prognóstico para este exercício, desde o 1º Relatório Bimestral de Avaliação de Receitas e Despesas (em março), até a 4ª Avaliação, e cautelosamente o manteve nesta Mensagem Modificativa. O PIB nominal chegará a R\$ 6,64 trilhões em 2017. No dia seguinte ao em que a proposta orçamentária de 2018 foi encaminhada, o IBGE divulgou que a atividade econômica cresceu 0,2% no 2º trimestre, frente ao trimestre imediatamente anterior. No primeiro trimestre, a economia avançou 1,0%, interrompendo uma sequência de dois anos de PIB negativo. Na comparação com o segundo trimestre de 2016, a variação do PIB foi de 0,3%. Com o resultado, o PIB acumulado nos quatro últimos trimestres teve variação nula em relação ao primeiro semestre de 2016.

21. A Mensagem Modificativa, a exemplo do PLOA 2018 original, projeta 2% de crescimento em 2018. Dessa forma, de acordo com a Mensagem, espera-se que o PIB nominal atinja R\$ 7,13 trilhões, com um aumento nominal de 7,4% em relação a 2017. A recuperação, do lado da demanda, será impulsionada pelo consumo das famílias, que já dá sinais de ampliação, e pelo investimento, uma vez alcançado o reequilíbrio financeiro das empresas. Inflação e juros em queda, expansão do crédito à pessoa física e a maior renda disponível com a liberação de depósitos do FGTS estimulam o consumo.



CONGRESSO NACIONAL

COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO

Relatório da Receita do Orçamento de 2018 - PL nº 20/2017-CN

22. Ambas as taxas, para 2017 e 2018, estão aquém das expectativas do mercado. Os analistas financeiros ouvidos pela sondagem Focus em 3 de novembro esperam, para 2017, variação positiva do PIB de 0,7% e, para 2018, crescimento de 2,5%. Os prognósticos para 2017 e 2018 vieram melhorando com a queda da taxa básica de juros, e tiveram novo ânimo com o fim da recessão.
23. O Banco Central, no Relatório de Inflação de setembro, prevê crescimento do produto interno de 0,7% em 2017 e, para 2018, de 2,2%. O Fundo Monetário Internacional, conforme divulgado no Panorama Econômico Mundial, de outubro, estima que a economia brasileira crescerá 0,7% em 2017, e avanço um pouco maior, de 1,5%, em 2018; a economia mundial se expandirá a taxas mais elevadas, de respectivamente 3,6% e 3,7%.
24. Depois de atingir o nível mais baixo da história entre outubro de 2012 e abril de 2013 (aos 7,25% a.a.), a meta para a taxa Selic foi ininterruptamente elevada, tendo ficado entre junho de 2015 e outubro de 2016 no patamar de 14,25%. Daí em diante vem sendo gradualmente reduzida, tendo chegado a 7,50% na 210ª reunião do Conselho de Política Monetária (25 e 26 de outubro). Os analistas de mercado interpretam que a última Ata do colegiado sinaliza nova queda, menos intensa (de 0,5 p.p.), ocorrendo na próxima reunião, e ainda, segundo o boletim Focus de 3 de novembro, que a Selic terminará 2018 em 7%, implicando queda acentuada dos juros reais. Baixa taxa de juros reflete a recessão de 2015-2016, o pouco fôlego até agora da retomada da atividade econômica e a queda concomitante das taxas de inflação. O mercado prognostica que a Selic ficará nesse patamar até o fim de 2018. Os parâmetros que acompanham a Mensagem Modificativa não refletem o ritmo que o mercado espera, pois estimam Selic em 7,30% em fim de período de 2017 – nova queda de apenas 200 pontos base – e de 7,25% em 2018.
25. O processo de desinflação continua. O Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) de outubro foi de 0,42%, e a inflação em 12 meses até o mês ficou em 2,70%. Permanece abaixo do piso da meta de



CONGRESSO NACIONAL

COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO

Relatório da Receita do Orçamento de 2018 - PL nº 20/2017-CN

inflação, de 3% — em 2017 o centro da meta é 4,5%, com margem de 1,5 ponto percentual. O Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC), que indexa o salário mínimo e um amplo rol de despesas com benefícios previdenciários e assistenciais, teve variação de 0,37% em outubro, e em 12 meses acumulou 1,83%. O mercado prognosticava, naquela data, para 2017 variação positiva desses índices de, respectivamente, 3,08% e 2,51%.

26. A Mensagem Modificativa prevê inflação de 3,50% para 2017 e 4,20% para 2018. Para 2018, a expectativa do mercado para o IPCA é de que terminará o ano em 4,02%.

27. Em 27 de outubro a cotação do petróleo Brent atingiu US\$ 60 por barril, a primeira vez desde julho de 2015, cedeu subsequentemente, e agora retoma patamares ainda mais elevados devido a conflitos políticos internos e confrontos entre os maiores países produtores do oriente médio. A demanda de petróleo vem excedendo a oferta no mercado internacional, com a inequívoca retomada do crescimento global e com as medidas bem sucedidas desde janeiro de 2017 no âmbito da OPEC para limitar a produção, o que sugere o aumento das previsões de preço do barril – como se registrou, em relação a 2017, da 3ª para a 4ª Avaliação de receitas e despesas.

28. A Proposta original empregou cotação média do tipo Brent de US\$ 50,32 para 2018, em queda tanto em relação à 3ª Avaliação de 2017 (US\$ 50,50), como a 4ª (US\$ 52,21). Já a Mensagem Modificativa, US\$ 52,21 e US\$ 53,83, em 2017 e 2018, respectivamente. A principal agência de energia norte-americana prevê, em seu último relatório disponível, os preços do Brent no mercado *spot* de em média US\$ 52,4 em 2017 e US\$ 54 em 2018.² De acordo com o Banco Mundial (*Commodity Markets Outlook*, de outubro), a média da cotação do barril de Brent neste ano, até setembro, foi de US\$ 52, e de US\$ 55,2 em setembro.

29. O câmbio, conforme os prognósticos mais recentes do mercado, tanto em fim de período, como na média, não difere significativamente do previsto na

² Ver em <https://www.eia.gov/outlooks/steo/report/prices.cfm>.



CONGRESSO NACIONAL

COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO

Relatório da Receita do Orçamento de 2018 - PL nº 20/2017-CN

Mensagem Modificativa. Em fim de período, tanto o Executivo quanto o mercado estimam para 2017 a cotação do dólar em R\$ 3,20. Para 2018, a Mensagem estima em R\$ 3,35, enquanto o mercado, R\$ 3,30.

30. Os efeitos positivos da retomada sobre o mercado de trabalho se manifestam nos indicadores de ocupação desde meados de abril de 2017. Em setembro, o índice de desemprego medido pelo IBGE, cujo ápice foi de 13,7% em março, já havia caído para 12,4%. No terreno das previsões, o PLOA 2018 contemplava menor expansão da massa salarial, e agora a Mensagem Modificativa estima que crescerá 4,74% e 6,15%, respectivamente em 2017 e 2018. Devemos esperar número melhor para a arrecadação líquida da Previdência no Relatório de Avaliação de Receitas e Despesas referente ao 5º bimestre de 2017. A melhor evolução da massa salarial esperada em 2018 somou-se à retirada do benefício da desoneração da contribuição sobre a folha de alguns setores econômicos para ensejar, na Mensagem Modificativa, o aumento da previsão.
31. Parâmetros específicos afetarão itens relevantes da Receita Administrada em 2018, como a queda das vendas de produtos do fumo e crescimento nas vendas de veículos.
32. Por conta do baixo crescimento econômico até agora, as contas públicas em 2017 e 2018 não estão evoluindo satisfatoriamente, particularmente os resultados primários. Para ambos os exercícios, o Executivo decidiu propor e o Legislativo aprovou a mudança das metas do governo central, na forma da Lei nº 13.480/17, de 5 de setembro. Antes déficits de R\$ 139 bilhões em 2017, e cadente, de R\$ 129 bilhões em 2018, passaram a R\$ 159 bilhões nos dois exercícios. O Orçamento de 2018 será elaborado para atender a essa nova meta. A Lei nº 13.480/2017 foi sancionada quando já encerrado o prazo para o encaminhamento da Proposta Orçamentária ao Congresso, daí esta Mensagem Modificativa, para alocar R\$ 30 bilhões decorrentes da mudança da meta de 2018, somado ao produto da arrecadação de novas receitas que vieram a ser apontadas pelo Executivo.



CONGRESSO NACIONAL

COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO

Relatório da Receita do Orçamento de 2018 - PL nº 20/2017-CN

33. Para todo o setor público, o Orçamento de 2018 contemplará mais uma vez déficit primário, ligeiramente menor do que em 2017 em proporção do PIB. Estados e municípios saem de posição deficitária em 2017, para superavitária em 2018.
34. A projeção da estabilização do déficit do governo central em R\$ 159 bilhões, não obstante o crescimento de despesas obrigatórias de peso no Orçamento, fundamenta-se também na adoção de medidas de melhoria da gestão e na continuidade do processo de ajuste estrutural das contas públicas. Representam, respectivamente, à luz da 4ª Avaliação, 2,40% do PIB, e da Mensagem Modificativa, 2,23% do PIB, respectivamente.
35. Em doze meses, o déficit do setor público consolidado é de R\$ 152,4 bilhões (2,35% do PIB), porém a União ostenta respectivamente R\$ 166,6 bilhões e 2,57% do PIB. O resultado primário consolidado até setembro de 2017 foi de déficit de R\$ 82,1 bilhões, inferior ao acumulado até o mesmo mês em 2016. A União incorreu em déficit primário de R\$ 101,3 bilhões nos primeiros 9 meses, enquanto os governos regionais obtiveram superávit de R\$ 19,2 bilhões.
36. É notável a deterioração do resultado primário em 2017 relativamente a 2016, quando se analisa a posição do governo central: até setembro, acumulou-se um déficit de R\$ 100,9 bilhões, contra déficit de R\$ 94,5 bilhões em 2016. A Previdência responde pelo problema enfrentado pelo governo central: em 2016, até setembro, o déficit do INSS era de R\$ 112,7 bilhões; em 2017, de R\$ 140,4 bilhões. Com meta de déficit de R\$ 170,5 bilhões, o governo central não encontrou dificuldades em cumpri-la em 2016, com resultado negativo de R\$ 159,5 bilhões.
37. Para este ano, com economia primária negativa, taxa de juros ainda elevada e pequeno crescimento, o endividamento público deverá se agravar. A partir de 2014 houve uma reversão da trajetória de queda da dívida líquida do setor público, de 30,5% do PIB em dezembro de 2013, para 46,2% em 2016. A dívida líquida do setor público alcançou R\$ 3,3 trilhões (50,9% do PIB) em



CONGRESSO NACIONAL

COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO

Relatório da Receita do Orçamento de 2018 - PL nº 20/2017-CN

setembro, tendo aumentado, na média, R\$ 45 bilhões mensais em 2017. No ano, houve elevação de 4,7 p.p. na relação DLSP/PIB.

38. A Mensagem Modificativa estima que a dívida líquida termine este ano em 52,2% do PIB e, para 2018, continue a crescer, alcançando 55,3% do PIB. Os analistas consultados semanalmente pelo Banco Central praticamente concordavam com essas projeções em 3 de novembro e prognosticavam um aumento de 52,25% do PIB em 2017, para 55,9% em 2018.
39. A dívida bruta também progride rapidamente e, no acumulado até setembro, teve seu maior nível desde 2002, equivalente a 73,9% do PIB, uma elevação de 4 p.p. do PIB em relação a dezembro de 2016, e de 22,6 p.p. do PIB em relação a 2011, seu menor registro recente. A Mensagem Modificativa, segundo a apresentação do Ministro do Planejamento na CMO, contempla a hipótese de elevação da dívida bruta a 75,7% do PIB ao fim deste ano. Para 2018, por sua vez, a Mensagem prevê que chegue a 78,5% do PIB. Analistas consultados mensalmente pela Secretaria de Política Econômica do Ministério da Fazenda, mais otimistas, estimavam no Prisma Fiscal de outubro que a dívida bruta alcançará 75,4% do PIB em 2017 e 77,8% do PIB em 2018.
40. O déficit nominal quadruplicou em relação ao PIB entre 2013 e 2016, passando de 2,26% do PIB para 8,98% do PIB. O mercado calcula que o resultado deste ano será um déficit de 8,29% do PIB. Para 2018 os analistas do mercado esperam 7,60%.

1.4 Reestimativas de Receita do Congresso Nacional Comparadas com as Receitas Realizadas

41. As estimativas de receita bruta de transferências a estados e municípios constantes das propostas orçamentárias encaminhadas ao Congresso Nacional pelo Poder Executivo foram, regra geral, até a crise de 2008/2009, inferiores aos valores efetivamente realizados. Desde 2009, exceto por 2011,



o arrecadado tem ficado abaixo da estimativa da Proposta³, como mostra a Tabela II.

TABELA II

Orçamento Fiscal e da Seguridade Social, 2004-2018

RECEITA PRIMÁRIA BRUTA ⁽¹⁾

(R\$ Milhões)

Exercício	Proposta	Lei	Realizado	Diferenças para o Realizado		Memo: Reestimativa do Congresso
				Proposta	Lei	
2004	398.554	411.133	420.550	21.996	9.417	12.579
2005	457.404	482.454	490.737	33.333	8.283	25.050
2006	526.219	545.902	545.630	19.411	(272)	19.683
2007	603.411	618.272	620.357	16.947	2.085	14.862
2008	682.723	687.577	717.442	34.719	29.865	4.855
2009	808.884	805.286	740.628	(68.256)	(64.658)	(3.598)
2010 ⁽²⁾	853.606	873.895	846.247	(7.359)	(27.648)	20.289
2011	967.626	990.475	991.038	23.412	563	22.849
2012	1.097.341	1.127.323	1.058.455	(38.886)	(68.868)	29.982
2013	1.214.292	1.238.145	1.169.968	(44.324)	(68.177)	23.853
2014	1.298.354	1.314.613	1.203.414	(94.940)	(111.199)	16.259
2015	1.447.658	1.429.660	1.222.382	(225.276)	(207.278)	(17.998)
2016	1.383.335	1.433.457	1.297.360	(85.976)	(136.097)	50.121
2017 ⁽³⁾	1.393.633	1.406.813	1.358.006	(35.626)	(48.806)	13.180
2018 ⁽⁴⁾	1.444.922					

Fonte: Secretaria de Orçamento Federal. Elaboração das Consultorias.

⁽¹⁾ Não inclui compensação por desoneração da folha.

⁽²⁾ Exclui receitas decorrentes da cessão onerosa de barris de petróleo à Petrobras.

⁽³⁾ Realizado se refere à estimativa constante da 4ª Avaliação bimestral.

⁽⁴⁾ Mensagem Modificativa de outubro de 2017.

42.A 4ª Avaliação de 2017, elaborada pelo Poder Executivo, mostra que a arrecadação seria inferior em R\$ 35,6 bilhões à da Proposta. No entanto, se considerada apenas a Receita Administrada pela Receita Federal do Brasil, a diferença reconhecida em agosto é de R\$ 58,9 bilhões. Concessão de área do Pré-sal, decidida já na execução do orçamento, o bom desempenho da produção e do preço internacional do petróleo e novas medidas, como a recuperação de precatórios, contribuirão decisivamente para o cumprimento

³ Em 2010, a receita realizada, considerando o ingresso extraordinário de R\$ 78,4 bilhões, produto da venda de 5 bilhões de barris de petróleo pela União à Petrobras, ficou acima da Proposta em R\$ 71



CONGRESSO NACIONAL

COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO

Relatório da Receita do Orçamento de 2018 - PL nº 20/2017-CN

da nova meta. Caso a 4ª Avaliação estivesse correta, o realizado em 2017 ficaria R\$ 48,8 bilhões abaixo da Lei.

43. No passado, o Congresso teve êxito em sucessivas reavaliações de receita, *grossa modo* até 2008, e novamente em 2011. Em 2010, ignorando a receita da venda de barris de petróleo, as receitas em relação à Lei se frustraram em R\$ 27,6 bilhões. Em 2011, a previsão da Lei foi superada em pouco menos de R\$ 600 milhões. Nesse mesmo ano, no entanto, as receitas administradas pela RFB se frustraram em R\$ 13,3 bilhões, tendo cabido à arrecadação líquida da Previdência e ao restante das receitas a compensação, relativamente bem dividida entre seus grandes grupos.
44. Em 2012 mais uma vez a receita prevista na proposta orçamentária não foi alcançada. Em relação à lei orçamentária, a frustração foi de R\$ 68,9 bilhões, sendo que a receita administrada ficou R\$ 77 bilhões aquém do esperado. Em 2013, mesmo diante de aportes extraordinários de R\$ 36,8 bilhões provenientes dos parcelamentos da Lei nº 12.865/14 (R\$ 21,8 bilhões) e da concessão da exploração do petróleo na camada Pré-sal sob o regime de partilha no campo de Libra (R\$ 15 bilhões), a receita realizada ficou R\$ 44,3 bilhões abaixo da Proposta. Em relação à Lei, o insucesso na arrecadação foi de R\$ 68,2 bilhões.
45. Em 2014 a receita ficou R\$ 111,2 bilhões abaixo do estimado na Lei e o país registrou o primeiro déficit primário neste século, de 0,59% do PIB. A frustração ocorreu a despeito dos recursos extraordinários decorrentes dos parcelamentos das Leis nºs 12.996 e 13.043/14, que geraram R\$ 19,9 bilhões entre agosto e dezembro do exercício, e de parcelamentos anteriores, R\$ 15,9 bilhões nos 12 meses de 2014, somando R\$ 35,8 bilhões. Em relação a 2013, a receita caiu 3,2% em termos reais, segundo dados do Tesouro Nacional, descontada das receitas a compensação ao RGPS pelas desonerações da folha.
46. Em 2015, pela segunda vez desde 2004, o Congresso Nacional reduziu a previsão de receitas na lei orçamentária, nesta oportunidade em R\$ 18

bilhões.



CONGRESSO NACIONAL

COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO

Relatório da Receita do Orçamento de 2018 - PL nº 20/2017-CN

bilhões. A iniciativa provou-se tímida: ainda assim, a arrecadação ficou R\$ 207,3 bilhões abaixo do que constou na lei. Houve queda real em relação a 2014 de 6,8%, segundo os dados do Tesouro Nacional, descontada das receitas a compensação ao RGPS pelas desonerações da folha. As receitas administradas recuaram 4,7% em termos reais, embora as receitas com parcelamentos de débitos tributários tenham rendido R\$ 21,4 bilhões. Os indicadores econômicos evoluíram negativamente no ano. Também contribuíram para o mau desempenho da arrecadação federal o aproveitamento de créditos fiscais, compensações e desonerações tributárias. Concessões, dividendos e royalties decepcionaram,

47. De 2015 para 2016 a queda real da receita total, excluídas as receitas da compensação ao RGPS pelas desonerações da folha, foi de 2,5%. Em 2016 as receitas administradas caíram pouco menos de 1,6% em relação ao ano anterior, e pelo terceiro ano consecutivo. A arrecadação líquida da Previdência, em particular, recuou em 3,5%. Em relação à previsão do Orçamento, a frustração da receita foi de mais de R\$ 136 bilhões em valores nominais. As receitas administradas pela RFB, não incluídas as receitas previdenciárias, se frustraram em R\$ 70 bilhões, e a frustração não foi maior porque a regularização tributária e cambial de ativos no exterior (RERCT) resultou em arrecadação de R\$ 46,8 bilhões. Contava-se no Orçamento com quase R\$ 13 bilhões pela recriação da CPMF. A arrecadação líquida da Previdência ficou R\$ 3,7 bilhões abaixo do orçado, ainda que a massa salarial tenha subido mais que o previsto. Ficaram abaixo das estimativas do orçamento receitas de operações com ativos, no montante de R\$ 30 bilhões; dividendos se frustraram em R\$ 13,4 bilhões; royalties, diante das vicissitudes do mercado de petróleo, em R\$ 9,8 bilhões. Em receitas de concessões, a lacuna foi de R\$ 6,6 bilhões. Nesse ano, o resultado primário no Orçamento fiscal e da seguridade social aprovado era positivo, de R\$ 24 bilhões, e mediante alteração legislativa, passou a déficit de R\$ 170,5 bilhões.



1.5 Receitas Primárias em 2017

48. A Tabela III mostra a evolução das Receitas realizadas de 2011 a 2016 e esperadas para 2017 e 2018, nos diversos itens que as compõem.

49. A estimativa do Poder Executivo para a receita primária total para 2017, considerada na elaboração da Proposta para 2018, corresponde aos números observados até setembro e estimados para o restante do exercício. O montante esperado na 4ª Avaliação de Receitas e Despesas de 2017 é de R\$ 1.358 bilhões (não incluindo a compensação ao INSS por desonerações), situando-se R\$ 48,8 bilhões abaixo da previsão do Orçamento.

50. Tomada a receita líquida das transferências a Estados e Municípios, a diferença entre essa previsão e o orçamento deste exercício era de R\$ 41,3 bilhões. Principalmente em função dessa frustração houve piora da meta de resultado primário, de déficit de R\$ 139 bilhões, para déficit de R\$ 159 bilhões.

51. A Avaliação do 4º bimestre, de 22 de setembro, descontingenciou R\$ 12,8 bilhões de recursos do Orçamento deste ano mas, de outro lado, reduziu, em relação à 3ª Avaliação, em que se baseou a PLOA original, a estimativa de arrecadação para 2017 em R\$ 7,8 bilhões (R\$ 4,8 bilhões, descontadas as transferências a Estados e Municípios). A recomposição de parte da programação foi possível devido ao aumento do déficit permitido em R\$ 20 bilhões, pela Lei nº 13.480/17, que alterou a LDO/2017.

52. Espera-se agora arrecadar em 2017 pouco menos de 20,5% do PIB. A revisão da estimativa de receita na 4ª Avaliação considerou a adoção de novos parâmetros macroeconômicos, da receita efetivamente arrecadada até agosto e de previsão de novos ingressos.



CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO
 Relatório da Receita do Orçamento de 2018 - PL nº 20/2017-CN

TABELA III
 ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
 Receitas Primárias, 2011-2018

	2011					2016		2017				2018					
	% PIB	% PIB	% PIB	% PIB	% PIB	Realizado		Orçamento		3º Bimestre		4º Bimestre		PLOA		PLOA Mensagem Modificativa	
						R\$ Milhões	% PIB	R\$ Milhões	% PIB	R\$ Milhões	% PIB	R\$ Milhões	% PIB	R\$ Milhões	% PIB	R\$ Milhões	% PIB
RECEITA TOTAL	22,65	21,98	21,94	20,82	20,39	1.297.359,6	20,70	1.406.812,6	20,62	1.365.776,7	20,58	1.358.006,2	20,46	1.422.605,7	19,93	1.444.922,0	20,26
Receita Administrada pela RFB	14,36	13,45	13,49	12,79	12,76	819.588,6	13,08	881.587,5	12,92	831.565,7	12,53	822.679,2	12,40	879.015,8	12,31	886.688,8	12,44
Imposto de Importação	0,61	0,65	0,70	0,63	0,65	31.390,5	0,50	38.769,5	0,57	31.881,6	0,48	31.293,0	0,47	38.054,9	0,53	38.227,6	0,54
IPI	0,95	0,92	0,83	0,87	0,81	42.294,0	0,67	52.210,1	0,77	45.301,5	0,68	45.360,4	0,68	51.335,9	0,72	52.107,2	0,73
Imposto de Renda	5,38	5,12	5,11	4,94	5,01	340.952,0	5,44	352.852,7	5,17	333.958,2	5,03	334.748,6	5,04	342.949,6	4,80	351.342,1	4,93
IOF	0,73	0,64	0,56	0,52	0,58	33.782,4	0,54	37.657,1	0,55	35.515,9	0,54	35.257,5	0,53	38.319,8	0,54	37.951,0	0,53
COFINS	3,68	3,64	3,80	3,44	3,38	204.678,6	3,27	222.797,2	3,27	215.225,4	3,24	214.147,1	3,23	243.497,8	3,41	241.888,5	3,39
PIS/PASEP	0,96	0,96	0,98	0,91	0,89	53.894,7	0,86	59.701,0	0,88	57.031,1	0,86	56.955,9	0,86	64.657,5	0,91	64.842,9	0,91
CSLL	1,35	1,17	1,21	1,12	1,01	68.143,3	1,09	78.964,9	1,16	70.418,1	1,06	69.428,3	1,05	71.367,6	1,00	71.904,9	1,01
CPMF	0,00	(0,01)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
CIDE-Combustíveis	0,20	0,06	0,01	0,00	0,05	6.010,7	0,10	12.613,4	0,18	5.807,2	0,09	5.954,0	0,09	6.229,4	0,09	6.346,5	0,09
Outras Administradas pela SRF	0,50	0,28	0,30	0,36	0,37	38.442,5	0,61	26.021,4	0,38	36.426,6	0,55	29.534,5	0,44	22.603,4	0,32	22.078,1	0,31
Arrecadação Líquida do INSS	5,62	5,69	5,59	5,53	5,42	340.544,0	5,43	365.106,6	5,35	359.563,2	5,42	361.133,6	5,44	379.244,7	5,31	391.879,1	5,50
Contribuição ao PSSS/Servidores	0,21	0,20	0,19	0,19	0,20	12.388,4	0,20	14.392,7	0,21	14.214,3	0,21	13.775,1	0,21	14.149,8	0,20	15.932,6	0,22
Receitas Não Administradas	2,45	2,65	2,67	2,32	2,01	124.067,5	1,98	139.845,1	2,05	157.662,7	2,38	157.177,7	2,37	147.665,7	2,07	147.891,8	2,07
Concessões e Permissões	0,09	0,05	0,41	0,14	0,10	21.907,8	0,35	23.963,2	0,35	25.686,2	0,39	28.632,6	0,43	19.494,4	0,27	18.894,4	0,26
Dividendos	0,46	0,58	0,32	0,33	0,20	2.847,8	0,05	7.708,0	0,11	5.843,5	0,09	5.931,3	0,09	6.782,0	0,10	6.782,0	0,10
Salário-Educação	0,30	0,31	0,31	0,32	0,32	19.519,4	0,31	20.886,5	0,31	20.130,9	0,30	20.260,3	0,31	21.274,2	0,30	21.586,4	0,30
Royalties/Comp. Financeiras	0,68	0,71	0,68	0,68	0,48	23.274,6	0,37	29.819,0	0,44	37.371,3	0,56	36.470,5	0,55	44.342,0	0,62	44.907,8	0,63
Demais Receitas	0,53	0,56	0,63	0,57	0,59	36.516,8	0,58	36.398,2	0,53	48.762,6	0,73	46.054,1	0,69	35.900,2	0,50	35.872,2	0,50
Receita Própria (fts 50, 81 & 82)	0,33	0,39	0,25	0,22	0,24	14.377,0	0,23	15.474,2	0,23	14.697,8	0,22	14.666,4	0,22	14.404,0	0,20	14.389,3	0,20
Complemento do FGTS	0,06	0,06	0,07	0,07	0,08	5.624,1	0,09	5.596,1	0,08	5.170,5	0,08	5.162,4	0,08	5.469,0	0,08	5.459,7	0,08
Operações com Ativos	-	-	-	-	-	771,0	0,01	5.880,7	0,09	2.770,8	0,04	3.240,6	0,05	2.529,7	0,04	2.529,7	0,04
TRANSFER ESTADOS MUNICÍPIOS	3,73	3,55	3,41	3,43	3,42	226.835,3	3,62	235.357,6	3,45	230.708,5	3,48	227.845,3	3,43	238.643,0	3,34	243.524,4	3,42
FPE/FPM/IFI-EE	2,97	2,78	2,70	2,71	2,76	189.849,2	3,03	191.408,0	2,81	183.548,3	2,77	181.334,4	2,73	186.212,6	2,61	190.505,0	2,67
Fundos Regionais	0,09	0,08	0,09	0,08	0,11	7.530,1	0,12	9.591,2	0,14	8.711,4	0,13	8.112,3	0,12	8.721,4	0,12	8.771,0	0,12
Salário Educação	0,18	0,18	0,17	0,19	0,21	11.685,3	0,19	12.531,9	0,18	12.078,5	0,18	12.156,2	0,18	12.764,5	0,18	12.951,8	0,18
Compensações Financeiras	0,42	0,47	0,44	0,44	0,31	15.240,7	0,24	18.983,0	0,28	23.100,8	0,35	22.968,8	0,35	27.557,3	0,39	27.866,6	0,39
Cide-combustíveis	0,05	0,02	0,00	0,00	0,01	1.239,3	0,02	1.193,3	0,02	1.657,7	0,02	1.700,3	0,03	1.779,4	0,02	1.813,3	0,03
Demais	0,01	0,01	0,02	0,02	0,02	1.290,7	0,02	1.650,3	0,02	1.611,8	0,02	1.573,2	0,02	1.607,8	0,02	1.616,5	0,02
RECEITA LÍQUIDA	18,92	18,43	18,53	17,39	16,97	1.070.524,3	17,08	1.171.454,9	17,17	1.135.068,2	17,10	1.130.160,9	17,03	1.183.962,7	16,59	1.201.397,6	16,85
Memorando:																	
Reserva Compensação ao RGPS	-	0,04	0,17	0,31	0,42	17.593,3		16.002,9	0,23	14.456,5	0,22	14.456,5	0,22	14.517,7	0,20	11.546,9	0,16
Produto Interno Bruto (R\$ Bilhões)	4.376,4	4.814,8	5.331,6	5.779,0	5.995,8	6.266,9		6.821,9		6.637,2		6.637,2		7.137,9		7.130,4	

Fonte: Secretaria de Orçamento Federal; Tesouro Nacional; IBGE; Banco Central do Brasil; Avaliações, proposta e lei orçamentárias citadas. Elaboração das Consultorias.



CONGRESSO NACIONAL

COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO

Relatório da Receita do Orçamento de 2018 - PL nº 20/2017-CN

53. Nas receitas administradas, frustrou-se a arrecadação relativa ao imposto de renda e multas sobre a regularização tributária e cambial de recursos mantidos no exterior em R\$ 1,3 bilhão no programa RERCT. A estimativa dessa receita já vinha recuando em Avaliações anteriores relativamente ao valor considerado pelo Congresso Nacional na LOA de 2017, de R\$ 13,2 bilhões – acabaram sendo arrecadados ao fim do prazo (agosto) R\$ 1,6 bilhão. Nos programas de regularização tributária - PRT e especial de regularização tributária – PERT estimou-se perda de R\$ 4,2 bilhões em relação à Avaliação anterior.
54. As receitas previdenciárias foram ampliadas em R\$ 1,6 bilhão, com a constatação de que a realização vinha acima do estimado até o mês e com a revisão da hipótese de crescimento da massa salarial nominal.
55. O recuo nas receitas não administradas, da 3ª para a 4ª Avaliação, foi pequeno, pois queda na estimativa concentrada na restituição de depósitos de sentenças judiciais não sacados, de que tratou a Lei nº 13.463/17, e no parcelamento de débitos não tributários (Refis) junto a agências e autarquias (MP 780/2017), foi compensada pela reestimativa positiva de receitas com concessões e permissões (R\$ 2,9 bilhões), ao se permitir a antecipação e o reescalonamento de parcelas do pagamento pela outorga do aeroporto do Galeão, em RJ.
56. A 5ª Avaliação está sendo aguardada e a expectativa é de que, no conjunto, melhorem as receitas. De um lado, teve desenlace positivo a disputa judicial em torno do leilão da concessão das 4 hidrelétricas da CEMIG - Companhia Energética de Minas Gerais S.A. retomadas pela União e os lances vencedores superaram a expectativa de R\$ 11,1 bilhão em R\$ 1 bilhão. De outro, embora com ágio nos campos arrematados, o Governo Federal arrecadou em 27 de outubro apenas R\$ 6,15 bilhões em bônus de assinatura no leilão de duas áreas do Pré-sal – o primeiro desde 2013, agora sob novas regras –, em lugar dos esperados R\$ 7,75 bilhões.
57. As receitas administradas pela RFB têm tido desempenho melhorado, inclusive por conta da arrecadação dos variados programas de parcelamento



CONGRESSO NACIONAL

COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO

Relatório da Receita do Orçamento de 2018 - PL nº 20/2017-CN

de débitos tributários. Em 2017, o comportamento da arrecadação da Receita Federal do Brasil, até setembro, superou, sem a Previdência, em cerca de 2% o IPCA, e isso aconteceu pelo segundo mês consecutivo.

1.6 Receitas Primárias na Mensagem Modificativa da Proposta para 2018

58. Das receitas totais do Orçamento para 2018, R\$ 886,7 bilhões são Receitas Administradas pela RFB, exceto as do RGPS (61,4% do total); R\$ 391,9 bilhões de arrecadação do RGPS (27,1%); e R\$ 166,4 bilhões das chamadas “não administradas” (11,5%), estas últimas incluindo concessões e permissões, compensações financeiras, dividendos, contribuição para o salário educação, contribuição dos servidores para o seu plano de seguridade – CPSS e operações com ativos. A Tabela III mostrou esses valores.

59. Os Gráficos na página seguinte mostram a participação das receitas em 2018 por grande grupo e receitas bruta e líquida previstas para 2018 na Mensagem Modificativa, em comparação com exercícios anteriores.

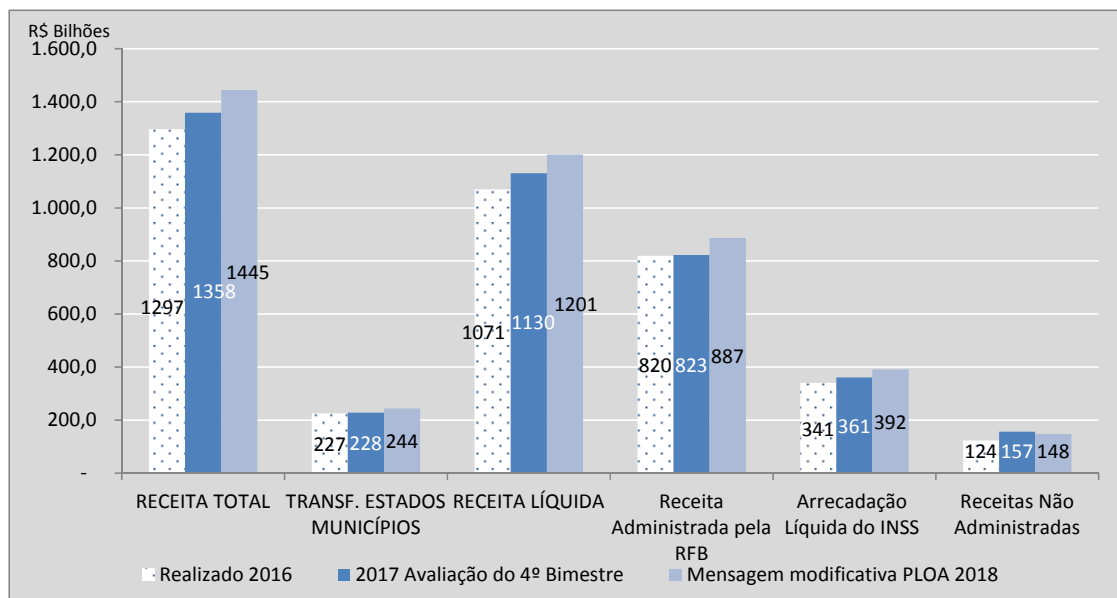
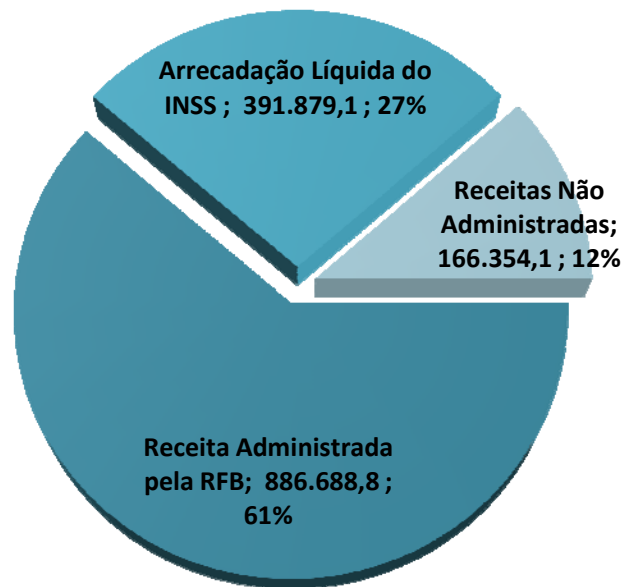
60. As receitas administradas pela RFB aumentam R\$ 64 bilhões (7,8%) em relação à previsão para 2017. A receita líquida do Regime Geral da Previdência Social (RGPS) tem previsão de aumento de R\$ 27,8 bilhões (7,4%), enquanto as receitas não administradas pela RFB diminuem R\$ 7,8 bilhões (-4,5%). Quando consideradas como variação do PIB, receitas administradas e líquidas do RGPS permanecem constantes, enquanto que as receitas não administradas pela RFB caem em 0,3% do PIB.

61. Em relação a 2017, espera-se aumento da ordem de R\$ 64 bilhões (ou 0,04% do PIB), nas Receitas Administradas pela RFB, excluído o RGPS. A receita previdenciária contribuiria com crescimento de R\$ 30,7 bilhões, melhorando como proporção do PIB, com menores desonerações. As receitas não administradas, por sua vez, caem R\$ 7,8 bilhões.



Mensagem Modificativa PLOA 2018

R\$ Milhões



62. Quando da apresentação em 15 de agosto de 2017 da Programação fiscal 2017-2018 pelos ministros da Fazenda e do Planejamento, o ajuste ainda necessário das estimativas do exercício de 2018 que integrariam a proposta orçamentária dependiam, de um lado, da ocupação do espaço representado



CONGRESSO NACIONAL

COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO

Relatório da Receita do Orçamento de 2018 - PL nº 20/2017-CN

pelo aumento em R\$ 30 bilhões do déficit primário autorizado na LDO, e doutra parte, R\$ 14,5 bilhões, de esforço adicional na forma de novos tributos ou novas receitas não recorrentes.

63. Na Programação essa lacuna poderia ser eliminada até o encaminhamento da proposta orçamentária, mediante, do lado das receitas:

- (a) alteração do Regime Especial de Reintegração de Valores Tributários (Reintegra), reinstituído pela Lei 13.043, de 13 de novembro de 2014 – antes Lei 12.546, de 14 de dezembro de 2011 –, programa que ressarcie aos exportadores de bens manufaturados, via créditos do PIS e da Cofins, uma parte do resíduo tributário remanescente na cadeia de produção, calculado em percentual estabelecido pelo Poder Executivo sobre o valor exportado. O limite de dedução do Reintegra, na falta de qualquer iniciativa, subiria automaticamente de 2% para 3% em 2018. O percentual foi mantido pelo Decreto nº 9.148, de 28 de agosto de 2017, e a estimativa de receitas administradas do PLOA original já contemplou o menor limite de ressarcimento, garantindo R\$ 2,6 bilhões a mais para o Tesouro. O percentual, inalterado, vigorará até 31 de dezembro de 2018;
- (b) mudança na sistemática de cobrança de imposto de renda na fonte sobre os rendimentos dos aplicadores em fundos fechados (cotas somente são resgatadas ao final de duração do fundo ou em virtude de sua eventual liquidação) e fundos de investimento em participações, que poderia render uma antecipação de R\$ 6 bilhões aos cofres da União, já deduzida a partilha com estados e municípios. Esses fundos hoje sofrem tributação nos momentos de saque ou do encerramento, e passariam a se sujeitar ao mesmo mecanismo dos fundos abertos, na forma do “come-cotas”: incide sobre os rendimentos dos últimos seis meses; e ocorre automaticamente, no último dia de maio e no último dia de novembro, uma redução no número de cotas que equivale ao percentual do Imposto de Renda cobrado. A medida provisória que altera essa tributação precisa ser votada e sancionada até o fim do ano,



CONGRESSO NACIONAL

COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO

Relatório da Receita do Orçamento de 2018 - PL nº 20/2017-CN

pelos princípios da anterioridade e anualidade (art. 62, § 2º, da Constituição Federal), para valer no ano que vem.;

- (c) aumento da alíquota da contribuição previdenciária de 11% para 14% para servidores públicos, como já se preconizava quando da elaboração da proposta da Reforma de Previdência. A alíquota majorada incidiria sobre remunerações no que excedesse R\$ 5,3 mil (teto do regime geral de previdência social). Na perspectiva de que houvesse o adiamento do reajuste previsto para janeiro de 2018, a medida implicaria ganho primário líquido de R\$ 1,9 bilhão em 2018;
- (d) reoneração da folha de pagamento para mais setores da economia, produzindo aumento líquido de receita de R\$ 4 bilhões.⁴ A desoneração é produto da Lei 12.546, de 14 de dezembro de 2011, que autorizou que setores mais intensivos em mão-de-obra pudessem contribuir para a previdência sobre o valor da receita bruta, em substituição à contribuição do empregador calculada sobre a folha de salários. Nova diminuição do número de setores beneficiados implica mais receita a partir de abril de 2018, na hipótese de aprovação da mudança até dezembro.

64. Do PLOA original para a Mensagem Modificativa, em termos de receita primária líquida, faltava materializar o equivalente aos itens (b) a (d), que vieram a se incorporar à programação com valores distintos dos originais. A mudança na sistemática de cobrança de imposto de renda na fonte sobre os rendimentos das aplicações em fundos fechados está sendo proposta pela MP 806/2017, e o aumento progressivo da alíquota da CPSS (assim como o adiamento do reajuste dos servidores), pela MP 805/2017. A reoneração, sendo objeto do PL 8.456/2017, encaminhado ao Congresso em 1º de

⁴ A medida prevê a revogação da alíquota adicional de 1% da COFINS- Importação, prevista na Lei 10.865/2004, em cumprimento às regras da Organização Mundial do Comércio. . A instituição daquele adicional buscava compensar a perda de arrecadação decorrente da instituição da contribuição previdenciária sobre o faturamento de empresas fabricantes dos produtos constantes do Anexo I da Lei nº 12.546, de 14 de dezembro de 2011. A revogação da contribuição sobre o faturamento tornará desnecessária essa compensação.



setembro, em substituição à MP 774, de 30 de março (revogada) continua em tramitação em Comissão Especial da Câmara.

65.A Tabela IV mostra os ajustes feitos do PLOA de 2018 original para a Mensagem Modificativa, incluindo, para registro da informação, as mudanças nas despesas. Chama atenção, em particular, que o impacto da reoneração da folha subiu de R\$ 4 bilhões para R\$ 5,8 bilhões, compensando, com a melhora de outros parâmetros, frustração de outras medidas de ajuste e a perda em receitas de concessões, e o fato de o Reintegra já estar na base do projeto original.

TABELA IV
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social, 2018
Alterações da Mensagem Modificativa ao PLOA 2018 Original com Impacto Primário
(R\$ Milhões)

Medidas	Impacto	
	Bruto	Líquido de Transferências
Receitas	19.345,49	14.464,10
Imposto de renda - Mercado de Capitais	10.383,78	5.607,24
Fundos de investimentos fechados	10.720,00	5.788,80
<i>Day trade</i>	(336,22)	(181,56)
Aumento progressivo da alíquota da CPSS	1.467,56	1.764,28
Receita da CPSS	2.112,60	2.112,60
Imposto de renda retido na fonte - trabalho	(645,04)	(348,32)
Reoneração da Folha	5.821,60	5.821,60
Arrecadação líquida do INSS	8.370,90	8.370,90
Cofins	(2.549,30)	(2.549,30)
Concessões	(600,00)	(600,00)
Efeito de parâmetros e realização até o mês	2.272,55	1.870,98
Despesas		44.464,10
Pessoal	...	(4.377,20)
Lei Kandir	...	1.900,00
Benefícios da Previdência	...	(1.925,50)
Ressarcimento desoneração da folha	...	(2.970,83)
Reavaliação de outras despesas obrigatórias	...	4.274,53
Despesas discricionárias	...	47.563,10
Meta de Resultado Primário	...	(30.000,00)

Fonte: SOF, SRF, Mensagem Modificativa. Elaboração e estimativas (em itálico) das Consultorias.

66.A Tabela III mostrou a estimativa da Mensagem Modificativa para a receita primária de 2018, avaliada em R\$ 1,44 trilhões, representando avanço nominal de 1,6%, correspondente a R\$ 22,3 bilhões, sobre o valor do PLOA



CONGRESSO NACIONAL

COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO

Relatório da Receita do Orçamento de 2018 - PL nº 20/2017-CN

original, e de R\$ 86,9 bilhões, ou 6,4%, sobre o valor da 4ª Avaliação de 2017.

67. As receitas primárias dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social estão em queda desde 2012, quando representaram 22% do PIB, oscilaram positivamente com a boa arrecadação da regularização tributária de ativos no exterior em 2016, e devem chegar a 20,5% do PIB em 2017, de acordo com a 4ª Avaliação. Para 2018, está previsto na Mensagem Modificativa recuo, para menos de 20,3% do PIB.

1.6.1 Receitas Administradas pela RFB na Mensagem Modificativa de 2018

68. A arrecadação das receitas administradas pela RFB, sem considerar a Previdência, corresponderá a 12,44% do PIB em 2018, como mostra a Tabela V. Embora represente leve recuperação em relação a 2017, ainda se situará em patamar inferior a 2015, segundo pior ano da década.

69. As receitas administradas crescem nominalmente 7,8% em relação a 2017. PIS e Cofins, tributos historicamente aderentes à atividade econômica são os que mais avançam em relação ao PIB. Alguns tributos administrados pela RFB caem como proporção do PIB: imposto de renda e CSLL, cobrados sobre os rendimentos e os lucros.

70. Nas projeções do Poder Executivo, incluem-se receitas extraordinárias de R\$ 15,6 bilhões, distribuídas em diferentes tributos, em mesmo valor que no PLOA original; componente da previsão que ineditamente foi registrado em 2017, resultados no IRPJ e na CSLL decorrentes de operações com ativos, estão ausentes em 2018, e o ajuste incluído a título de compatibilização entre as projeções de recuperação de dívida da RFB e da PGFN desta feita é moderadamente negativo. Nessas mesmas projeções, receitas administradas pela RFB derivadas das medidas adicionais adotadas entre o encaminhamento do PLOA 2018 original e a Mensagem Modificativa representam R\$ 7,2 bilhões.



CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO
 Relatório da Receita do Orçamento de 2018 - PL nº 20/2017–CN

TABELA V

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social

RECEITA ADMINISTRADA PELA RECEITA FEDERAL DO BRASIL, EXCETO INSS, 2012-2018 ⁽¹⁾

Item	2012						2013						2014						2015						2016						2017						2018					
	Realizado		Lei Orçamentária		3ª Aval		4ª Aval		PLOA (A)		PLOA Mensagem Modificativa (B)		Diferença (B-A)																													
	% PIB	% PIB	% PIB	% PIB	R\$ Milhões	% PIB	R\$ Milhões	% PIB	R\$ Milhões	% PIB	R\$ Milhões	% PIB	R\$ Milhões	% PIB	R\$ Milhões	% PIB	R\$ Milhões	% PIB	R\$ Milhões	% PIB	R\$ Milhões	% PIB	R\$ Milhões	% PIB	R\$ Milhões	% PIB																
Imposto de Importação	0,65	0,70	0,63	0,65	31.390,5	0,50	38.769,5	0,57	31.881,6	0,48	31.293,0	0,47	38.054,9	0,53	38.227,6	0,54	172,8	0,00																								
IPI	0,92	0,83	0,87	0,81	42.294,0	0,67	52.210,1	0,77	45.301,5	0,68	45.360,4	0,68	51.335,9	0,72	52.107,2	0,73	771,2	0,01																								
IPI - Fumo	0,08	0,10	0,10	0,09	5.718,5	0,09	5.806,0	0,09	5.154,2	0,08	5.210,3	0,08	4.812,9	0,07	4.847,6	0,07	34,6	0,00																								
IPI - Bebidas	0,07	0,06	0,06	0,04	2.683,9	0,04	2.558,1	0,04	2.936,2	0,04	2.903,1	0,04	3.065,4	0,04	3.079,1	0,04	13,7	0,00																								
IPI - Automóveis	0,09	0,07	0,08	0,07	3.298,7	0,05	3.750,2	0,05	3.722,3	0,06	3.998,1	0,06	3.901,8	0,05	4.186,1	0,06	284,3	0,00																								
IPI - Importação	0,33	0,27	0,26	0,28	13.451,6	0,21	16.584,3	0,24	13.635,4	0,21	13.409,1	0,20	16.186,3	0,23	16.474,0	0,23	287,7	0,00																								
IPI - Outros	0,35	0,32	0,37	0,32	17.141,3	0,27	23.511,4	0,34	19.853,5	0,30	19.839,8	0,30	23.369,5	0,33	23.520,3	0,33	150,8	0,00																								
Imposto de Renda	5,12	5,11	4,94	5,01	340.952,0	5,44	352.852,7	5,17	333.958,2	5,03	334.748,6	5,04	342.949,6	4,80	351.342,1	4,93	8.392,5	0,12																								
IR - Pessoa Física	0,50	0,49	0,48	0,47	30.495,8	0,49	38.125,7	0,56	32.962,2	0,50	33.010,7	0,50	32.530,0	0,46	35.211,8	0,49	2.681,8	0,04																								
IR - Pessoa Jurídica	2,10	2,14	1,95	1,79	133.791,7	2,13	135.132,0	1,98	119.268,0	1,80	117.057,5	1,76	119.893,6	1,68	123.061,0	1,73	3.167,4	0,05																								
IR - Fonte	2,52	2,48	2,51	2,74	176.664,4	2,82	179.595,0	2,63	181.728,0	2,74	184.680,4	2,78	190.526,0	2,67	193.069,4	2,71	2.543,3	0,04																								
IRRF - Trabalho	1,33	1,25	1,28	1,26	82.165,8	1,31	83.620,0	1,23	87.813,5	1,32	89.782,4	1,35	93.735,0	1,31	95.007,4	1,33	1.272,3	0,02																								
IRRF - Capital	0,70	0,69	0,71	0,89	59.403,7	0,95	62.427,0	0,92	57.562,1	0,87	58.241,2	0,88	54.290,1	0,76	60.671,5	0,85	6.381,5	0,09																								
IRRF - Remessas	0,32	0,35	0,34	0,41	24.898,8	0,40	22.697,9	0,33	25.949,6	0,39	26.081,1	0,39	26.465,3	0,37	26.152,9	0,37	(312,4)	(0,00)																								
IRRF - Outros	0,17	0,18	0,18	0,17	10.196,1	0,16	10.850,0	0,16	10.402,8	0,16	10.575,6	0,16	16.035,7	0,22	11.237,6	0,16	(4.798,1)	(0,07)																								
IOF	0,64	0,56	0,52	0,58	33.782,4	0,54	37.657,1	0,55	35.515,9	0,54	35.257,5	0,53	38.319,8	0,54	37.951,0	0,53	(368,8)	(0,00)																								
Cofins	3,64	3,80	3,44	3,38	204.678,6	3,27	222.797,2	3,27	215.225,4	3,24	214.147,1	3,23	243.497,8	3,41	241.888,5	3,39	(1.609,2)	(0,02)																								
PIS/Pasep	0,96	0,98	0,91	0,89	53.894,7	0,86	59.701,0	0,88	57.031,1	0,86	56.955,9	0,86	64.657,5	0,91	64.842,9	0,91	185,4	0,00																								
CSLL	1,17	1,21	1,12	1,01	68.143,3	1,09	78.964,9	1,16	70.418,1	1,06	69.428,3	1,05	71.367,6	1,00	71.904,9	1,01	537,3	0,01																								
CPMF	(0,01)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-																								
CIDE-Combustíveis	0,06	0,01	0,00	0,05	6.010,7	0,10	6.023,4	0,09	5.807,2	0,09	5.954,0	0,09	6.229,4	0,09	6.346,5	0,09	117,1	0,00																								
Outras Administradas	0,28	0,30	0,36	0,37	38.442,5	0,61	32.611,4	0,48	36.426,6	0,55	29.534,5	0,44	22.603,4	0,32	22.078,1	0,31	(525,3)	(0,01)																								
TOTAL	13,45	13,49	12,79	12,75	819.588,6	13,08	881.587,4	12,92	831.565,7	12,53	822.679,2	12,40	879.015,8	12,31	886.688,8	12,44	7.673,0	0,12																								

Fonte: Receita Federal do Brasil; Orçamentos e avaliações citados; Projeto de lei orçamentária de 2017 e 2018; IBGE. Elaboração das Consultorias.

⁽¹⁾ Líquida de incentivos fiscais.



CONGRESSO NACIONAL

COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO

Relatório da Receita do Orçamento de 2018 - PL nº 20/2017-CN

71. O maior crescimento em relação à 4ª Avaliação de 2017 ocorre na Cofins R\$ 27,7 bilhões, ou 13%. O imposto de renda, embora cresça só 5%, contribuirá com R\$ 16,6 bilhões. O PIS/Pasep, com a mesma tendência da Cofins, também crescerá bem, R\$ 7,9 bilhões, em grande parte refletindo, ambos, o impacto de alterações da legislação, particularmente o aumento da alíquota sobre a importação e comercialização de combustíveis.
72. As receitas administradas previstas no PLOA 2018 modificado totalizam R\$ 886,7 bilhões, dos quais se destacam o imposto de renda, com R\$ 351,3 bilhões e a Cofins, com R\$ 241,9 bilhões. Em valores absolutos, a receita administrada com maior aumento é a Cofins, com R\$ 27,7 bilhões de acréscimo, enquanto outras receitas administradas são reduzidas em R\$ 7,5 bilhões. Em termos percentuais, os destaques ficam com imposto de importação, que cresce 22,2%, e outras receitas, que diminuem 25,3%.
73. Estão previstos, em relação a 2017, particularmente, o aumento de 22% dos impostos vinculados à importação, em R\$ 10 bilhões, refletindo principalmente a variação do volume de importações em 14,8%.

1.6.2 Receita do RGPS na Mensagem Modificativa de 2018

74. A estimativa de arrecadação das receitas previdenciárias considera os efeitos da alteração da base de cálculo da contribuição para o Regime Geral da Previdência Social - RGPS devida por vários segmentos empresariais, cujo recolhimento passou a ser apurado mediante a aplicação de alíquotas de 1% ou 2% sobre a receita bruta. Essa política de desoneração da folha salarial iniciada a partir do exercício de 2012, com vigência até 31 de dezembro de 2014, tornou-se permanente com a edição da Lei nº 13.043, de 13 de novembro de 2014. Mais recentemente, a Lei 13.161, de 31 de agosto de 2015, majorou as alíquotas de contribuição sobre a receita bruta para 3% e 4,5%, de forma a reduzir a renúncia fiscal.
75. A arrecadação líquida do RGPS em 2018, descontadas as desonerações da folha de salários de setores específicos, será de R\$ 391,9 bilhões com



CONGRESSO NACIONAL

COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO

Relatório da Receita do Orçamento de 2018 - PL nº 20/2017-CN

aumento de R\$ 30,7 bilhões, com relação à última avaliação de 2017. Os recolhimentos em 2018 crescerão 8,5%, portanto pouco acima do crescimento esperado na Mensagem Modificativa da massa salarial, que é de 6,15%. Reverterá sua trajetória de queda como proporção do PIB: foi de 5,7%, em 2012, para 5,6%, em 2013; 5,5%, em 2014; em 2015, 2016 e 2017, ficou pouco acima de 5,4%; e crescerá para 5,5% do PIB em 2018. Como as despesas com benefícios previdenciários crescerão cerca de 7%, o déficit previdenciário, antes da compensação pela desoneração da folha, também crescente, ficará em R\$ 204,4 bilhões ou 2,9% do PIB.

76.A exemplo de propostas orçamentárias de anos anteriores, a Mensagem Modificativa apresenta como receita valor equivalente às desonerações da folha, no montante estimado de R\$ 11,5 bilhões, bem como despesa primária compensatória, depois do corte de R\$ 3 bilhões decorrente do PL 8.456, de 2017. Como essa desoneração não corresponde a receita efetivamente ingressada nos cofres públicos, a carga tributária com sua inclusão estaria superestimada.

77.O Projeto de Lei nº 8.456/2017 foi apresentado pelo Poder Executivo em 1º de setembro, para alterar as Leis que tratam da contribuição previdenciária sobre a receita bruta (Leis nºs 8.212, de 24 de julho de 1991; 8.218, de 29 de agosto de 1991; 9.430, de 27 de dezembro de 1996; 10.833, de 29 de dezembro de 2003, e 11.457, de 16 de março de 2007). Ele tramita em regime de prioridade em comissão especial.

78.As estimativas constantes da E.M. do PL se referem a 12 meses. O valor do ganho com a medida foi estimado tendo em conta noventa até março de 2018, e arrecadação nos 8 meses seguintes. O mesmo PL revoga a alíquota adicional da Cofins-Importação, impondo perda de R\$ 2,55 milhões em 2018.

79.As estimativas de receita na Mensagem Modificativa contam com R\$ 15,6 bilhões de receitas extraordinárias, outros R\$ 15,6 bilhões de medidas tributárias pendentes de deliberação legislativa, e ainda há riscos fiscais relevantes amplamente divulgados em anexo específico da LDO. Dentre esses riscos, destaca-se a decisão tomada pelo STF em março de 2017, de



CONGRESSO NACIONAL

COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO

Relatório da Receita do Orçamento de 2018 - PL nº 20/2017-CN

que "O ICMS" ... (tributo estadual) ... "não compõe a base de cálculo para a incidência do PIS e da Cofins". O citado Anexo estimava a perda de receita com a adoção dessa decisão, superados os embargos, em ao menos R\$ 20 bilhões por ano.

1.6.3 Receitas Não-Administradas na Mensagem Modificativa de 2018

80. As receitas não administradas, incluindo a Contribuição Previdenciária dos Servidores para o Regime Próprio – CPSS - e as Operações com Ativos de 2017 para 2018 crescem nominalmente R\$ 7,8 bilhões, e caem de 2,6% do PIB para 2,3% do PIB.

81. A previsão de arrecadação de receitas não administradas pela RFB é de R\$ 166,4 bilhões, destacando-se R\$ 44,9 bilhões de royalties/compensação financeira pela exploração de recursos naturais e R\$ 35,9 bilhões de demais receitas. Nas receitas não administradas, o maior aumento nominal ocorre em royalties/compensação financeira, com R\$ 8,4 bilhões (23,1%), enquanto as reduções mais intensas são notadas nas demais receitas e nas concessões e permissões, com R\$ 10,2 bilhões (22,1%) e R\$ 9,7 bilhões (34%), respectivamente.

82. As receitas de concessões cairão R\$ 9,7 bilhões em 2018. Ainda assim, representarão receita da ordem de R\$ 18,9 bilhões, R\$ 600 milhões abaixo do valor que constava do PLOA original. Para 2018, o PLOA original contemplava, em particular, o leilão da outorga do aeroporto de Congonhas, com lance mínimo estimado em R\$ 5,1 bilhões. Outros aeroportos, somados, renderão menos de R\$ 400 milhões, previstos para serem arrecadados em dezembro. Outros R\$ 3,3 bilhões refletem predominantemente o recebimento parcelado de concessões aeroportuárias vigentes.

83. Na PLOA 2018 original, o programa de concessões centrado na Eletrobrás renderia R\$ 7,7 bilhões. Com a desistência da concessão de Congonhas, passou-se a prever para 2018 12,2 bilhões com a privatização da empresa de eletricidade. A expectativa é de que projeto de lei formatando a



CONGRESSO NACIONAL

COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO

Relatório da Receita do Orçamento de 2018 - PL nº 20/2017-CN

privatização e a concessão de usinas de sua propriedade seja aprovado pelo Congresso até junho de 2018 e que receita ingresse no Tesouro também em dezembro – outra parte do resultado da venda da participação acionária caberá à empresa, com a possibilidade de repartição dos ganhos ainda com a Conta de Desenvolvimento Energético.

84. Nova concessão ainda contemplada no Orçamento de 2018 refere-se à Lotex. Não há previsão de recursos com novas concessões na área petrolífera.
85. Receitas com dividendos estão estimadas para 2018 em R\$ 6,8 bilhões, R\$ 850 milhões a mais do que será arrecadado em 2017. Como proporção do PIB, será o dobro da receita de dividendos obtida em 2016, quando esteve ausente da distribuição de lucros o BNDES, que retornou em 2017.
86. As receitas com *royalties*/compensações financeiras crescem na proposta orçamentária 23% em relação a 2017, em R\$ 8,4 bilhões, para R\$ 44,9 bilhões em 2018. Os aumentos esperados do preço médio do barril de petróleo, da produção e da cotação média do real frente ao dólar, e ainda o novo modelo de cálculo dos royalties do petróleo e da participação especial respondem pela melhora prevista dessa receita.
87. Espera-se arrecadar R\$ 2,5 bilhões em 2018 a título de operações com ativos. Na 4ª Avaliação de receitas e despesas, a estimativa para 2017 é de pouco mais de R\$ 3,2 bilhões; de janeiro a setembro a arrecadação foi de pouco menos de R\$ 800 milhões. Constam para 2018 receitas com leilões de folhas e R\$ 1,5 bilhão de alienação de bens intangíveis. Não há informações detalhadas sobre a natureza desses ingressos.
88. As Demais Receitas caem de R\$ 46,1 bilhões para R\$ 35,9 bilhões, explicada a diferença pela arrecadação extraordinária, em agosto de 2017, de R\$ 6 bilhões de precatórios judiciais não reclamados há mais de 2 anos (Lei 13.463, de 6 de julho de 2017) e pela redução de 37% do prêmio do seguro obrigatório de danos pessoais - DPVAT, cuja metade fica com o Tesouro.



1.6.4 Renúncia de Receitas Tributárias na Mensagem Modificativa de 2018 e Questões Metodológicas

89. Por determinação constitucional (art. 165, § 6º), o Projeto de Lei Orçamentária deve estar acompanhado de demonstrativo regionalizado do efeito, sobre as receitas e despesas, decorrente de isenções, anistias, remissões, subsídios e benefícios de natureza financeira, tributária e creditícia. O Demonstrativo de Gastos Tributários não foi alterado na Mensagem Modificativa.
90. A estimativa de renúncia de receitas de impostos e contribuições é de R\$ 283,4 bilhões para 2018, ou 4% do PIB projetado para o exercício no PLOA original, pouco menor que os 4,2% previstos no PLOA deste ano. A diminuição nominal em relação a 2017 é pequena, da ordem de R\$ 1,4 bilhão.
91. Os maiores benefícios decorrem de desonerações concedidas no âmbito do imposto sobre a renda (R\$ 101,4 bilhões), da Cofins (R\$ 65 bilhões), e da Contribuição para o RGPS (R\$ 60,0 bilhões), que juntos respondem por quase 80% do total do gasto tributário. É elevado o peso da renúncia de receita em favor de micro e pequenas empresas por meio do Simples Nacional, de R\$ 80,6 bilhões (28,45% do total), seguido pelos rendimentos isentos e não tributáveis do IRPF, de R\$ 27 bilhões (9,55%) e pela Desoneração da Cesta Básica e pelos benefícios concedidos à Zona Franca de Manaus e Áreas de Livre Comércio, ambos respondendo por, aproximadamente, R\$ 24,4 bilhões (8,55%) cada.
92. Este Relator deparou-se com questões metodológicas que não se haviam colocado antes em processos orçamentários. Refiro-me ao uso de valores contidos nos Demonstrativos de Gastos Tributários (DGT) previstos na Lei de Responsabilidade Fiscal e na Lei de Diretrizes Orçamentárias para reestimar receita. Nossa conclusão foi de que, embora ilustrativo e revelador dos grandes números da renúncia fiscal, os gastos tributários individualizados ainda trazem uma margem elevada de imprecisão.



CONGRESSO NACIONAL

COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO

Relatório da Receita do Orçamento de 2018 - PL nº 20/2017-CN

93. Trata-se aqui de prever o aumento da receita do imposto com a eliminação total ou parcial de um determinado benefício contido em sua legislação. Tanto na Lei 13.487/17, de 6 de outubro, que instituiu o Fundo Especial de Financiamento de Campanha (FEFC) e extingue a propaganda partidária no rádio e na televisão, quanto o PLV 33, de conversão da MP 796/17, ainda em tramitação no Congresso, existe a referência expressa aos gastos tributários economizados: na primeira, para estabelecer um mínimo a que um dos dois componentes do Fundo deve equivaler; na segunda, para estabelecer o limite que pode ser autorizado sob forma de renúncia fiscal, compensado com a superestimativa de gasto tributário de outra natureza estimado no DGT. Dispositivos da legislação orçamentária e financeira (LRF, LDO) trazem exigência quanto à estimativa da perda de receita derivada de benefícios e a sua compensação.
94. O DGT de 2018, a exemplo de anteriores, discorre sobre metodologias de cálculos dos gastos tributários. O método adotado pela Receita Federal do Brasil para mensuração das renúncias fiscais é o da “perda de arrecadação”. Segundo ele, cada gasto é medido isoladamente, e não se consideram os reflexos que a supressão de um item possa acarretar na medição de outros. O total da renúncia representa o somatório dos valores individuais, e não o efeito conjunto da eliminação de todos eles.
95. Devem ser preliminarmente identificadas as medidas desonerativas que se enquadram no conceito de gasto tributário, a hipótese do fato gerador de cada tributo, a base de cálculo tributável e as alíquotas aplicáveis. A partir daí é construída uma simulação de tributação que estima o montante de tributos que seria devido caso fossem aplicados os parâmetros normais de tributação à situação desonerada.
96. A metodologia de cálculo também depende, ainda segundo o DGT, da disponibilidade e especificidade da informação. Os dados para o cálculo dos gastos não são disponibilizados para a RFB imediatamente após a ocorrência do fato gerador. Quando provenientes das declarações e escriturações, as informações só ficam disponíveis após o seu



CONGRESSO NACIONAL

COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO

Relatório da Receita do Orçamento de 2018 - PL nº 20/2017-CN

processamento, e em momentos distintos, conforme seja a apuração decenal, mensal, trimestral ou anual.

97. Atualmente, a RFB trabalha com um prazo de três anos para a apuração das renúncias com a utilização da Base Efetiva. Para realizar as previsões para períodos futuros dos gastos tributários dos demonstrativos que acompanham a LDO, o PLOA e o Plano Plurianual, a Receita Federal do Brasil usa o Método dos Indicadores, empregado na previsão da arrecadação federal. Esse método consiste em aplicar um índice de correção a uma base que, costumeiramente, é o valor do gasto tributário estimado, utilizando dados efetivos. Para cada item de gasto tributário é empregado um índice formado pela associação de indicadores macroeconômicos que representam a variação de preços e a variação de quantidades (volume), esperada para o período futuro.

98. Com base nos DGT base efetiva referente a 2013, e aos DGT dos exercícios de 2015 e 2017, a exclusão da propaganda partidária no horário eleitoral gratuito pode representar receita adicional estimada do Imposto de Renda da Pessoa Jurídica, a preços de 2018, de R\$ 168,9 milhões. Esse valor, dado que a Lei já estava sancionada quando do encaminhamento da Mensagem Modificativa, supõe-se constar da previsão da receita administrada da RFB de 2018.

1.6.5 Avaliação das Receitas Próprias das Entidades da Administração Indireta para 2018

99. A Resolução nº 1/2006-CN, art. 33, III, determina que constem deste Relatório, em separado, avaliação das receitas próprias das entidades da administração indireta, em especial as pertencentes às agências reguladoras. Essas receitas provêm de itens diversos, com metodologias variadas de estimação, detalhadas nas informações complementares.

100. As receitas próprias de entidades da administração indireta previstas na Mensagem Modificativa para 2018, aqui entendidas como fonte diferente do



CONGRESSO NACIONAL

COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO

Relatório da Receita do Orçamento de 2018 - PL nº 20/2017-CN

Tesouro, são de R\$ 17,3 bilhões, R\$ 1,1 bilhão a menos do que constou na Proposta de 2017.

101. Desse total, R\$ 10,3 bilhões correspondem a receitas primárias (Fonte 250 – "Recursos Próprios Não-Financeiros" e Fonte 263 – "Recursos Próprios Decorrentes da Alienação de Bens e Direitos do Patrimônio Público") e R\$ 7 bilhões a receitas financeiras (Fonte 280). As receitas primárias decorrem da prestação de serviços, cobranças de tarifas e taxas, alienação de bens e recolhimentos variados, enquanto a maior parte das receitas financeiras provém da remuneração de depósitos bancários e da amortização de financiamentos.
102. As entidades com fontes próprias de receitas estão relacionadas, principalmente, ao Ministério da Defesa (R\$ 6 bilhões), que inclui os fundos militares; aos Encargos Financeiros da União (R\$ 2,3 bilhões), órgão que inclui o Fundo Soberano e o Fundo Social; às Operações Oficiais de Crédito (R\$ 2,1 bilhões), onde constam as receitas financeiras do FIES e amortização e juros de empréstimos de fundos de desenvolvimento regional; ao Ministério da Educação (R\$ 1,6 bilhão), com as universidades federais; e ao Ministério do Desenvolvimento Social (R\$ 1,4 bilhão), onde está registrada a previsão da receita com a venda do direito de operacionalização da folha de pagamento de benefícios previdenciários.
103. A Tabela VI seguir detalha o montante das receitas próprias das entidades da administração indireta, discriminadas por órgão.



CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO
Relatório da Receita do Orçamento de 2018 - PL nº 20/2017-CN

TABELA VI
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
Receitas Próprias da Administração Indireta na Mensagem Modificativa ao PLOA de 2018
(R\$ Milhões)

Órgão	Receitas Primárias ⁽¹⁾ (A)	Receitas Financeiras ⁽²⁾ (B)	Receitas Próprias (C = A+B)	%
MINISTÉRIO DA DEFESA	5.096,80	891,5	5.988,30	34,52
ENCARGOS FINANCEIROS DA UNIÃO	0	2.319,90	2.319,90	13,38
OPERAÇÕES OFICIAIS DE CRÉDITO	8	2.107,50	2.115,50	12,20
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO	1.172,90	455,4	1.628,30	9,39
MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL	1.423,70	11,9	1.435,70	8,28
MINISTÉRIO DOS TRANSPORTES, PORTOS E AVIAÇÃO CIVIL	232,3	733,7	966,1	5,57
MINISTÉRIO DA FAZENDA	508,3	22,2	530,5	3,06
MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES	337,6	124,8	462,3	2,67
MINISTÉRIO DA INDÚSTRIA, COMÉRCIO EXTERIOR E SERVIÇOS	351,4	99,9	451,3	2,60
MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA	389,4	0	389,4	2,25
MINISTÉRIO DAS CIDADES	266,9	5,9	272,8	1,57
MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE	223,4	29,7	253,1	1,46
MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO	182,6	2,3	184,9	1,07
PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA	102,7	52	154,8	0,89
MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, DESENVOLVIMENTO E GESTÃO	1,7	111,4	113,1	0,65
MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL	23,6	18,5	42	0,24
MINISTÉRIO DA SAÚDE	15,4	10,7	26,1	0,15
MINISTÉRIO DA CULTURA	7,4	0	7,4	0,04
MINISTÉRIO DO TRABALHO	0,2	2,9	3,1	0,02
MINISTÉRIO DO TURISMO	0,3	0,3	0,5	0,00
MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES	0,2	0	0,2	0,00
MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA	0,1	0	0,1	0,00
Total	10.344,9	7.000,4	17.345,3	100,0

Fonte: PL nº 20/2017-CN, Mensagem modificativa. Elaboração das Consultorias.

⁽¹⁾ Fontes de recursos 250 e 263.

⁽²⁾ Fonte de recursos 280.

104. As receitas próprias das agências reguladoras⁵ – de R\$ 614,3 milhões – correspondem a pouco mais de 8% dos recursos totais dessas agências, sendo que o restante, quase 92% dos recursos, está associado ao Tesouro Nacional, conforme detalhamento da Tabela VII.

⁵ Disponível em: <http://www.brasil.gov.br/governo/2009/11/agencias-reguladoras>. Acesso em 17/10/2017.



CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO
Relatório da Receita do Orçamento de 2018 - PL nº 20/2017-CN

TABELA VII
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
Agências Reguladoras: Receitas Próprias e do Tesouro, 2018
(R\$ Milhões)

Unidade Orçamentária	Recursos do Tesouro (A)	Recursos Próprios (B)	Total de Recursos (C=A+B)	% de Recursos Próprios (D=B/C)
Agência Nacional de Telecomunicações - ANATEL	1.881,90	1,3	1.883,20	0,07%
Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis - ANP	1.348,70	352,1	1.700,80	20,70%
Agência Nacional de Aviação Civil - ANAC	1.325,40	0	1.325,40	0,00%
Agência Nacional de Mineração - ANM	642,7	30,4	673	4,51%
Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT	445,7	175	620,7	28,19%
Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS	375,9	2	377,9	0,53%
Agência Nacional de Vigilância Sanitária - ANVISA	323,7	5,2	328,9	1,59%
Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL	298,9	0	298,9	0,00%
Agência Nacional de Águas - ANA	215,5	48,3	263,8	18,32%
Agência Nacional de Transportes Aquaviários - ANTAQ	4,6	0	4,6	0,00%
Agência Nacional do Cinema - ANCINE	2,8	0	2,8	0,00%
Total	6.865,70	614,3	7.480,10	8,21%

Fonte: PL nº 20/2017-CN, Mensagem modificativa. Elaboração das Consultorias.

1.7 Receitas Financeiras na Mensagem Modificativa da Proposta para 2018

105. Do total de R\$ 3,5 trilhões relativos às receitas dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social contido na Mensagem Modificativa do PLOA 2018, as receitas financeiras totalizam R\$ 2,0 trilhões, alcançando 58,4% daquele montante, como mostra a Tabela VIII.

106. Do total das receitas financeiras, R\$ 1,6 trilhão, cerca de 80%, provêm da emissão de títulos de responsabilidade do Tesouro Nacional. A parcela referente ao refinanciamento da Dívida Mobiliária Federal consta, como determina a Lei de Responsabilidade Fiscal, de forma destacada e soma R\$ 1,1 trilhão⁶, o que equivale a 55,7% das receitas financeiras.

⁶ O refinanciamento/rolagem da dívida da União conta, pela primeira vez em proposta orçamentária, com recursos em natureza de receita distinta da emissão de títulos públicos (receita de capital – operação de crédito). Totalizam R\$ 17,7 bilhões os recursos de refinanciamento apropriados como outras receitas correntes financeiras (fonte 143).



CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO
Relatório da Receita do Orçamento de 2018 - PL nº 20/2017-CN

TABELA VIII
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
Receitas Financeiras na Mensagem Modificativa ao PLOA de 2018

Receitas por Natureza	R\$ Bilhões	%
Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional - Refinanciamento	1.139,5	55,7
Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional ⁽¹⁾	495,1	24,2
Amortização de Empréstimos	156,7	7,7
Remuneração das disponibilidades do Tesouro	92,8	4,5
Resultado do Banco Central - Operações com Reservas e Derivativos Car	46,5	2,3
Contribuição Patronal de Servidor para o RPPS	25,1	1,2
Retorno de operações, juros e encargos financeiros	19,6	1,0
Outras Receitas Financeiras	69,1	3,4
Total das Receitas Financeiras	2.044,4	100,0
Memorando		
Total das Receitas Financeiras	2.044,4	58,4
Total das Receitas Primárias	1.456,5	41,6
Total das Receitas na Mensagem	3.500,8	100,0

Fonte: PL nº 20/2017-CN, Mensagem modificativa. Elaboração das Consultorias.

⁽¹⁾ Inclui títulos da dívida agrária.

107. A amortização de empréstimos, item que engloba a devolução de empréstimos ao BNDES (R\$ 130 bilhões), empréstimos aos Estados e Municípios e ao FIES, por exemplo, perfaz R\$ 156,7 bilhões, somando 7,7% das receitas financeiras.
108. Os dois itens que refletem o relacionamento do Tesouro com o Banco Central (“Remuneração das Disponibilidades do Tesouro junto ao Banco Central”, “Resultado do Banco Central com Reservas e Derivativos”) rendem R\$ 139,4 bilhões, representando 6,8% das receitas financeiras.
109. Já o montante destinado para a contribuição patronal para o regime próprio de previdência social do servidor (RPPS) alcança R\$ 25 bilhões, totalizando 1,2% das receitas financeiras totais.
110. Em relação ao retorno das operações, juros e encargos, a Mensagem Modificativa apresenta o valor de R\$ 19,6 bilhões, o equivalente a 1% das receitas financeiras.
111. Os demais itens da receita financeira somam R\$ 69,1 bilhões ou 3,4% das receitas financeiras. Dentre os principais destaques deste grupo estão os recursos do FAT (R\$ 30,2 bilhões) que incluem a remuneração dos recursos



depositados no BNDES (R\$11,7 bilhões) e, pela primeira vez, a devolução de parte do principal⁷ do FAT (R\$ 18,6 bilhões).

1.8 Receitas do Orçamento de Investimentos das Empresas Estatais na Mensagem Modificativa da Proposta para 2018

112. As fontes de financiamento do orçamento de investimento das empresas estatais federais para 2018 somam R\$ 68,8 bilhões, como mostra a Tabela IX. Esse valor reflete uma queda de 23,6% em relação à previsão do Orçamento de 2017.

TABELA IX
FONTES DE FINANCIAMENTO DO ORÇAMENTO DE INVESTIMENTOS DAS EMPRESAS ESTATAIS, 2013-2018
(R\$ Milhões)

Discriminação	Realizado				2017	2018
	2013	2014	2015	2016	Lei	Mensagem Mod
Recursos Próprios	94.064,3	89.412,9	72.500,7	48.932,1	74.664,2	64.326,2
Geração Própria	94.064,3	89.412,9	72.500,7	48.932,1	74.664,2	64.326,2
Recursos para Aumento do Patrimônio Líquido	13.215,6	2.646,9	2.326,1	1.343,0	10.851,1	1.455,4
Tesouro	1.537,1	1.819,3	1.922,1	1.211,0	1.368,6	619,0
Saldo de Exercícios Anteriores	652,3	544,7	58,6	58,6	145,9	439,1
Controladora	10.896,8	282,9	300,2	73,4	9.336,6	397,3
Outras Estatais	129,5	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Operações de Crédito de Longo Prazo	5.810,7	3.186,8	4.530,1	4.800,0	4.174,5	2.536,4
Internas	2.457,8	3.153,9	3.530,1	2.394,0	4.174,5	2.536,4
Externas	3.352,9	32,8	1.000,0	2.406,0	0,0	0,0
Outros Recursos de Longo Prazo	400,6	393,2	848,8	1.335,4	337,3	482,8
Controladora	400,6	393,2	519,0	385,6	337,3	482,8
Outras	0,0	0,0	329,8	949,8	0,0	0,0
Total	113.491,2	95.639,9	80.205,7	56.410,5	90.027,1	68.803,8

Fonte: MPOG/SOF, Relatório da Receita 2017, Lei 13.414/2017, PL 20/17-CN, Portarias DEST. Elaboração das Consultorias.

113. Entre 2013 e 2016, os investimentos das estatais caíram nominalmente mais de 50%, refletindo a crise enfrentada pelo país e, em particular, pelo grupo Petrobras responsável por cerca de 85% do investimento total. A expectativa de investimentos do grupo Petrobras é de R\$ 61,4 bilhões na lei orçamentária de 2017 e de R\$ 43,5 bilhões na Proposta de 2018.

114. As fontes de financiamento do investimento das estatais sempre foram majoritariamente constituídas por recursos próprios das empresas: em 2014,

⁷ O art. 7º da Lei nº 8.019, de 11 de abril de 1990, prevê que em caso de insuficiência de recursos para o Programa de Seguro-Desemprego e para o pagamento do abono salarial serão recolhidas ao FAT, pelo BNDES, parcelas dos saldos de recursos repassados para financiamento de programas de desenvolvimento econômico. Desde a Constituição de 1988 é a primeira vez que parcela desses recursos retornará ao FAT.



CONGRESSO NACIONAL

COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO

Relatório da Receita do Orçamento de 2018 - PL nº 20/2017-CN

93,5%; em 2015, 90,3% das fontes totais. Em 2016 e 2017, a maior participação proporcional de operações de crédito e de recursos de aumento de capital, reduziram a contribuição dos recursos próprios a menos de 85% do total. Em 2018, o percentual de geração própria volta a subir e alcança o mesmo patamar apresentado em 2014, ou seja, 93,5% do total.

115. A despesa do orçamento fiscal e da seguridade social com aumento de participação no capital social de empresas se reflete parcialmente no orçamento de investimento das estatais. Parte dessa capitalização pode ser destinada para outros fins que não investimentos, tais como a manutenção da participação societária mínima da União no caso das empresas de capital aberto. Para 2018, o orçamento da União prevê R\$ 4,6 bilhões em capitalizações, dos quais R\$ 1,5 bilhão para a Empresa Gerencial de Projetos Navais (Emgepron), destinado à construção de corvetas da classe Tamandaré, e R\$ 1,7 bilhão em reserva sem identificação da empresa beneficiária. Das fontes de recursos do orçamento de investimento das estatais apenas R\$ 619 milhões advêm diretamente do orçamento federal.

1.9 Reestimativa das Receitas Primárias para 2018

1.9.1 O Processo Orçamentário

116. A avaliação da estimativa da receita orçamentária constante do Projeto de Lei Orçamentária encaminhado pelo Executivo é etapa inicial do processo de apreciação do orçamento na CMO e o correspondente relatório deve ser votado previamente à apresentação do Relatório Preliminar.⁸

117. A Resolução nº 01/2006-CN pede que no Relatório da Receita se verifique o “atendimento às normas constitucionais e legais pertinentes à Receita, especialmente quanto à compatibilidade do projeto com a lei do Plano Plurianual, a lei de diretrizes orçamentárias e a Lei Complementar nº 101, de 2000”.

⁸ Pela Resolução, cabe ainda proposta de atualização por força de mudança posterior de previsões de comportamento de variáveis macroeconômicas e da legislação.



CONGRESSO NACIONAL

COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO

Relatório da Receita do Orçamento de 2018 - PL nº 20/2017-CN

118. Do ponto de vista legal, as estimativas de receitas na Mensagem Modificativa ao Projeto de Lei Orçamentária para 2018 atendem ao que dispõem a Constituição Federal e a legislação pertinente, em particular a LRF e a LDO. Elas refletem as legislações vigentes (tributária e outras) e guardam compatibilidade, na classificação e na metodologia de estimação, com a legislação de finanças públicas.

1.9.2 Metodologia

119. Segundo a Resolução Nº 1, de 2006 - CN, a metodologia a ser utilizada na análise da estimativa da receita deverá ser aquela prevista na LDO. Só até a LDO de 2009 houve a previsão de que as estimativas “se farão com a observância estrita das normas técnicas e legais, considerarão os efeitos das alterações na legislação, da variação dos índices de preços, do crescimento econômico ou de qualquer outro fator relevante”. De qualquer maneira, a LRF, matriz desse dispositivo, já cuidara do assunto nos mesmos termos:

“Art. 12. As previsões de receita observarão as normas técnicas e legais, considerarão os efeitos das alterações na legislação, da variação do índice de preços, do crescimento econômico ou de qualquer outro fator relevante e serão acompanhadas de demonstrativo de sua evolução nos últimos três anos, da projeção para os dois seguintes àquele a que se referirem, e da metodologia de cálculo e premissas utilizadas.”

120. O Comitê de Receitas adotou por muito tempo a mesma metodologia da RFB para as estimativas das receitas por ela administradas. A observação da arrecadação no ano, até o último mês disponível, permitia que se ajustasse a base da projeção para o exercício seguinte.

121. Desde o orçamento de 2004, o Comitê incorpora em suas previsões Receitas Atípicas ou Extraordinárias arrecadadas pela RFB. O modelo da RFB passou a prevê-las em 2007, no PL nº 15/2006.

122. A inclusão de Receitas Extraordinárias (ou Atípicas, ou Esforço de Arrecadação) nas estimativas cumpre o papel de compensar o efeito de



CONGRESSO NACIONAL

COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO

Relatório da Receita do Orçamento de 2018 - PL nº 20/2017-CN

variáveis que não são levadas em conta na metodologia linear de previsão adotada pelo Executivo, para incorporar melhorias nos procedimentos de arrecadação, mudança na elasticidade das receitas em relação aos indicadores usados e erro na avaliação do efeito das alterações legislativas e de outros indicadores.

123. Neste exercício, nossa reestimativa das receitas administradas não diverge da metodologia utilizada pela RFB. Como a Mensagem Modificativa contempla a previsão de receita mais recente para 2017 como base de projeção, procedemos tão somente à atualização dos parâmetros de PIB e massa salarial. O mesmo foi feito para as demais receitas reestimadas neste Relatório.

1.9.3 Reestimativa das Receitas para 2018

124. A decisão aparentemente tomada na undécima hora, de não contemplar na Medida Provisória 806/2017, de 30 de outubro, a eliminação da antecipação de tributo não se refletiu na estimativa da receita do imposto de renda retido na fonte sobre rendimentos de capital.

125. A mudança na tributação dos fundos de investimentos fechados viria acompanhada de simplificação e redução do pagamento de tributos nas operações em bolsa de valores. Consta da Exposição de Motivos⁹ da citada Medida Provisória¹⁰, que, entre outros, seria eliminada a antecipação do imposto de renda cobrado à alíquota de 0,005% e de 1% nas operações de *day trade*; haveria redução da alíquota incidente sobre os ganhos líquidos nas operações em bolsas de valores, de 20% para 15%; e seria modificada a isenção aplicável a estes ganhos, ampliando-se o valor máximo de alienações de R\$ 20.000,00 por mês, para R\$ 60.000,00 por trimestre.

126. As mudanças nas regras de cobrança do tributo sobre os ganhos líquidos auferidos nessas operações negociadas em bolsas reduziram a receita em R\$ 336,22 milhões em 2018, que foram abatidos na Mensagem Modificativa

⁹ Ver em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2017/Exm/Exm-MP-806-17.pdf Acessado em 5/11/2017.

¹⁰ Ver em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2017/Mpv/mpv806.htm



CONGRESSO NACIONAL

COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO

Relatório da Receita do Orçamento de 2018 - PL nº 20/2017-CN

da arrecadação do imposto de renda retido na fonte sobre rendimentos de capital.¹¹ No entanto, a Medida Provisória 806/2017, a despeito do que consta de sua Exposição de Motivos, não incorporou ao texto modificações na tributação no mercado de ações.

127. Diante do equívoco incorrido na peça orçamentária, a correção se faz necessária.

128. A renúncia de receita que terminou não prevalecendo constituiu, equivocadamente, redução de arrecadação condicionada à aprovação futura de Lei de conversão da MP 806, e como tal constou como parcela negativa da estimativa do ganho com a nova sistemática de tributação dos fundos fechados. Em se tratando, no entanto, de regra tributária que não será alterada, volta a contribuir para a arrecadação, e a recomposição dessa receita terá natureza condicionada. A LDO para 2018 refere-se a receitas incluídas no projeto de lei orçamentária e na lei orçamentária aprovada que dependam de proposições legislativas ainda em tramitação como “receitas condicionadas”¹².

129. Com base nas premissas que adotou quanto aos cenários macroeconômicos interno e externo, esperados para o restante de 2017 e para 2018, e nas políticas estabelecidas para o cumprimento das metas de

¹¹ Nota metodológica da estimativa da receita administrada pela Receita Federal explícita que entre as medidas adicionais incorporadas ao PLOA 2018 modificado estão os efeitos da MP 806, sendo R\$ 10.720 milhões decorrentes da tributação dos fundos fechados e R\$ 336 milhões negativos decorrentes da alteração do *Day Trade*.

¹² Da LDO 2018 (Lei 13.473/2017, de 8 de agosto): “Art. 115. Na estimativa das receitas e na fixação das despesas do Projeto de Lei Orçamentária de 2018 e da respectiva Lei, poderão ser considerados os efeitos de propostas de alterações na legislação tributária e das contribuições, inclusive quando se tratar de desvinculação de receitas, que sejam objeto de proposta de emenda constitucional, de projeto de lei ou de medida provisória que esteja em tramitação no Congresso Nacional.

§ 1º Se estimada a receita, na forma deste artigo, no Projeto de Lei Orçamentária de 2018:

I - serão identificadas as proposições de alterações na legislação e especificada a variação esperada na receita, em decorrência de cada uma das propostas e de seus dispositivos; e

II - serão identificadas as despesas condicionadas à aprovação das respectivas alterações na legislação.

§ 2º A troca das fontes de recursos condicionadas, constantes da Lei Orçamentária de 2018, pelas respectivas fontes definitivas, cujas alterações na legislação tenham sido aprovadas, será efetuada no prazo de até trinta dias após a publicação das referidas alterações legislativas.

Art. 116. As estimativas de receita constantes do Projeto de Lei Orçamentária de 2018 e da respectiva Lei poderão considerar as desonerações fiscais que serão realizadas e produzirão efeitos no exercício de 2018.”



CONGRESSO NACIONAL

COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO

Relatório da Receita do Orçamento de 2018 - PL nº 20/2017-CN

resultado primário e de inflação, fixadas em lei para 2017 e para 2018, o Poder Executivo elaborou as estimativas de receitas apresentadas na Mensagem Modificativa ao Projeto de Lei Orçamentária para 2018.

130. Entendemos que o crescimento previsto, de 2% do PIB em 2018, reflete a cautela do governo. De plano, a perspectiva de aceleração da atividade econômica no último trimestre deste ano permite-nos prognosticar um efeito estatístico positivo em 2018. Entendemos que os nossos gestores da política econômica envidarão todos os esforços necessários para uma retomada ainda mais robusta da produção, do emprego e da renda.

131. Estamos convictos de que o crescimento do nosso PIB em 2018 não será inferior a 2,5%, e nisso apostamos. A hipótese básica que norteou nossos cálculos foi a de que a economia brasileira em 2018 crescerá a essa taxa, e de que a receita de tributos e contribuições reagirá rapidamente ao maior dinamismo da atividade econômica e dos negócios. Deixamos de prever crescimento ainda mais elevado por sermos cautelosos, tratando-se de ano de eleições. Nossa certeza é de que o País crescerá 3% em 2018.

132. O Novo Regime Fiscal limita o gasto de despesas primárias, mas ainda assim não podemos nos furtar a reestimar o crescimento do PIB mais robusto. Essa arrecadação acima do valor do teto do gasto contribuirá, sem dúvidas, para uma convergência mais rápida que o esperado da relação dívida/PIB, pois, dado esse limite, todo o excesso seria direcionado para melhorar o resultado fiscal.

133. A nossa percepção de que, na Mensagem Modificativa, o crescimento está aquém do que o Brasil é capaz de alcançar é reforçado pelas previsões de mercado. Há um mês, já se prevê que o crescimento do PIB será maior do que 2%. Alguns analistas falam em até 4%.

134. Acredito em uma recuperação rápida, pois a economia já está gerando empregos formais acima do esperado. No terceiro trimestre de 2017, 1,1 milhão de vagas de trabalho foram criadas, e o mais importante: a indústria, setor cujo crescimento tem forte impacto na arrecadação de receitas



CONGRESSO NACIONAL

COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO

Relatório da Receita do Orçamento de 2018 - PL nº 20/2017-CN

administradas, cresceu 3,1% no mesmo trimestre, o ritmo mais forte em quatro anos.

135. A confiança do empresariado voltou e a retomada da capacidade instalada se dará de forma rápida, pois o custo do financiamento está relativamente baixo, com a meta da taxa Selic em 7,5%, com viés de baixa.

136. A inflação está sob controle e existe a clara tendência de que os empresários voltem a ficar em dia com o pagamento dos impostos, que estavam inadimplentes devido aos lucros baixos e prejuízos anteriores. Parcelamentos anteriores estimularão o empresariado a recolher obrigações atrasadas.

137. Com a retomada do crescimento e com menores custos de aumento da produção – temos ainda capacidade produtiva instalada ociosa –, a arrecadação tende a se dar de forma tempestiva; Ademais, parece-nos subestimado o efeito no consumo desse cenário de juros reais baixos. Emprego e massa salarial em alta, inflação cadente e financiamentos mais baratos farão com que o consumidor volte ao mercado.

138. Nossa reestimativa de receitas alcançou um grupo restrito de itens que se mostram claramente sensíveis ao ritmo de crescimento. Ficou claro que o volume de importações tem refletido a melhoria dessas condições, seja devido ao ingresso maior de equipamentos para a renovação do parque produtivo, seja pela compra de bens intermediários na produção de artigos de consumo. Também acompanha de perto o avanço do PIB a produção manufatureira, incluindo, por sua importância na matriz industrial, o setor automobilístico, que tem destaque na grade de receitas tributárias. Foram afetadas ainda as previsões de receitas do imposto de renda, tanto sobre os lucros das empresas (IRPJ e CSLL), como remessas desses lucros para o exterior, e sobre outros rendimentos.

139. A evolução do PIB influencia o desempenho, ainda, do crédito e das operações financeiras, e conseqüentemente, o IOF. Também, talvez em primeiro lugar, os tributos sobre o faturamento, que são a Cofins e



CONGRESSO NACIONAL

COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO

Relatório da Receita do Orçamento de 2018 - PL nº 20/2017-CN

PIS/Pasep, assim como a CIDE-combustíveis. O impacto ainda se dá sobre remessas para o exterior no pagamento do uso de tecnologia.

140. Nossa hipótese também contempla a variação da massa salarial na mesma proporção do crescimento do Produto. São diretamente atingidas pela remuneração do trabalho as contribuições para o Salário-educação e Previdenciárias.

141. Por fim, mas não menos importante, há consequências positivas dos programas de concessões. Além de aumentar a receita e desincumbir o poder público, fomentará o investimento e aquecerá a atividade econômica.

142. A boa notícia para todos como nós preocupados com as finanças públicas brasileiras foi recente decisão do Conselho Nacional de Política Energética. O CNPE anunciou em 9 de novembro a realização da 4ª rodada de licitações, sob o regime de partilha da produção, para 7 de junho de 2018. Nessa rodada serão ofertados, nas bacias de Campos e Santos, os campos de Saturno, Três Marias, Dois Irmãos, Itambezinho e Uirapuru. Na mesma data também haverá a licitação da 15ª rodada de licitação de blocos exploratórios de petróleo, sob o regime de concessão, que contará com 49 blocos em bacias marítimas e 21 blocos em bacias terrestres. Abstivemo-nos de incluir a receita dessas concessões em nossa reestimativa. Os editais contemplando os valores dos bônus de assinatura não estão ainda disponíveis. Conservadoramente, podemos admitir que os lances vencedores acompanharão os resultados médios da 2ª e da 3ª rodadas do Pré-sal e da 14ª recentemente ocorridas.

143. Nossas considerações foram levadas às autoridades do Poder Executivo e esses temas foram amplamente discutidos com o Senhor Ministro do Planejamento. Agradecemos também às equipes técnicas dos Ministérios do Planejamento e da Fazenda que esmiuçaram os dados da Receita e trocaram informações produtivas com nossas Consultorias, permitindo que este Relatório fosse elaborado em tempo reduzido.



CONGRESSO NACIONAL

COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO

Relatório da Receita do Orçamento de 2018 - PL nº 20/2017-CN

1.9.4 Reestimativa das Receitas para 2018. Resultados

144. As Tabelas X-A e X-B mostram os resultados das reestimativas, respectivamente, das receitas administradas e do conjunto das receitas do Orçamento, com as alterações em relação à Mensagem Modificativa.

145. Neste Relatório, as Receitas Primárias, totais e líquidas de transferências a Estados e Municípios, excluindo a compensação do RGPS por desonerações ainda vigentes, foram reestimadas para R\$ 1.450,5 bilhões e R\$ 1.206,3 bilhões, respectivamente, gerando um acréscimo bruto de R\$ 5,6 bilhões e líquido de R\$ 4,9 bilhões com relação aos valores da Mensagem Modificativa para 2018.



CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO
 Relatório da Receita do Orçamento de 2018 - PL nº 20/2017-CN

TABELA X.A

RECEITA ADMINISTRADA PELA RECEITA FEDERAL DO BRASIL, EXCETO INSS, 2012-2018 ⁽¹⁾

Item	2012				2013		2014		2015		2016		2017				2018					
	Realizado								Lei Orçamentária		3ª Aval		4ª Aval		Proposta		PLOA Mensagem Modificativa (A)		Relatório da Receita (B)		Diferença (B-A)	
	% PIB	% PIB	% PIB	% PIB	R\$ Milhões	% PIB	R\$ Milhões	% PIB	R\$ Milhões	% PIB	R\$ Milhões	% PIB	R\$ Milhões	% PIB	R\$ Milhões	% PIB	R\$ Milhões	% PIB	R\$ Milhões	% PIB	R\$ Milhões	% PIB
Imposto de Importação	0,65	0,70	0,63	0,65	31.390,5	0,50	38.769,5	0,57	31.881,60	0,48	31.292,95	0,47	38.054,9	0,53	38.227,6	0,54	38.411,4	0,54	183,8	(0,00)		
IPI	0,92	0,83	0,87	0,81	42.294,0	0,67	52.210,1	0,77	45.301,55	0,68	45.360,36	0,68	51.335,9	0,72	52.107,2	0,73	52.322,1	0,73	214,9	(0,00)		
IPI - Fumo	0,08	0,10	0,10	0,09	5.718,5	0,09	5.806,0	0,09	5.154,16	0,08	5.210,30	0,08	4.812,9	0,07	4.847,6	0,07	4.847,6	0,07	-	(0,00)		
IPI - Bebidas	0,07	0,06	0,06	0,04	2.683,9	0,04	2.558,1	0,04	2.936,20	0,04	2.903,05	0,04	3.065,4	0,04	3.079,1	0,04	3.079,1	0,04	-	(0,00)		
IPI - Automóveis	0,09	0,07	0,08	0,07	3.298,7	0,05	3.750,2	0,05	3.722,33	0,06	3.998,14	0,06	3.901,8	0,05	4.186,1	0,06	4.206,2	0,06	20,1	(0,00)		
IPI - Importação	0,33	0,27	0,26	0,28	13.451,6	0,21	16.584,3	0,24	13.635,39	0,21	13.409,08	0,20	16.186,3	0,23	16.474,0	0,23	16.553,3	0,23	79,2	(0,00)		
IPI - Outros	0,35	0,32	0,37	0,32	17.141,3	0,27	23.511,4	0,34	19.853,47	0,30	19.839,79	0,30	23.369,5	0,33	23.520,3	0,33	23.635,9	0,33	115,6	0,00		
Imposto de Renda	5,12	5,11	4,94	5,01	340.952,0	5,44	352.852,7	5,17	333.958,18	5,03	334.748,59	5,04	342.949,6	4,80	351.342,1	4,93	352.436,3	4,92	1.094,1	(0,01)		
IR - Pessoa Física	0,50	0,49	0,48	0,47	30.495,8	0,49	38.125,7	0,56	32.962,20	0,50	33.010,68	0,50	32.530,0	0,46	35.211,8	0,49	35.211,8	0,49	-	(0,00)		
IR - Pessoa Jurídica	2,10	2,14	1,95	1,79	133.791,7	2,13	135.132,0	1,98	119.267,98	1,80	117.057,54	1,76	119.893,6	1,68	123.061,0	1,73	123.636,9	1,73	576,0	(0,00)		
IR - Fonte	2,52	2,48	2,51	2,75	176.664,4	2,82	179.595,0	2,63	181.728,01	2,74	184.680,37	2,78	190.526,0	2,67	193.069,4	2,71	193.587,5	2,70	518,2	(0,01)		
IRRF - Trabalho	1,33	1,25	1,28	1,26	82.165,8	1,31	83.620,0	1,23	87.813,54	1,32	89.782,44	1,35	93.735,0	1,31	95.007,4	1,33	95.007,4	1,33	-	(0,01)		
IRRF - Capital	0,70	0,69	0,71	0,89	59.403,7	0,95	62.427,0	0,92	57.562,06	0,87	58.241,25	0,88	54.290,1	0,76	60.671,5	0,85	61.007,8	0,85	336,2	0,00		
IRRF - Remessas	0,32	0,35	0,34	0,41	24.898,8	0,40	22.697,9	0,33	25.949,65	0,39	26.081,10	0,39	26.465,3	0,37	26.152,9	0,37	26.279,3	0,37	126,4	(0,00)		
IRRF - Outros	0,17	0,18	0,18	0,17	10.196,1	0,16	10.850,0	0,16	10.402,76	0,16	10.575,59	0,16	16.035,7	0,22	11.237,6	0,16	11.293,2	0,16	55,6	0,00		
IOF	0,64	0,56	0,52	0,58	33.782,4	0,54	37.657,1	0,55	35.515,88	0,54	35.257,53	0,53	38.319,8	0,54	37.951,0	0,53	38.134,0	0,53	183,0	(0,00)		
Cofins	3,64	3,80	3,44	3,38	204.678,6	3,27	222.797,2	3,27	215.225,41	3,24	214.147,06	3,23	243.497,8	3,41	241.888,5	3,39	243.079,4	3,39	1.190,9	0,00		
PIS/Pasep	0,96	0,98	0,91	0,89	53.894,7	0,86	59.701,0	0,88	57.031,11	0,86	56.955,94	0,86	64.657,5	0,91	64.842,9	0,91	65.159,1	0,91	316,2	(0,00)		
CSLL	1,17	1,21	1,12	1,01	68.143,3	1,09	78.964,9	1,16	70.418,11	1,06	69.428,33	1,05	71.367,6	1,00	71.904,9	1,01	72.242,9	1,01	338,0	(0,00)		
CPMF	(0,01)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-		
CIDE-Combustíveis	0,06	0,01	0,00	0,05	6.010,7	0,10	6.023,4	0,09	5.807,20	0,09	5.953,98	0,09	6.229,4	0,09	6.346,5	0,09	6.377,6	0,09	31,1	0,00		
Outras Administradas	0,28	0,30	0,36	0,37	38.442,5	0,61	32.611,4	0,48	36.426,64	0,55	29.534,46	0,44	22.603,4	0,32	22.078,1	0,31	22.092,5	0,31	14,4	(0,00)		
TOTAL	13,45	13,49	12,79	12,76	819.588,6	13,08	881.587,4	12,92	831.565,7	12,53	822.679,2	12,40	879.015,8	12,31	886.688,8	12,44	890.255,3	12,42	3.566,5	(0,01)		

Fonte: Receita Federal do Brasil; Orçamentos e avaliações citados; Projeto de lei orçamentária de 2017 e 2018; IBGE. Elaboração dos autores.

⁽¹⁾ Líquida de incentivos fiscais.



CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO
 Relatório da Receita do Orçamento de 2018 - PL nº 20/2017-CN

TABELA X.B
 ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
 Receitas Primárias, 2011-2018

	2011					2016		2017						2018							
	% PIB	% PIB	% PIB	% PIB	% PIB	Realizado		Orçamento		3º Bimestre		4º Bimestre		PLOA		PLOA Mensagem Modificativa (A)		Relatório da Receita (B)		Diferença (B-A)	
						R\$ Milhões	% PIB	R\$ Milhões	% PIB	R\$ Milhões	% PIB	R\$ Milhões	% PIB	R\$ Milhões	% PIB	R\$ Milhões	% PIB	R\$ Milhões	% PIB	R\$ Milhões	% PIB
RECEITA TOTAL	22,65	21,98	21,94	20,82	20,39	1.297.359,6	20,70	1.406.812,6	20,62	1.365.776,7	20,58	1.358.006,2	20,46	1.422.605,7	19,93	1.444.922,0	20,26	1.450.505,5	20,24	5.583,4	(0,02)
Receita Administrada pela RFB	14,36	13,45	13,49	12,79	12,76	819.588,6	13,08	881.587,5	12,92	831.565,7	12,53	822.679,2	12,40	879.015,8	12,31	886.688,8	12,44	890.255,3	12,42	3.566,5	(0,01)
Imposto de Importação	0,61	0,65	0,70	0,63	0,65	31.390,5	0,50	38.769,5	0,57	31.881,6	0,48	31.293,0	0,47	38.054,9	0,53	38.227,6	0,54	38.411,4	0,54	183,8	(0,00)
IPI	0,95	0,92	0,83	0,87	0,81	42.294,0	0,67	52.210,1	0,77	45.301,5	0,68	45.360,4	0,68	51.335,9	0,72	52.107,2	0,73	52.322,1	0,73	214,9	(0,00)
Imposto de Renda	5,38	5,12	5,11	4,94	5,01	340.952,0	5,44	352.852,7	5,17	333.958,2	5,03	334.748,6	5,04	342.949,6	4,80	351.342,1	4,93	352.436,3	4,92	1.094,1	(0,01)
IOF	0,73	0,64	0,56	0,52	0,58	33.782,4	0,54	37.657,1	0,55	35.515,9	0,54	35.257,5	0,53	38.319,8	0,54	37.951,0	0,53	38.134,0	0,53	183,0	(0,00)
COFINS	3,68	3,64	3,80	3,44	3,38	204.678,6	3,27	222.797,2	3,27	215.225,4	3,24	214.147,1	3,23	243.497,8	3,41	241.888,5	3,39	243.079,4	3,39	1.190,9	0,00
PIS/PASEP	0,96	0,96	0,98	0,91	0,89	53.894,7	0,86	59.701,0	0,88	57.031,1	0,86	56.955,9	0,86	64.657,5	0,91	64.842,9	0,91	65.159,1	0,91	316,2	(0,00)
CSLL	1,35	1,17	1,21	1,12	1,01	68.143,3	1,09	78.964,9	1,16	70.418,1	1,06	69.428,3	1,05	71.367,6	1,00	71.904,9	1,01	72.242,9	1,01	338,0	(0,00)
CPMF	0,00	(0,01)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
CIDE-Combustíveis	0,20	0,06	0,01	0,00	0,05	6.010,7	0,10	12.613,4	0,18	5.807,2	0,09	5.954,0	0,09	6.229,4	0,09	6.346,5	0,09	6.377,6	0,09	31,1	0,00
Outras Administradas pela SRF	0,50	0,28	0,30	0,36	0,37	38.442,5	0,61	26.021,4	0,38	36.426,6	0,55	29.534,5	0,44	22.603,4	0,32	22.078,1	0,31	22.092,5	0,31	14,4	(0,00)
Arrecadação Líquida do INSS	5,62	5,69	5,59	5,53	5,42	340.544,0	5,43	365.106,6	5,35	359.563,2	5,42	361.133,6	5,44	379.244,7	5,31	391.879,1	5,50	393.790,7	5,50	1.911,6	(0,00)
Contribuição ao PSSS/Servidores	0,21	0,20	0,19	0,19	0,20	12.388,4	0,20	14.392,7	0,21	14.214,3	0,21	13.775,1	0,21	14.149,8	0,20	15.932,6	0,22	15.932,6	0,22	-	(0,00)
Receitas Não Administradas	2,45	2,65	2,67	2,32	2,01	124.067,5	1,98	139.845,1	2,05	157.662,7	2,38	157.177,7	2,37	147.665,7	2,07	147.891,8	2,07	147.997,1	2,07	105,3	(0,01)
Concessões e Permissões	0,09	0,05	0,41	0,14	0,10	21.907,8	0,35	23.963,2	0,35	25.686,2	0,39	28.632,6	0,43	19.494,4	0,27	18.894,4	0,26	18.894,4	0,26	-	(0,00)
Dividendos	0,46	0,58	0,32	0,33	0,20	2.847,8	0,05	7.708,0	0,11	5.843,5	0,09	5.931,3	0,09	6.782,0	0,10	6.782,0	0,10	6.782,0	0,09	-	(0,00)
Salário-Educação	0,30	0,31	0,31	0,32	0,32	19.519,4	0,31	20.886,5	0,31	20.130,9	0,30	20.260,3	0,31	21.274,2	0,30	21.586,4	0,30	21.691,7	0,30	105,3	(0,00)
Royalties/Comp. Financeiras	0,68	0,71	0,68	0,68	0,48	23.274,6	0,37	29.819,0	0,44	37.371,3	0,56	36.470,5	0,55	44.342,0	0,62	44.907,8	0,63	44.907,8	0,63	-	(0,00)
Demais Receitas	0,53	0,56	0,63	0,57	0,59	36.516,8	0,58	36.398,2	0,53	48.762,6	0,73	46.054,1	0,69	35.900,2	0,50	35.872,2	0,50	35.872,2	0,50	-	(0,00)
Receita Própria (fts 50, 81 & 82)	0,33	0,39	0,25	0,22	0,24	14.377,0	0,23	15.474,2	0,23	14.697,8	0,22	14.666,4	0,22	14.404,0	0,20	14.389,3	0,20	14.389,3	0,20	-	(0,00)
Complemento do FGTS	0,06	0,06	0,07	0,07	0,08	5.624,1	0,09	5.596,1	0,08	5.170,5	0,08	5.162,4	0,08	5.469,0	0,08	5.459,7	0,08	5.459,7	0,08	-	(0,00)
Operações com Ativos	-	-	-	-	-	771,0	0,01	5.880,7	0,09	2.770,8	0,04	3.240,6	0,05	2.529,7	0,04	2.529,7	0,04	2.529,7	0,04	-	(0,00)
TRANSFER ESTADOS MUNICÍPIOS	3,73	3,55	3,41	3,43	3,42	226.835,3	3,62	235.357,6	3,45	230.708,5	3,48	227.845,3	3,43	238.643,0	3,34	243.524,4	3,42	244.220,2	3,41	695,9	(0,01)
FPE/FPM/IFI-EE	2,97	2,78	2,70	2,71	2,76	189.849,2	3,03	191.408,0	2,81	183.548,3	2,77	181.334,4	2,73	186.212,6	2,61	190.505,0	2,67	191.128,7	2,67	623,7	(0,00)
Fundos Regionais	0,09	0,08	0,09	0,08	0,11	7.530,1	0,12	9.591,2	0,14	8.711,4	0,13	8.112,3	0,12	8.721,4	0,12	8.771,0	0,12	8.771,0	0,12	-	(0,00)
Salário Educação	0,18	0,18	0,17	0,19	0,21	11.685,3	0,19	12.531,9	0,18	12.078,5	0,18	12.156,2	0,18	12.764,5	0,18	12.951,8	0,18	13.015,0	0,18	63,2	(0,00)
Compensações Financeiras	0,42	0,47	0,44	0,44	0,31	15.240,7	0,24	18.983,0	0,28	23.100,8	0,35	22.968,8	0,35	27.557,3	0,39	27.866,6	0,39	27.866,6	0,39	-	(0,00)
Cide-combustíveis	0,05	0,02	0,00	0,00	0,01	1.239,3	0,02	1.193,3	0,02	1.657,7	0,02	1.700,3	0,03	1.779,4	0,02	1.813,3	0,03	1.822,4	0,03	9,0	0,00
Demais	0,01	0,01	0,02	0,02	0,02	1.290,7	0,02	1.650,3	0,02	1.611,8	0,02	1.573,2	0,02	1.607,8	0,02	1.616,5	0,02	1.616,5	0,02	-	(0,00)
RECEITA LÍQUIDA	18,92	18,43	18,53	17,39	16,97	1.070.524,3	17,08	1.171.454,9	17,17	1.135.068,2	17,10	1.130.160,9	17,03	1.183.962,7	16,59	1.201.397,6	16,85	1.206.285,2	16,83	4.887,6	(0,01)
Memorando:																					
Reserva Compensação ao RGPS	-	0,04	0,17	0,31	0,42	17.593,3		16.002,9	0,23	14.456,5	0,22	14.456,5	0,22	14.517,7	0,20	11.546,9	0,16	11.546,9	0,16	-	
Produto Interno Bruto (R\$ Bilhões)	4.376,4	4.814,8	5.331,6	5.779,0	5.995,8	6.266,9		6.821,9		6.637,2		6.637,2		7.137,9		7.130,4		7.165,3			

Fonte: Secretaria de Orçamento Federal; Tesouro Nacional; IBGE; Banco Central do Brasil; Avaliações, proposta e lei orçamentárias citadas. Elaboração das Consultorias.



1.10 A Inclusão Orçamentária do Sistema S

146. É função constitucional do Poder Legislativo corrigir erros e omissões, na proposta oriunda do Poder Executivo. Temos nos debruçado sobre a questão da inclusão no Orçamento das receitas arrecadas pela RFB destinadas às entidades do Sistema S.
147. Esses serviços sociais autônomos, com personalidade jurídica de direito privado, recebem tributos instituídos pela União, classificados como contribuições de intervenção no domínio econômico (CIDE) ou de interesse das categorias profissionais ou econômicas. Tais tributos não se confundem com contribuições para a seguridade social e são arrecadados e repassados, pela RFB, ou arrecadados diretamente por algumas das entidades do Sistema.
148. Conforme detalhado nesta subseção do Relatório, a inclusão orçamentária das receitas do Sistema S não alteraria as formas atuais de gestão dos recursos líquidos dessas entidades. A inclusão pode ser defendida à luz do atual ordenamento jurídico da receita. Ressentimo-nos, entretanto, da falta dos procedimentos e práticas que nos permitam fazê-lo nesta ocasião.
149. A LDO para 2018 não exclui expressamente as receitas em questão do orçamento fiscal, ao mesmo tempo em que determina normas adicionais de divulgação e transparência das informações relativas à arrecadação e à destinação dos tributos em apreço. Desse modo, os comandos dos art. 131 e 134 da Lei nº 13.473, de 2017, associados à não inclusão dessas entidades no rol do art. 5º da mesma Lei¹³, amparam o entendimento de que as receitas

¹³ LDO/2018, “Art. 5º Os Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social compreenderão o conjunto das receitas públicas, bem como das despesas dos Poderes, do Ministério Público da União e da Defensoria Pública da União, seus fundos, órgãos, autarquias, inclusive especiais, e fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público, das empresas públicas, das sociedades de economia mista e das demais entidades em que a União, direta ou indiretamente, detenha a maioria do capital social com direito a voto e que dela recebam recursos do Tesouro Nacional, devendo a correspondente execução orçamentária e financeira, da receita e da despesa, ser registrada na modalidade total no Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal - Siafi. Parágrafo único. Excluem-se do disposto neste artigo: I - os fundos de incentivos fiscais, que figurarão exclusivamente como informações complementares ao Projeto de Lei Orçamentária de 2018; II - os conselhos de fiscalização de profissão regulamentada, constituídos sob a forma de autarquia; e III - as empresas públicas ou as sociedades de economia mista que recebam recursos da União apenas em virtude de: a) participação acionária; b) fornecimento de bens ou prestação de serviços; c) pagamento de empréstimos e financiamentos concedidos; e d) transferência para aplicação em programas de financiamento, nos termos da alínea “c” do inciso I do caput do art. 159 e no § 1º do art. 239 da Constituição.”



CONGRESSO NACIONAL

COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO

Relatório da Receita do Orçamento de 2018 - PL nº 20/2017-CN

de contribuições destinadas ao Sistema S devem integrar o orçamento da União. Essa omissão que precisa ser corrigida.

150. A propósito, vale lembrar o caso dos conselhos de fiscalização de profissões regulamentadas, autarquias que também arrecadam contribuições de interesse das categorias profissionais ou econômicas. Entretanto, tais receitas foram explicitamente excluídas da lei orçamentária, pela LDO, conforme mencionado no parágrafo anterior e correspondente nota de rodapé.

151. O Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (Senai), o Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (Senac), o Serviço Social da Indústria (Sesi), o Serviço Social do Comércio (Sesc), o Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (Senar), o Serviço Nacional de Aprendizagem do Transporte (Senat), o Serviço Social do Transporte (Sest) e o Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo (Sescoop), por um lado, recebem contribuições de interesse das categorias profissionais ou econômicas. Sobre essas contribuições não caberia a incidência da Desvinculação de Receitas da União (DRU)¹⁴.

152. O Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae), a Agência Brasileira de Promoção de Exportações e Investimentos (APEX) e a Agência Brasileira de Desenvolvimento Industrial (ABDI), por outro lado, são beneficiários de CIDE, sobre a qual deveria incidir a DRU. Entretanto, na Mensagem Modificativa não há evidência dessa arrecadação.

153. A atividade administrativa tributária é plenamente vinculada, pelo que a arrecadação da DRU, ou seja, a imposição constitucional transitória de desvinculação de receita, antecede e independe da inclusão ou não dessas receitas como fonte de despesas orçamentárias.

¹⁴ Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT), “Art. 76. São desvinculados de órgão, fundo ou despesa, até 31 de dezembro de 2023, 30% (trinta por cento) da arrecadação da União relativa às contribuições sociais, sem prejuízo do pagamento das despesas do Regime Geral da Previdência Social, às contribuições de intervenção no domínio econômico e às taxas, já instituídas ou que vierem a ser criadas até a referida data.”



154. A Tabela XI identifica os valores das contribuições repassadas pela RFB ao Sistema S, em 2016 e 2017, e o repasse previsto para 2018¹⁵.

TABELA XI

Repasses da Receita Federal do Brasil às Entidades do "Sistema S", 2016-2018
(R\$ Milhões)

Entidade	2016	2017 (janeiro- outubro)	2018 Mensagem Modificativa
SESC	4.643,0	4.108,5	5.379,4
SENAC	2.571,5	2.264,3	2.964,7
SESI	2.175,5	1.749,2	2.290,2
SENAI	1.520,1	1.226,8	1.606,2
SENAR	744,2	675,8	884,8
SEST	467,4	409,5	536,2
SESCOOP	319,3	295,1	386,4
SENAT	297,6	258,5	338,5
I. Contribuição de Interesse de Categorias Profissionais ou Econômicas	12.738,6	10.987,6	14.386,4
SEBRAE	3.157,0	2.709,0	3.547,0
APEX-BR	458,4	394,6	516,6
ABDI	67,1	64,4	84,3
II. Cide	3.682,6	3.168,0	4.148,0
III. DRU (30% sobre CIDE) (*)	1.104,8	950,4	1.244,4
IV. CIDE líquida de DRU (II-III)	2.577,8	2.217,6	2.903,6

Fonte: RFB, Relatórios diversos. Elaboração das Consultorias.

(*) A Emenda Constitucional nº 93, de 2016, art. 3º, determina a produção de efeitos dessa DRU desde 1º de janeiro de 2016.

¹⁵ Lei nº 11.457, de 2007, "Art. 2º Além das competências atribuídas pela legislação vigente à Secretaria da Receita Federal, cabe à Secretaria da Receita Federal do Brasil planejar, executar, acompanhar e avaliar as atividades relativas a tributação, fiscalização, arrecadação, cobrança e recolhimento das contribuições sociais previstas nas alíneas a, b e c do parágrafo único do art. 11 da Lei no 8.212, de 24 de julho de 1991, e das contribuições instituídas a título de substituição. [...] Art. 3º As atribuições de que trata o art. 2º desta Lei se estendem às contribuições devidas a terceiros, assim entendidas outras entidades e fundos, na forma da legislação em vigor, aplicando-se em relação a essas contribuições, no que couber, as disposições desta Lei. § 1º A retribuição pelos serviços referidos no caput deste artigo será de 3,5% (três inteiros e cinco décimos por cento) do montante arrecadado, salvo percentual diverso estabelecido em lei específica. § 2º O disposto no caput deste artigo abrangerá exclusivamente contribuições cuja base de cálculo seja a mesma das que incidem sobre a remuneração paga, devida ou creditada a segurados do Regime Geral de Previdência Social ou instituídas sobre outras bases a título de substituição. § 3º As contribuições de que trata o caput deste artigo sujeitam-se aos mesmos prazos, condições, sanções e privilégios daquelas referidas no art. 2º desta Lei, inclusive no que diz respeito à cobrança judicial. § 4º A remuneração de que trata o § 1º deste artigo será creditada ao Fundo Especial de Desenvolvimento e Aperfeiçoamento das Atividades de Fiscalização - FUNDAF, instituído pelo Decreto-Lei no 1.437, de 17 de dezembro de 1975. § 5º Durante a vigência da isenção pelo atendimento cumulativo aos requisitos constantes dos incisos I a V do caput do art. 55 da Lei no 8.212, de 24 de julho de 1991, deferida pelo Instituto Nacional do Seguro Social - INSS, pela Secretaria da Receita Previdenciária ou pela Secretaria da Receita Federal do Brasil, não são devidas pela entidade beneficente de assistência social as contribuições sociais previstas em lei a outras entidades ou fundos. § 6º Equiparam-se a contribuições de terceiros, para fins desta Lei, as destinadas ao Fundo Aeroviário - FA, à Diretoria de Portos e Costas do Comando da Marinha - DPC e ao Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA e a do salário-educação."



CONGRESSO NACIONAL

COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO

Relatório da Receita do Orçamento de 2018 - PL nº 20/2017-CN

155. A previsão de repasses da RFB ao Sistema S, em 2018, em valores brutos, é de R\$ 18,5 bilhões. A título de contribuições de interesse de categorias profissionais ou econômicas, temos subtotal estimado em R\$ 14,4 bilhões, enquanto a previsão para tais repasses, a título de CIDE, é de R\$ 4,1 bilhões. Sobre este último montante cabe cobrança de DRU estimada em R\$ 1,2 bilhão, que se converteria em receita da União.
156. Desse modo, na Mensagem Modificativa há omissão de receitas correspondente ao trânsito, pelo Tesouro Nacional, das contribuições do Sistema S, enquanto o erro de receita que se defende seja corrigido consiste na ausência de previsão dos recursos desvinculados.
157. O demonstrativo de “Repasse da Arrecadação de Contribuições Destinadas às Outras Entidades e Fundos” da RFB, que subsidia as presentes estimativas, é elaborado e divulgado por determinação da LDO¹⁶. Tal demonstrativo contempla, além das mencionadas entidades do Sistema S, entes já incluídos no Orçamento, como o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), a Diretoria de Portos e Costas (DPC), a Agência Nacional de Aviação Civil (ANAC) e a Secretaria de Desenvolvimento Rural (SDR)¹⁷.
158. Os tributos em questão, cuja destinação final serão as entidades do Sistema S, serão arrecadados pela RFB, independentemente de constarem ou não do orçamento federal. Contudo, a busca do realismo orçamentário conduz ao reconhecimento da necessidade de representação cada vez mais fiel dos atos e fatos pertinentes às atividades financeiras estatais.

¹⁶ LDO/2018, “Art. 131. A elaboração e a aprovação dos Projetos da Lei Orçamentária de 2018 e de créditos adicionais, bem como a execução das respectivas leis, deverão ser realizadas de acordo com os princípios da publicidade e da clareza, promovendo-se a transparência da gestão fiscal e permitindo-se o amplo acesso da sociedade a todas as informações relativas a cada uma dessas etapas. § 1º Serão divulgados nos respectivos sítios eletrônicos: [...] I - pelo Poder Executivo: [...] q) até o vigésimo dia de cada mês, a arrecadação mensal, realizada até o mês anterior, das contribuições a que se refere o art. 149 da Constituição destinadas aos serviços sociais autônomos, bem como sua destinação por entidade beneficiária;”

¹⁷ <http://idg.receita.fazenda.gov.br/dados/receitadata/arrecadacao/arrecadacao-de-contribuicoes-destinadas-aos-servicos-sociais-autonomos/repasse-2017/terceiros-acumulado-jan-out-17.pdf/@download/file/Terceiros%20-%20acumulado%20-%20Jan-Out-17.pdf>.



CONGRESSO NACIONAL

COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO

Relatório da Receita do Orçamento de 2018 - PL nº 20/2017-CN

159. Nesse sentido, o Ementário da Receita já contempla a natureza de receita “Contribuições para Entidades Privadas de Serviço Social e de Formação Profissional”, no Código 1.2.3.0.01.1.0, que “agrega as receitas decorrentes das contribuições, bem como dos respectivos adicionais, arrecadados em favor das entidades privadas de serviço social, de apoio e de formação profissional”.
160. Contudo, a atual legislação de despesa orçamentária não contempla o tratamento a ser conferido para a aplicação dos recursos decorrentes das receitas do Sistema S. Note-se que a inclusão dessas receitas (e despesas) não afetaria necessariamente o resultado primário da União, exceto pela DRU. Já são cobradas tarifas por conta do recolhimento e da transferência das contribuições do Sistema S pela RFB. A inclusão orçamentária das receitas do Sistema S demandaria a criação de ação específica para registrar, a título de despesas, os repasses pertinentes.
161. Ademais, para evitar que a inclusão dos repasses em apreço no Orçamento interfira no teto da programação da despesa primária, caberia proceder-se à adequada revisão dos limites relativos ao Novo Regime Fiscal, que não se previu neste caso. A exemplo de recálculos anteriores, como quando da inclusão dos empréstimos líquidos do FIES, as despesas dos repasses ao Sistema S poderiam ser acrescidas à base da despesa primária de 2016 sujeita aos limites definidos, pela EC 95, de 2016, corrigida anualmente pelo IPCA.
162. Por último, enfatizamos mais uma vez a necessidade de normas adequadas para lidar com o lado da despesa de forma que a inclusão da receita dessas entidades possa se dar sem suscitar controvérsias no âmbito de seu tratamento orçamentário.

1.11 Ajustes Técnicos para Adequação das Fontes de Recursos e Outros Decorrentes deste Relatório

163. Caberá ao Relator-Geral promover:



CONGRESSO NACIONAL

COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO

Relatório da Receita do Orçamento de 2018 - PL nº 20/2017-CN

- a) os ajustes técnicos necessários à utilização ou esterilização das receitas identificadas neste Relatório, inclusive, se for o caso, disponibilizando ou suprimindo fontes financeiras de recursos;
- b) acréscimos em fontes de recursos do orçamento de investimento em virtude de aprovação de Emendas à despesa nos orçamentos fiscal e da seguridade social.

1.12 Parecer às Emendas à Receita e de Renúncia de Receita Apresentadas

164. Foram apresentadas cinco emendas à Receita e cinco emendas de Renúncia de Receita, cujos pareceres estão em anexo.

165. O Deputado **Carlos Zarattini** apresentou as Emendas 25200020, de “Atualização da tabela do IRPF e criação de novas faixas de tributação”, 25200021, de “Revogação da isenção de IR a não-residentes sobre rendimentos dos títulos públicos”, 25200022, de “Revogação da possibilidade de dedução dos juros sobre o capital próprio” e 25200023, de “Tributação de IR sobre lucros e dividendos”. Os objetos dessas emendas não têm amparo regimental, posto que versam sobre temas substantivos da legislação tributária, que extrapolam os limites exclusivos da previsão da receita orçamentária. Contudo, as respectivas emendas não indicam as proposições ou os dispositivos da legislação que amparem a pretensão de mudança nas estimativas.

166. O Deputado **Caio Narcio** apresentou a Emenda 30630020, que busca incorporar a previsão da receita de convênios que a CPRM-Serviços Geológicos do Brasil está firmando com outras entidades. Como tais acordos ainda não estão formalizados, este Relator não encontra amparo regimental para a almejada reestimativa da receita. Ademais, a LDO é restritiva em relação aos requisitos para a incorporação de receitas condicionadas.

167. As Emendas de Renúncia de Receita nº 24970026, do Deputado **Chico D’Angelo**, nº 28850015 e 28850016, do Senador **Humberto Costa** e nº 28870004 e 28870005, da Senadora **Marta Suplicy**, propõem a inclusão na



CONGRESSO NACIONAL

COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO

Relatório da Receita do Orçamento de 2018 - PL nº 20/2017-CN

lei orçamentária de renúncias relacionadas aos programas Regime Especial de Tributação para Desenvolvimento da Atividade de Exibição Cinematográfica (RECINE) - Lei nº 12.599/2012 - e Atividade Audiovisual (Leis nº 8.685/93 e nº 9.250/95).

168. Essas renúncias seriam extintas em 2017, razão pela qual não constam do Orçamento de 2018. O Executivo alegou que o projeto de lei de conversão aprovado pelo Congresso da MP 770/2017 “não apresentou o impacto orçamentário e financeiro decorrente da renúncia fiscal nem a respectiva medida de compensação” e o vetou. Até a apresentação deste Relatório, o Veto integral nº 26, de 2017, não havia sido apreciado pelo Congresso Nacional.

169. A MP 796/2017 foi editada com exatamente o mesmo teor da MP 770. O correspondente Projeto de Lei de Conversão (PLV 33) aumenta por 2 anos o prazo do benefício da Lei do Audiovisual, incluiu os mesmos benefícios da anterior e ainda incentivou o desenvolvimento de jogos eletrônicos de produção independente. Contudo, esse PLV aguarda votação do Plenário da Câmara dos Deputados, donde seguirá para o Plenário do Senado Federal.

170. Isso posto, inadmitimos as Emendas de Renúncia de Receita nº 24940026, 28850015, 28850016, 28870004 e 28870005. Em que pese o mérito dessas proposições, favoráveis ao Ministério da Cultura, não foi demonstrada a existência de erro ou omissão na estimativa da receita que justifique sua inclusão. Não se pode antever o desfecho de nenhuma das duas proposições mencionadas, para já incorporar seus efeitos neste Relatório. Ademais, não cabe a este Relator substituir a soberana vontade dos Colegiados competentes para a deliberação acerca da renúncia versada pelas emendas.

171. De igual maneira, nosso parecer é pela inadmissão das Emendas à Receita nº 25200020, 25200021, 25200022, 25200023 e 30630020, pela ausência de amparo regimental e legal para a reestimativa da receita.



CONGRESSO NACIONAL

COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO

Relatório da Receita do Orçamento de 2018 - PL nº 20/2017-CN

1.13 Anexos

172. Encontram-se, em anexo, tabelas contendo a evolução recente dos parâmetros econômicos e o detalhamento e o demonstrativo das receitas reestimadas para 2018, comparando-as com os valores respectivos contidos no Projeto de Lei, classificadas por natureza e fonte, conforme determina o art. 34 da Resolução nº 1, de 2006 – CN.

2. VOTO

173. Ante o exposto, voto pela APROVAÇÃO do Projeto de Lei Orçamentária para o exercício financeiro de 2018, no que concerne às estimativas de receitas, nos termos apresentados pelo Poder Executivo, com as alterações propostas pelo Relator que constam da relação em anexo sob a forma de emendas aprovadas.

Sala das Comissões, 21 de novembro de 2017

SENADOR ATAÍDES DE OLIVEIRA

Relator da Receita



CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO
 Relatório da Receita do Orçamento de 2018 - PL nº 20/2017–CN

3. ANEXO I

TABELA ANEXA I

PARÂMETROS E INDICADORES MACROECONÔMICOS, 2015-2018 ⁽¹⁾

Valores Estimados e Realizados

Parâmetros	2015		2016		2017							2018				
	Real	Lei 2016	Real	PLDO 2017	LDO 2017	PLOA/LOA 2017	SPE 21/11	Aval 1º Bimestre/ Extemp. Março/ SPE 13/3	Aval 2º Bimestre/ SPE 3/5	Aval 3º Bimestre / PLOA 2018 SPE 11/7	Aval 4º Bimestre PLOA Mod 2018 SPE 11/9	Mercado 3/11	PLOA 2018 SPE 11/7	PLOA Mod 2018 SPE 11/9	Mercado 3/11	Congresso Nacional
Variação real do PIB (%)	(3,55)	(1,88)	(3,59)	1,00	1,20	1,60	1,00	0,50	0,50	0,50	0,50	0,73	2,00	2,00	2,50	2,50
PIB (R\$ bilhões)	5.995,8	6.116,9	6.266,9	6.788,1	...	6.821,9	6.747,6	6.704,7	6.695,0	6.637,2	6.637,2	...	7.137,9	7.130,4	...	7.165,3
IPCA acum (%)	10,67	6,47	6,29	6,00	4,80	4,80	4,70	4,30	4,30	3,70	3,50	3,08	4,24	4,20	4,02	4,20
IGP-DI acum (%)	10,70	6,00	7,18	5,50	...	5,55	5,90	4,56	2,96	(0,36)	(1,01)	(0,97)	4,50	4,50	4,50	4,50
INPC acum (%)	11,28	5,52	6,58	6,00	...	5,04	4,80	4,62	4,04	3,50	3,10	2,51	4,19	4,27	4,44	4,27
Massa salarial (%)	6,81	1,95	3,23	7,17	...	7,37	6,00	3,97	3,19	3,98	4,74	...	5,66	6,15	...	6,18
Selic média (% a.a.)	13,27	13,99	14,02	13,06	...	12,11	11,65	10,89	10,66	10,18	10,04	9,84	8,04	7,00	6,84	7,00
Selic-fim de período (% a.a.)	14,25	13,25	13,75	12,75	11,25	11,00	10,75	9,30	8,50	8,25	7,30	7,00	8,00	7,25	7,00	7,25
Câmbio médio (R\$/US\$)	3,33	4,09	3,49	3,43	3,40	3,18	3,17	3,25	3,18	3,19	3,38	3,29	3,26	3,29
Câmbio fim (R\$/US\$)	3,87	4,19	3,35	4,4	3,81	3,50	3,60	3,30	3,22	3,34	3,20	3,20	3,40	3,35	3,30	3,35
Petróleo-preço médio (US\$)	54,40	52,16	44,89	46,84	51,15	56,18	53,34	50,50	52,21	...	50,32	53,83	...	53,83
Importações ⁽²⁾ em US\$ (%)	(21,06)	(7,91)	(16,42)	15,67	...	21,75	11,29	15,30	20,39	3,97	4,21	...	13,10	14,83	...	14,83

Fonte: Relatórios de Avaliação e respectivas apresentações; LOA 2016, LOA 2017, PLDO 2017; LDO 2017; PLOA 2017; PLOA 2018; Modificativa 2018; IBGE; Bacen; SOF/MPOG; STN/MF. Elaboração das Consultorias.

⁽¹⁾ “%” representa variação em relação ao ano anterior, a menos que indicado de outra forma.

⁽²⁾ Exclui petróleo e derivados.



ANEXO II
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS REESTIMADAS POR NATUREZA DA RECEITA E FONTES DE RECURSOS

R\$ 1,00

NATUREZA DA RECEITA/FONTE DE RECURSOS	PL (A)	Reestimativa (B)	Posição Atual (A+B)
11110111 - IMPOSTO SOBRE A IMPORTAÇÃO - PRINCIPAL	38.126.571.045	183.779.535	38.310.350.580
100 - RECURSOS ORDINÁRIOS	38.126.571.045	183.779.535	38.310.350.580
11110112 - IMPOSTO SOBRE A IMPORTAÇÃO - MULTAS E JUROS	89.383.890	0	89.383.890
100 - RECURSOS ORDINÁRIOS	53.806.599	0	53.806.599
132 - RECURSOS DESTINADOS AO FUNDAF	35.577.291	0	35.577.291
11110113 - IMPOSTO SOBRE A IMPORTAÇÃO - DÍVIDA ATIVA	2.972.358	0	2.972.358
100 - RECURSOS ORDINÁRIOS	2.972.358	0	2.972.358
11110114 - IMPOSTO SOBRE A IMPORTAÇÃO - DÍVIDA ATIVA - MULTAS E JUROS	4.227.382	0	4.227.382
100 - RECURSOS ORDINÁRIOS	2.544.765	0	2.544.765
132 - RECURSOS DESTINADOS AO FUNDAF	1.682.617	0	1.682.617
11110117 - IMPOSTO SOBRE A IMPORTAÇÃO - MULTAS DA DÍVIDA ATIVA	1.042.502	0	1.042.502
100 - RECURSOS ORDINÁRIOS	187.650	0	187.650
132 - RECURSOS DESTINADOS AO FUNDAF	854.852	0	854.852
11110118 - IMPOSTO SOBRE A IMPORTAÇÃO - JUROS DA DÍVIDA ATIVA	3.421.472	0	3.421.472
100 - RECURSOS ORDINÁRIOS	615.865	0	615.865
132 - RECURSOS DESTINADOS AO FUNDAF	2.805.607	0	2.805.607
11110211 - IMPOSTO SOBRE A EXPORTAÇÃO - PRINCIPAL	14.036.924	0	14.036.924
100 - RECURSOS ORDINÁRIOS	14.036.924	0	14.036.924
11110212 - IMPOSTO SOBRE A EXPORTAÇÃO - MULTAS E JUROS	6.052.779	0	6.052.779
100 - RECURSOS ORDINÁRIOS	3.643.603	0	3.643.603
132 - RECURSOS DESTINADOS AO FUNDAF	2.409.176	0	2.409.176
11110213 - IMPOSTO SOBRE A EXPORTAÇÃO - DÍVIDA ATIVA	100.292	0	100.292
100 - RECURSOS ORDINÁRIOS	100.292	0	100.292



CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO
Relatório da Receita do Orçamento de 2018 - PL nº 20/2017-CN

R\$ 1,00

NATUREZA DA RECEITA/FONTE DE RECURSOS	PL (A)	Reestimativa (B)	Posição Atual (A+B)
11110214 - IMPOSTO SOBRE A EXPORTAÇÃO - DÍVIDA ATIVA - MULTAS E JUROS	1.591.822	0	1.591.822
100 - RECURSOS ORDINÁRIOS	958.232	0	958.232
132 - RECURSOS DESTINADOS AO FUNDAF	633.590	0	633.590
11110217 - IMPOSTO SOBRE A EXPORTAÇÃO - MULTAS DA DÍVIDA ATIVA	155.240	0	155.240
100 - RECURSOS ORDINÁRIOS	27.943	0	27.943
132 - RECURSOS DESTINADOS AO FUNDAF	127.297	0	127.297
11110218 - IMPOSTO SOBRE A EXPORTAÇÃO - JUROS DA DÍVIDA ATIVA	2.086.720	0	2.086.720
100 - RECURSOS ORDINÁRIOS	375.610	0	375.610
132 - RECURSOS DESTINADOS AO FUNDAF	1.711.110	0	1.711.110
11120111 - IMPOSTO SOBRE A PROPRIEDADE TERRITORIAL RURAL - MUNICÍPIOS CONVENIADOS - PRINCIPAL	1.165.733.009	0	1.165.733.009
102 - TRANSFERÊNCIA DO IMPOSTO TERRITORIAL RURAL	1.165.733.009	0	1.165.733.009
11120112 - IMPOSTO SOBRE A PROPRIEDADE TERRITORIAL RURAL - MUNICÍPIOS CONVENIADOS - MULTAS E JUROS	79.301.390	0	79.301.390
102 - TRANSFERÊNCIA DO IMPOSTO TERRITORIAL RURAL	79.301.390	0	79.301.390
11120121 - IMPOSTO SOBRE A PROPRIEDADE TERRITORIAL RURAL - MUNICÍPIOS NÃO-CONVENIADOS - PRINCIPAL	124.850.107	0	124.850.107
100 - RECURSOS ORDINÁRIOS	62.425.054	0	62.425.054
102 - TRANSFERÊNCIA DO IMPOSTO TERRITORIAL RURAL	62.425.053	0	62.425.053
11120122 - IMPOSTO SOBRE A PROPRIEDADE TERRITORIAL RURAL - MUNICÍPIOS NÃO-CONVENIADOS - MULTAS E JUROS	5.359.842	0	5.359.842
100 - RECURSOS ORDINÁRIOS	482.386	0	482.386
102 - TRANSFERÊNCIA DO IMPOSTO TERRITORIAL RURAL	2.679.920	0	2.679.920
132 - RECURSOS DESTINADOS AO FUNDAF	2.197.536	0	2.197.536
11120123 - IMPOSTO SOBRE A PROPRIEDADE TERRITORIAL RURAL - MUNICÍPIOS NÃO-CONVENIADOS - DÍVIDA ATIVA	4.675.783	0	4.675.783
100 - RECURSOS ORDINÁRIOS	2.337.891	0	2.337.891
102 - TRANSFERÊNCIA DO IMPOSTO TERRITORIAL RURAL	2.337.892	0	2.337.892



CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO
Relatório da Receita do Orçamento de 2018 - PL nº 20/2017-CN

R\$ 1,00

NATUREZA DA RECEITA/FONTE DE RECURSOS	PL (A)	Reestimativa (B)	Posição Atual (A+B)
11120124 - IMPOSTO SOBRE A PROPRIEDADE TERRITORIAL RURAL - MUNICÍPIOS NÃO-CONVENIADOS - DÍVIDA ATIVA - MULTAS E JUROS	1.994.062	0	1.994.062
100 - RECURSOS ORDINÁRIOS	179.466	0	179.466
102 - TRANSFERÊNCIA DO IMPOSTO TERRITORIAL RURAL	997.031	0	997.031
132 - RECURSOS DESTINADOS AO FUNDAF	817.565	0	817.565
11120127 - IMPOSTO SOBRE A PROPRIEDADE TERRITORIAL RURAL - MUNICÍPIOS NÃO-CONVENIADOS - MULTAS DA DÍVIDA ATIVA	344.322	0	344.322
100 - RECURSOS ORDINÁRIOS	30.989	0	30.989
102 - TRANSFERÊNCIA DO IMPOSTO TERRITORIAL RURAL	172.161	0	172.161
132 - RECURSOS DESTINADOS AO FUNDAF	141.172	0	141.172
11120128 - IMPOSTO SOBRE A PROPRIEDADE TERRITORIAL RURAL - MUNICÍPIOS NÃO-CONVENIADOS - JUROS DA DÍVIDA ATIVA	1.113.040	0	1.113.040
100 - RECURSOS ORDINÁRIOS	100.174	0	100.174
102 - TRANSFERÊNCIA DO IMPOSTO TERRITORIAL RURAL	556.520	0	556.520
132 - RECURSOS DESTINADOS AO FUNDAF	456.346	0	456.346
11130111 - IMPOSTO SOBRE A RENDA DE PESSOA FÍSICA - IRPF - PRINCIPAL	32.110.220.829	0	32.110.220.829
100 - RECURSOS ORDINÁRIOS	16.376.212.623	0	16.376.212.623
101 - TRANSFERÊNCIAS DO IMPOSTO SOBRE A RENDA E SOBRE PRODUTOS INDUSTRIALIZADOS	15.734.008.206	0	15.734.008.206
11130112 - IMPOSTO SOBRE A RENDA DE PESSOA FÍSICA - IRPF - MULTAS E JUROS	1.874.064.258	0	1.874.064.258
100 - RECURSOS ORDINÁRIOS	182.159.046	0	182.159.046
101 - TRANSFERÊNCIAS DO IMPOSTO SOBRE A RENDA E SOBRE PRODUTOS INDUSTRIALIZADOS	918.291.486	0	918.291.486
132 - RECURSOS DESTINADOS AO FUNDAF	773.613.726	0	773.613.726
11130113 - IMPOSTO SOBRE A RENDA DE PESSOA FÍSICA - IRPF - DÍVIDA ATIVA	655.323.546	0	655.323.546
100 - RECURSOS ORDINÁRIOS	334.215.009	0	334.215.009
101 - TRANSFERÊNCIAS DO IMPOSTO SOBRE A RENDA E SOBRE PRODUTOS INDUSTRIALIZADOS	321.108.537	0	321.108.537
11130114 - IMPOSTO SOBRE A RENDA DE PESSOA FÍSICA - IRPF - DÍVIDA ATIVA - MULTAS E JUROS	263.657.757	0	263.657.757
100 - RECURSOS ORDINÁRIOS	25.627.534	0	25.627.534
101 - TRANSFERÊNCIAS DO IMPOSTO SOBRE A RENDA E SOBRE PRODUTOS INDUSTRIALIZADOS	129.192.301	0	129.192.301
132 - RECURSOS DESTINADOS AO FUNDAF	108.837.922	0	108.837.922



CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO
Relatório da Receita do Orçamento de 2018 - PL nº 20/2017-CN

R\$ 1,00

NATUREZA DA RECEITA/FONTE DE RECURSOS	PL (A)	Reestimativa (B)	Posição Atual (A+B)
11130117 - IMPOSTO SOBRE A RENDA DE PESSOA FÍSICA - IRPF - MULTAS DA DÍVIDA ATIVA	127.413.074	0	127.413.074
100 - RECURSOS ORDINÁRIOS	12.384.551	0	12.384.551
101 - TRANSFERÊNCIAS DO IMPOSTO SOBRE A RENDA E SOBRE PRODUTOS INDUSTRIALIZADOS	62.432.406	0	62.432.406
132 - RECURSOS DESTINADOS AO FUNDAF	52.596.117	0	52.596.117
11130118 - IMPOSTO SOBRE A RENDA DE PESSOA FÍSICA - IRPF - JUROS DA DÍVIDA ATIVA	257.117.654	0	257.117.654
100 - RECURSOS ORDINÁRIOS	24.991.836	0	24.991.836
101 - TRANSFERÊNCIAS DO IMPOSTO SOBRE A RENDA E SOBRE PRODUTOS INDUSTRIALIZADOS	125.987.650	0	125.987.650
132 - RECURSOS DESTINADOS AO FUNDAF	106.138.168	0	106.138.168
11130211 - IMPOSTO SOBRE A RENDA DE PESSOA JURÍDICA - IRPJ - LÍQUIDA DE INCENTIVOS - PRINCIPAL	119.083.575.248	575.960.096	119.659.535.344
100 - RECURSOS ORDINÁRIOS	60.732.623.376	293.739.648	61.026.363.024
101 - TRANSFERÊNCIAS DO IMPOSTO SOBRE A RENDA E SOBRE PRODUTOS INDUSTRIALIZADOS	58.350.951.872	282.220.448	58.633.172.320
11130212 - IMPOSTO SOBRE A RENDA DE PESSOA JURÍDICA - IRPJ - LÍQUIDA DE INCENTIVOS - MULTAS E JUROS	2.277.462.455	0	2.277.462.455
100 - RECURSOS ORDINÁRIOS	221.369.351	0	221.369.351
101 - TRANSFERÊNCIAS DO IMPOSTO SOBRE A RENDA E SOBRE PRODUTOS INDUSTRIALIZADOS	1.115.956.603	0	1.115.956.603
132 - RECURSOS DESTINADOS AO FUNDAF	940.136.501	0	940.136.501
11130213 - IMPOSTO SOBRE A RENDA DE PESSOA JURÍDICA - IRPJ - LÍQUIDA DE INCENTIVOS - DÍVIDA ATIVA	1.196.578.855	0	1.196.578.855
100 - RECURSOS ORDINÁRIOS	610.255.216	0	610.255.216
101 - TRANSFERÊNCIAS DO IMPOSTO SOBRE A RENDA E SOBRE PRODUTOS INDUSTRIALIZADOS	586.323.639	0	586.323.639
11130214 - IMPOSTO SOBRE A RENDA DE PESSOA JURÍDICA - IRPJ - LÍQUIDA DE INCENTIVOS - DÍVIDA ATIVA - MULTAS E JUROS	195.036.223	0	195.036.223
100 - RECURSOS ORDINÁRIOS	18.957.521	0	18.957.521
101 - TRANSFERÊNCIAS DO IMPOSTO SOBRE A RENDA E SOBRE PRODUTOS INDUSTRIALIZADOS	95.567.749	0	95.567.749
132 - RECURSOS DESTINADOS AO FUNDAF	80.510.953	0	80.510.953
11130217 - IMPOSTO SOBRE A RENDA DE PESSOA JURÍDICA - IRPJ - LÍQUIDA DE INCENTIVOS - MULTAS DA DÍVIDA ATIVA	40.618.702	0	40.618.702
100 - RECURSOS ORDINÁRIOS	3.948.138	0	3.948.138
101 - TRANSFERÊNCIAS DO IMPOSTO SOBRE A RENDA E SOBRE PRODUTOS INDUSTRIALIZADOS	19.903.164	0	19.903.164
132 - RECURSOS DESTINADOS AO FUNDAF	16.767.400	0	16.767.400



CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO
Relatório da Receita do Orçamento de 2018 - PL nº 20/2017-CN

R\$ 1,00

NATUREZA DA RECEITA/FONTE DE RECURSOS	PL (A)	Reestimativa (B)	Posição Atual (A+B)
11130218 - IMPOSTO SOBRE A RENDA DE PESSOA JURÍDICA - IRPJ - LÍQUIDA DE INCENTIVOS - JUROS DA DÍVIDA ATIVA	194.312.352	0	194.312.352
100 - RECURSOS ORDINÁRIOS	18.887.161	0	18.887.161
101 - TRANSFERÊNCIAS DO IMPOSTO SOBRE A RENDA E SOBRE PRODUTOS INDUSTRIALIZADOS	95.213.052	0	95.213.052
132 - RECURSOS DESTINADOS AO FUNDAF	80.212.139	0	80.212.139
11130311 - IMPOSTO SOBRE A RENDA - RETIDO NA FONTE - TRABALHO - PRINCIPAL	94.877.148.912	0	94.877.148.912
100 - RECURSOS ORDINÁRIOS	48.387.345.945	0	48.387.345.945
101 - TRANSFERÊNCIAS DO IMPOSTO SOBRE A RENDA E SOBRE PRODUTOS INDUSTRIALIZADOS	46.489.802.967	0	46.489.802.967
11130312 - IMPOSTO SOBRE A RENDA - RETIDO NA FONTE - TRABALHO - MULTAS E JUROS	728.687.659	0	728.687.659
100 - RECURSOS ORDINÁRIOS	70.828.440	0	70.828.440
101 - TRANSFERÊNCIAS DO IMPOSTO SOBRE A RENDA E SOBRE PRODUTOS INDUSTRIALIZADOS	357.056.953	0	357.056.953
132 - RECURSOS DESTINADOS AO FUNDAF	300.802.266	0	300.802.266
11130313 - IMPOSTO SOBRE A RENDA - RETIDO NA FONTE - TRABALHO - DÍVIDA ATIVA	130.214.305	0	130.214.305
100 - RECURSOS ORDINÁRIOS	66.409.295	0	66.409.295
101 - TRANSFERÊNCIAS DO IMPOSTO SOBRE A RENDA E SOBRE PRODUTOS INDUSTRIALIZADOS	63.805.010	0	63.805.010
11130314 - IMPOSTO SOBRE A RENDA - RETIDO NA FONTE - TRABALHO - DÍVIDA ATIVA - MULTAS E JUROS	51.852.240	0	51.852.240
100 - RECURSOS ORDINÁRIOS	5.040.038	0	5.040.038
101 - TRANSFERÊNCIAS DO IMPOSTO SOBRE A RENDA E SOBRE PRODUTOS INDUSTRIALIZADOS	25.407.597	0	25.407.597
132 - RECURSOS DESTINADOS AO FUNDAF	21.404.605	0	21.404.605
11130317 - IMPOSTO SOBRE A RENDA - RETIDO NA FONTE - TRABALHO - MULTAS DA DÍVIDA ATIVA	12.023.116	0	12.023.116
100 - RECURSOS ORDINÁRIOS	1.168.647	0	1.168.647
101 - TRANSFERÊNCIAS DO IMPOSTO SOBRE A RENDA E SOBRE PRODUTOS INDUSTRIALIZADOS	5.891.327	0	5.891.327
132 - RECURSOS DESTINADOS AO FUNDAF	4.963.142	0	4.963.142
11130318 - IMPOSTO SOBRE A RENDA - RETIDO NA FONTE - TRABALHO - JUROS DA DÍVIDA ATIVA	62.144.870	0	62.144.870
100 - RECURSOS ORDINÁRIOS	6.040.481	0	6.040.481
101 - TRANSFERÊNCIAS DO IMPOSTO SOBRE A RENDA E SOBRE PRODUTOS INDUSTRIALIZADOS	30.450.987	0	30.450.987
132 - RECURSOS DESTINADOS AO FUNDAF	25.653.402	0	25.653.402



CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO
Relatório da Receita do Orçamento de 2018 - PL nº 20/2017-CN

R\$ 1,00

NATUREZA DA RECEITA/FONTE DE RECURSOS	PL (A)	Reestimativa (B)	Posição Atual (A+B)
11130321 - IMPOSTO SOBRE A RENDA - RETIDO NA FONTE - CAPITAL - PRINCIPAL	60.671.531.159	336.220.000	61.007.751.159
100 - RECURSOS ORDINÁRIOS	25.646.640.891	0	25.646.640.891
101 - TRANSFERÊNCIAS DO IMPOSTO SOBRE A RENDA E SOBRE PRODUTOS INDUSTRIALIZADOS	24.640.890.268	0	24.640.890.268
900 - RECURSOS ORDINÁRIOS - CONDICIONADOS	5.295.840.000	171.472.200	5.467.312.200
901 - TRANSFERÊNCIAS DO IMPOSTO SOBRE A RENDA E SOBRE PRODUTOS INDUSTRIALIZADOS - CONDICIONADOS	5.088.160.000	164.747.800	5.252.907.800
11130331 - IMPOSTO SOBRE A RENDA - RETIDO NA FONTE - REMESSA AO EXTERIOR - PRINCIPAL	26.152.896.715	126.372.458	26.279.269.173
100 - RECURSOS ORDINÁRIOS	13.337.977.325	64.449.953	13.402.427.278
101 - TRANSFERÊNCIAS DO IMPOSTO SOBRE A RENDA E SOBRE PRODUTOS INDUSTRIALIZADOS	12.814.919.390	61.922.505	12.876.841.895
11130341 - IMPOSTO SOBRE A RENDA - RETIDO NA FONTE - OUTROS RENDIMENTOS - PRINCIPAL	10.380.031.594	55.585.601	10.435.617.195
100 - RECURSOS ORDINÁRIOS	5.293.816.113	28.348.656	5.322.164.769
101 - TRANSFERÊNCIAS DO IMPOSTO SOBRE A RENDA E SOBRE PRODUTOS INDUSTRIALIZADOS	5.086.215.481	27.236.945	5.113.452.426
11140111 - IMPOSTO SOBRE PRODUTOS INDUSTRIALIZADOS - IPI - FUMO - PRINCIPAL	4.847.560.971	0	4.847.560.971
100 - RECURSOS ORDINÁRIOS	1.987.499.998	0	1.987.499.998
101 - TRANSFERÊNCIAS DO IMPOSTO SOBRE A RENDA E SOBRE PRODUTOS INDUSTRIALIZADOS	2.860.060.973	0	2.860.060.973
11140121 - IMPOSTO SOBRE PRODUTOS INDUSTRIALIZADOS - IPI - BEBIDAS - PRINCIPAL	3.079.139.660	0	3.079.139.660
100 - RECURSOS ORDINÁRIOS	1.262.447.261	0	1.262.447.261
101 - TRANSFERÊNCIAS DO IMPOSTO SOBRE A RENDA E SOBRE PRODUTOS INDUSTRIALIZADOS	1.816.692.399	0	1.816.692.399
11140131 - IMPOSTO SOBRE PRODUTOS INDUSTRIALIZADOS - IPI - AUTOMÓVEIS - PRINCIPAL	4.186.122.417	20.053.885	4.206.176.302
100 - RECURSOS ORDINÁRIOS	1.716.310.191	8.222.093	1.724.532.284
101 - TRANSFERÊNCIAS DO IMPOSTO SOBRE A RENDA E SOBRE PRODUTOS INDUSTRIALIZADOS	2.469.812.226	11.831.792	2.481.644.018
11140141 - IMPOSTO SOBRE PRODUTOS INDUSTRIALIZADOS - IPI - VINCULADOS À IMPORTAÇÃO - PRINCIPAL	16.474.034.516	79.240.371	16.553.274.887
100 - RECURSOS ORDINÁRIOS	6.754.354.152	32.488.552	6.786.842.704
101 - TRANSFERÊNCIAS DO IMPOSTO SOBRE A RENDA E SOBRE PRODUTOS INDUSTRIALIZADOS	9.719.680.364	46.751.819	9.766.432.183



CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO
Relatório da Receita do Orçamento de 2018 - PL nº 20/2017-CN

R\$ 1,00

NATUREZA DA RECEITA/FONTE DE RECURSOS	PL (A)	Reestimativa (B)	Posição Atual (A+B)
11140151 - IMPOSTO SOBRE PRODUTOS INDUSTRIALIZADOS - IPI - OUTROS PRODUTOS - PRINCIPAL	22.852.108.639	115.623.396	22.967.732.035
100 - RECURSOS ORDINÁRIOS	9.369.364.542	47.405.592	9.416.770.134
101 - TRANSFERÊNCIAS DO IMPOSTO SOBRE A RENDA E SOBRE PRODUTOS INDUSTRIALIZADOS	13.482.744.097	68.217.804	13.550.961.901
11140152 - IMPOSTO SOBRE PRODUTOS INDUSTRIALIZADOS - IPI - OUTROS PRODUTOS - MULTAS E JUROS	414.506.662	0	414.506.662
100 - RECURSOS ORDINÁRIOS	32.828.928	0	32.828.928
101 - TRANSFERÊNCIAS DO IMPOSTO SOBRE A RENDA E SOBRE PRODUTOS INDUSTRIALIZADOS	244.558.931	0	244.558.931
132 - RECURSOS DESTINADOS AO FUNDAF	137.118.803	0	137.118.803
11140153 - IMPOSTO SOBRE PRODUTOS INDUSTRIALIZADOS - IPI - OUTROS PRODUTOS - DÍVIDA ATIVA	105.638.353	0	105.638.353
100 - RECURSOS ORDINÁRIOS	43.311.725	0	43.311.725
101 - TRANSFERÊNCIAS DO IMPOSTO SOBRE A RENDA E SOBRE PRODUTOS INDUSTRIALIZADOS	62.326.628	0	62.326.628
11140154 - IMPOSTO SOBRE PRODUTOS INDUSTRIALIZADOS - IPI - OUTROS PRODUTOS - DÍVIDA ATIVA - MULTAS E JUROS	63.955.192	0	63.955.192
100 - RECURSOS ORDINÁRIOS	5.065.251	0	5.065.251
101 - TRANSFERÊNCIAS DO IMPOSTO SOBRE A RENDA E SOBRE PRODUTOS INDUSTRIALIZADOS	37.733.563	0	37.733.563
132 - RECURSOS DESTINADOS AO FUNDAF	21.156.378	0	21.156.378
11140157 - IMPOSTO SOBRE PRODUTOS INDUSTRIALIZADOS - IPI - OUTROS PRODUTOS - MULTAS DA DÍVIDA ATIVA	8.172.425	0	8.172.425
100 - RECURSOS ORDINÁRIOS	647.256	0	647.256
101 - TRANSFERÊNCIAS DO IMPOSTO SOBRE A RENDA E SOBRE PRODUTOS INDUSTRIALIZADOS	4.821.731	0	4.821.731
132 - RECURSOS DESTINADOS AO FUNDAF	2.703.438	0	2.703.438
11140158 - IMPOSTO SOBRE PRODUTOS INDUSTRIALIZADOS - IPI - OUTROS PRODUTOS - JUROS DA DÍVIDA ATIVA	75.918.187	0	75.918.187
100 - RECURSOS ORDINÁRIOS	6.012.720	0	6.012.720
101 - TRANSFERÊNCIAS DO IMPOSTO SOBRE A RENDA E SOBRE PRODUTOS INDUSTRIALIZADOS	44.791.731	0	44.791.731
132 - RECURSOS DESTINADOS AO FUNDAF	25.113.736	0	25.113.736
11150111 - IMPOSTO SOBRE OPERAÇÕES FINANCEIRAS - IOF - OURO - PRINCIPAL	33.594.327	0	33.594.327
119 - IMPOSTO SOBRE OPERAÇÕES FINANCEIRAS - OURO	33.594.327	0	33.594.327



CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO
Relatório da Receita do Orçamento de 2018 - PL nº 20/2017-CN

R\$ 1,00

NATUREZA DA RECEITA/FONTE DE RECURSOS	PL (A)	Reestimativa (B)	Posição Atual (A+B)
11150121 - IMPOSTO SOBRE OPERAÇÕES FINANCEIRAS - IOF - DEMAIS OPERAÇÕES - PRINCIPAL	37.771.414.966	183.034.308	37.954.449.274
100 - RECURSOS ORDINÁRIOS	37.771.414.966	183.034.308	37.954.449.274
11150122 - IMPOSTO SOBRE OPERAÇÕES FINANCEIRAS - IOF - DEMAIS OPERAÇÕES - MULTAS E JUROS	141.460.906	0	141.460.906
100 - RECURSOS ORDINÁRIOS	25.462.963	0	25.462.963
132 - RECURSOS DESTINADOS AO FUNDAF	115.997.943	0	115.997.943
11150123 - IMPOSTO SOBRE OPERAÇÕES FINANCEIRAS - IOF - DEMAIS OPERAÇÕES - DÍVIDA ATIVA	2.309.357	0	2.309.357
100 - RECURSOS ORDINÁRIOS	2.309.357	0	2.309.357
11150124 - IMPOSTO SOBRE OPERAÇÕES FINANCEIRAS - IOF - DEMAIS OPERAÇÕES - DÍVIDA ATIVA - MULTAS E JUROS	1.370.219	0	1.370.219
100 - RECURSOS ORDINÁRIOS	246.639	0	246.639
132 - RECURSOS DESTINADOS AO FUNDAF	1.123.580	0	1.123.580
11150127 - IMPOSTO SOBRE OPERAÇÕES FINANCEIRAS - IOF - DEMAIS OPERAÇÕES - MULTAS DA DÍVIDA ATIVA	187.319	0	187.319
100 - RECURSOS ORDINÁRIOS	33.717	0	33.717
132 - RECURSOS DESTINADOS AO FUNDAF	153.602	0	153.602
11150128 - IMPOSTO SOBRE OPERAÇÕES FINANCEIRAS - IOF - DEMAIS OPERAÇÕES - JUROS DA DÍVIDA ATIVA	668.772	0	668.772
100 - RECURSOS ORDINÁRIOS	120.379	0	120.379
132 - RECURSOS DESTINADOS AO FUNDAF	548.393	0	548.393
11210111 - TAXAS DE INSPEÇÃO, CONTROLE E FISCALIZAÇÃO - PRINCIPAL	4.916.761.302	0	4.916.761.302
100 - RECURSOS ORDINÁRIOS	1.475.028.389	0	1.475.028.389
174 - TAXAS E MULTAS PELO EXERCÍCIO DO PODER DE POLÍCIA E MULTAS PROVENIENTES DE PROCESSOS JUDICIAIS	3.441.732.913	0	3.441.732.913
11210112 - TAXAS DE INSPEÇÃO, CONTROLE E FISCALIZAÇÃO - MULTAS E JUROS	1.147.689	0	1.147.689
174 - TAXAS E MULTAS PELO EXERCÍCIO DO PODER DE POLÍCIA E MULTAS PROVENIENTES DE PROCESSOS JUDICIAIS	1.147.689	0	1.147.689



CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO
Relatório da Receita do Orçamento de 2018 - PL nº 20/2017-CN

R\$ 1,00

NATUREZA DA RECEITA/FONTE DE RECURSOS	PL (A)	Reestimativa (B)	Posição Atual (A+B)
11210113 - TAXAS DE INSPEÇÃO, CONTROLE E FISCALIZAÇÃO - DÍVIDA ATIVA	21.463.124	0	21.463.124
100 - RECURSOS ORDINÁRIOS	6.438.938	0	6.438.938
174 - TAXAS E MULTAS PELO EXERCÍCIO DO PODER DE POLÍCIA E MULTAS PROVENIENTES DE PROCESSOS JUDICIAIS	15.024.186	0	15.024.186
11210114 - TAXAS DE INSPEÇÃO, CONTROLE E FISCALIZAÇÃO - DÍVIDA ATIVA - MULTAS E JUROS	607.761	0	607.761
174 - TAXAS E MULTAS PELO EXERCÍCIO DO PODER DE POLÍCIA E MULTAS PROVENIENTES DE PROCESSOS JUDICIAIS	607.761	0	607.761
11210211 - TAXA DE FISCALIZAÇÃO DE INSTALAÇÃO - TFI - PRINCIPAL	81.532.831	0	81.532.831
100 - RECURSOS ORDINÁRIOS	24.459.849	0	24.459.849
178 - FUNDO DE FISCALIZAÇÃO DAS TELECOMUNICAÇÕES	57.072.982	0	57.072.982
11210212 - TAXA DE FISCALIZAÇÃO DE INSTALAÇÃO - TFI - MULTAS E JUROS	119.013	0	119.013
178 - FUNDO DE FISCALIZAÇÃO DAS TELECOMUNICAÇÕES	119.013	0	119.013
11210213 - TAXA DE FISCALIZAÇÃO DE INSTALAÇÃO - TFI - DÍVIDA ATIVA	4.526	0	4.526
100 - RECURSOS ORDINÁRIOS	1.358	0	1.358
178 - FUNDO DE FISCALIZAÇÃO DAS TELECOMUNICAÇÕES	3.168	0	3.168
11210221 - TAXA DE FISCALIZAÇÃO DE FUNCIONAMENTO - TFF - PRINCIPAL	2.260.487.791	0	2.260.487.791
100 - RECURSOS ORDINÁRIOS	678.146.337	0	678.146.337
178 - FUNDO DE FISCALIZAÇÃO DAS TELECOMUNICAÇÕES	1.582.341.454	0	1.582.341.454
11210222 - TAXA DE FISCALIZAÇÃO DE FUNCIONAMENTO - TFF - MULTAS E JUROS	547.167	0	547.167
178 - FUNDO DE FISCALIZAÇÃO DAS TELECOMUNICAÇÕES	547.167	0	547.167
11210223 - TAXA DE FISCALIZAÇÃO DE FUNCIONAMENTO - TFF - DÍVIDA ATIVA	14.349	0	14.349
100 - RECURSOS ORDINÁRIOS	4.305	0	4.305
178 - FUNDO DE FISCALIZAÇÃO DAS TELECOMUNICAÇÕES	10.044	0	10.044
11210311 - TAXA DE CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DE PRODUTOS QUÍMICOS - PRINCIPAL	46.950.645	0	46.950.645
100 - RECURSOS ORDINÁRIOS	14.085.194	0	14.085.194
186 - RECURSOS VINCULADOS A APLICAÇÕES EM POLÍTICAS PÚBLICAS ESPECÍFICAS	32.865.451	0	32.865.451



CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO
Relatório da Receita do Orçamento de 2018 - PL nº 20/2017-CN

R\$ 1,00

NATUREZA DA RECEITA/FONTE DE RECURSOS	PL (A)	Reestimativa (B)	Posição Atual (A+B)
11210411 - TAXA DE CONTROLE E FISCALIZAÇÃO AMBIENTAL - PRINCIPAL	271.457.838	0	271.457.838
100 - RECURSOS ORDINÁRIOS	81.437.351	0	81.437.351
174 - TAXAS E MULTAS PELO EXERCÍCIO DO PODER DE POLÍCIA E MULTAS PROVENIENTES DE PROCESSOS JUDICIAIS	190.020.487	0	190.020.487
11210511 - TAXA DE CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DA PESCA E AQUICULTURA - PRINCIPAL	14.339.417	0	14.339.417
100 - RECURSOS ORDINÁRIOS	4.301.825	0	4.301.825
174 - TAXAS E MULTAS PELO EXERCÍCIO DO PODER DE POLÍCIA E MULTAS PROVENIENTES DE PROCESSOS JUDICIAIS	10.037.592	0	10.037.592
11220111 - TAXAS PELA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS - PRINCIPAL	5.423.169	0	5.423.169
100 - RECURSOS ORDINÁRIOS	1.626.951	0	1.626.951
175 - TAXAS POR SERVIÇOS PÚBLICOS	3.796.218	0	3.796.218
11220211 - EMOLUMENTOS E CUSTAS JUDICIAIS - PRINCIPAL	743.240.484	0	743.240.484
100 - RECURSOS ORDINÁRIOS	222.972.145	0	222.972.145
127 - CUSTAS JUDICIAIS	520.268.339	0	520.268.339
11220212 - EMOLUMENTOS E CUSTAS JUDICIAIS - MULTA E JUROS	347.083	0	347.083
127 - CUSTAS JUDICIAIS	347.083	0	347.083
11220213 - EMOLUMENTOS E CUSTAS JUDICIAIS - DÍVIDA ATIVA	93.359	0	93.359
100 - RECURSOS ORDINÁRIOS	28.008	0	28.008
127 - CUSTAS JUDICIAIS	65.351	0	65.351
11220214 - EMOLUMENTOS E CUSTAS JUDICIAIS - DÍVIDA ATIVA - MULTA E JUROS	134.681	0	134.681
127 - CUSTAS JUDICIAIS	134.681	0	134.681
12100111 - CONTRIBUIÇÃO PARA O FINANCIAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL - COFINS - PRINCIPAL	237.862.431.021	1.190.907.568	239.053.338.589
100 - RECURSOS ORDINÁRIOS	71.358.729.306	357.272.270	71.716.001.576
153 - CONTRIBUIÇÃO PARA FINANCIAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL - COFINS	166.503.701.715	833.635.298	167.337.337.013



CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO
Relatório da Receita do Orçamento de 2018 - PL nº 20/2017-CN

R\$ 1,00

NATUREZA DA RECEITA/FONTE DE RECURSOS	PL (A)	Reestimativa (B)	Posição Atual (A+B)
12100112 - CONTRIBUIÇÃO PARA O FINANCIAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL - COFINS - MULTAS E JUROS	2.542.378.366	0	2.542.378.366
132 - RECURSOS DESTINADOS AO FUNDAF	1.682.463.383	0	1.682.463.383
153 - CONTRIBUIÇÃO PARA FINANCIAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL - COFINS	859.914.983	0	859.914.983
12100113 - CONTRIBUIÇÃO PARA O FINANCIAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL - COFINS - DÍVIDA ATIVA	713.970.791	0	713.970.791
100 - RECURSOS ORDINÁRIOS	214.191.237	0	214.191.237
153 - CONTRIBUIÇÃO PARA FINANCIAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL - COFINS	499.779.554	0	499.779.554
12100114 - CONTRIBUIÇÃO PARA O FINANCIAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL - COFINS - DÍVIDA ATIVA - MULTAS E JUROS	331.218.213	0	331.218.213
132 - RECURSOS DESTINADOS AO FUNDAF	293.042.695	0	293.042.695
153 - CONTRIBUIÇÃO PARA FINANCIAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL - COFINS	38.175.518	0	38.175.518
12100117 - CONTRIBUIÇÃO PARA O FINANCIAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL - COFINS - MULTAS DA DÍVIDA ATIVA	57.376.592	0	57.376.592
153 - CONTRIBUIÇÃO PARA FINANCIAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL - COFINS	57.376.592	0	57.376.592
12100118 - CONTRIBUIÇÃO PARA O FINANCIAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL - COFINS - JUROS DA DÍVIDA ATIVA	381.156.964	0	381.156.964
132 - RECURSOS DESTINADOS AO FUNDAF	381.156.964	0	381.156.964
12100211 - CONTRIBUIÇÃO SOCIAL SOBRE O LUCRO LÍQUIDO - CSLL - PRINCIPAL	69.802.509.441	338.013.076	70.140.522.517
100 - RECURSOS ORDINÁRIOS	20.940.752.832	101.403.923	21.042.156.755
151 - CONTRIBUIÇÃO SOCIAL SOBRE O LUCRO LÍQUIDO DAS PESSOAS JURÍDICAS	48.861.756.609	236.609.153	49.098.365.762
12100212 - CONTRIBUIÇÃO SOCIAL SOBRE O LUCRO LÍQUIDO - CSLL - MULTAS E JUROS	1.241.592.142	0	1.241.592.142
132 - RECURSOS DESTINADOS AO FUNDAF	863.035.256	0	863.035.256
151 - CONTRIBUIÇÃO SOCIAL SOBRE O LUCRO LÍQUIDO DAS PESSOAS JURÍDICAS	378.556.886	0	378.556.886
12100213 - CONTRIBUIÇÃO SOCIAL SOBRE O LUCRO LÍQUIDO - CSLL - DÍVIDA ATIVA	635.074.090	0	635.074.090
100 - RECURSOS ORDINÁRIOS	190.522.227	0	190.522.227
151 - CONTRIBUIÇÃO SOCIAL SOBRE O LUCRO LÍQUIDO DAS PESSOAS JURÍDICAS	444.551.863	0	444.551.863
12100214 - CONTRIBUIÇÃO SOCIAL SOBRE O LUCRO LÍQUIDO - CSLL - DÍVIDA ATIVA - MULTAS E JUROS	89.762.653	0	89.762.653
132 - RECURSOS DESTINADOS AO FUNDAF	76.465.091	0	76.465.091
151 - CONTRIBUIÇÃO SOCIAL SOBRE O LUCRO LÍQUIDO DAS PESSOAS JURÍDICAS	13.297.562	0	13.297.562



CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO
Relatório da Receita do Orçamento de 2018 - PL nº 20/2017-CN

R\$ 1,00

NATUREZA DA RECEITA/FONTE DE RECURSOS	PL (A)	Reestimativa (B)	Posição Atual (A+B)
12100217 - CONTRIBUIÇÃO SOCIAL SOBRE O LUCRO LÍQUIDO - CSLL - MULTAS DA DÍVIDA ATIVA	22.887.685	0	22.887.685
151 - CONTRIBUIÇÃO SOCIAL SOBRE O LUCRO LÍQUIDO DAS PESSOAS JURÍDICAS	22.887.685	0	22.887.685
12100218 - CONTRIBUIÇÃO SOCIAL SOBRE O LUCRO LÍQUIDO - CSLL - JUROS DA DÍVIDA ATIVA	113.052.126	0	113.052.126
132 - RECURSOS DESTINADOS AO FUNDAF	113.052.126	0	113.052.126
12100311 - CONTRIBUIÇÕES PARA O REGIME GERAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL - RGPS - PRINCIPAL	381.071.144.267	1.911.605.364	382.982.749.631
154 - RECURSOS DO REGIME GERAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL	372.700.204.287	1.869.613.379	374.569.817.666
954 - RECURSOS DO REGIME GERAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL - CONDICIONADOS	8.370.939.980	41.991.985	8.412.931.965
12100312 - CONTRIBUIÇÕES PARA O REGIME GERAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL - RGPS - MULTAS E JUROS	4.974.577.819	0	4.974.577.819
154 - RECURSOS DO REGIME GERAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL	4.974.577.819	0	4.974.577.819
12100313 - CONTRIBUIÇÕES PARA O REGIME GERAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL - RGPS - DÍVIDA ATIVA	2.999.562.210	0	2.999.562.210
154 - RECURSOS DO REGIME GERAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL	2.999.562.210	0	2.999.562.210
12100314 - CONTRIBUIÇÕES PARA O REGIME GERAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL - RGPS - DÍVIDA ATIVA - MULTAS E JUROS	309.159.519	0	309.159.519
154 - RECURSOS DO REGIME GERAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL	309.159.519	0	309.159.519
12100421 - CONTRIBUIÇÃO DO SERVIDOR ATIVO CIVIL PARA O RPPS - PRINCIPAL	11.587.846.034	0	11.587.846.034
156 - CONTRIBUIÇÃO DO SERVIDOR PARA O PLANO DE SEGURIDADE SOCIAL DO SERVIDOR PÚBLICO	10.253.994.203	0	10.253.994.203
956 - CONTRIBUIÇÃO DO SERVIDOR PARA O PLANO DE SEGURIDADE SOCIAL DO SERVIDOR PÚBLICO - CONDICIONADOS	1.333.851.831	0	1.333.851.831
12100422 - CONTRIBUIÇÃO DO SERVIDOR ATIVO CIVIL PARA O RPPS - MULTAS E JUROS	1.656.702	0	1.656.702
156 - CONTRIBUIÇÃO DO SERVIDOR PARA O PLANO DE SEGURIDADE SOCIAL DO SERVIDOR PÚBLICO	1.656.702	0	1.656.702
12100431 - CONTRIBUIÇÃO DO SERVIDOR INATIVO PARA O RPPS - PRINCIPAL	3.004.719.340	0	3.004.719.340
156 - CONTRIBUIÇÃO DO SERVIDOR PARA O PLANO DE SEGURIDADE SOCIAL DO SERVIDOR PÚBLICO	2.359.179.358	0	2.359.179.358
956 - CONTRIBUIÇÃO DO SERVIDOR PARA O PLANO DE SEGURIDADE SOCIAL DO SERVIDOR PÚBLICO - CONDICIONADOS	645.539.982	0	645.539.982



CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO
Relatório da Receita do Orçamento de 2018 - PL nº 20/2017-CN

R\$ 1,00

NATUREZA DA RECEITA/FONTE DE RECURSOS	PL (A)	Reestimativa (B)	Posição Atual (A+B)
12100441 - CONTRIBUIÇÃO DO PENSIONISTA PARA O RPPS - PRINCIPAL	683.615.530	0	683.615.530
156 - CONTRIBUIÇÃO DO SERVIDOR PARA O PLANO DE SEGURIDADE SOCIAL DO SERVIDOR PÚBLICO	536.741.212	0	536.741.212
956 - CONTRIBUIÇÃO DO SERVIDOR PARA O PLANO DE SEGURIDADE SOCIAL DO SERVIDOR PÚBLICO - CONDICIONADOS	146.874.318	0	146.874.318
12100461 - CONTRIBUIÇÃO DO SERVIDOR ATIVO PARA O RPPS ORIUNDA DE SENTENÇAS JUDICIAIS - PRINCIPAL	499.595.070	0	499.595.070
156 - CONTRIBUIÇÃO DO SERVIDOR PARA O PLANO DE SEGURIDADE SOCIAL DO SERVIDOR PÚBLICO	446.470.897	0	446.470.897
956 - CONTRIBUIÇÃO DO SERVIDOR PARA O PLANO DE SEGURIDADE SOCIAL DO SERVIDOR PÚBLICO - CONDICIONADOS	53.124.173	0	53.124.173
12100471 - CONTRIBUIÇÃO DO SERVIDOR INATIVO PARA O RPPS ORIUNDA DE SENTENÇAS JUDICIAIS - PRINCIPAL	126.102.433	0	126.102.433
156 - CONTRIBUIÇÃO DO SERVIDOR PARA O PLANO DE SEGURIDADE SOCIAL DO SERVIDOR PÚBLICO	99.080.483	0	99.080.483
956 - CONTRIBUIÇÃO DO SERVIDOR PARA O PLANO DE SEGURIDADE SOCIAL DO SERVIDOR PÚBLICO - CONDICIONADOS	27.021.950	0	27.021.950
12100481 - CONTRIBUIÇÃO DO PENSIONISTA PARA O RPPS ORIUNDA DE SENTENÇAS JUDICIAIS - PRINCIPAL	29.065.370	0	29.065.370
156 - CONTRIBUIÇÃO DO SERVIDOR PARA O PLANO DE SEGURIDADE SOCIAL DO SERVIDOR PÚBLICO	22.837.076	0	22.837.076
956 - CONTRIBUIÇÃO DO SERVIDOR PARA O PLANO DE SEGURIDADE SOCIAL DO SERVIDOR PÚBLICO - CONDICIONADOS	6.228.294	0	6.228.294
12100511 - CONTRIBUIÇÃO PARA A PREVIDÊNCIA MILITAR E PARA O CUSTEIO DAS PENSÕES MILITARES- PRINCIPAL	3.316.603.810	0	3.316.603.810
100 - RECURSOS ORDINÁRIOS	994.981.143	0	994.981.143
123 - CONTRIBUIÇÃO PARA O CUSTEIO DAS PENSÕES MILITARES	2.321.622.667	0	2.321.622.667
12100611 - CONTRIBUIÇÃO PARA FUNDOS DE ASSISTÊNCIA MÉDICA - POLICIAIS MILITARES - PRINCIPAL	13.530.000	0	13.530.000
100 - RECURSOS ORDINÁRIOS	4.059.000	0	4.059.000
106 - CONTRIBUIÇÃO PARA O FUNDO DE SAÚDE DOS POLÍCIAIS MILITARES E BOMBEIROS MILITARES DO DISTRITO FEDERAL	9.471.000	0	9.471.000
12100621 - CONTRIBUIÇÃO PARA FUNDOS DE ASSISTÊNCIA MÉDICA - BOMBEIROS MILITARES - PRINCIPAL	6.594.786	0	6.594.786
100 - RECURSOS ORDINÁRIOS	1.978.436	0	1.978.436
106 - CONTRIBUIÇÃO PARA O FUNDO DE SAÚDE DOS POLÍCIAIS MILITARES E BOMBEIROS MILITARES DO DISTRITO FEDERAL	4.616.350	0	4.616.350



CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO
Relatório da Receita do Orçamento de 2018 - PL nº 20/2017-CN

R\$ 1,00

NATUREZA DA RECEITA/FONTE DE RECURSOS	PL (A)	Reestimativa (B)	Posição Atual (A+B)
12100711 - CONTRIBUIÇÃO SOBRE A LOTERIA FEDERAL - PRINCIPAL	99.605.148	0	99.605.148
100 - RECURSOS ORDINÁRIOS	29.881.544	0	29.881.544
118 - CONTRIBUIÇÕES SOBRE CONCURSOS DE PROGNÓSTICOS	69.723.604	0	69.723.604
12100721 - CONTRIBUIÇÃO SOBRE LOTERIAS ESPORTIVAS - PRINCIPAL	42.710.349	0	42.710.349
100 - RECURSOS ORDINÁRIOS	12.813.105	0	12.813.105
118 - CONTRIBUIÇÕES SOBRE CONCURSOS DE PROGNÓSTICOS	29.897.244	0	29.897.244
12100741 - CONTRIBUIÇÃO SOBRE LOTERIAS DE NÚMEROS - PRINCIPAL	5.475.048.698	0	5.475.048.698
100 - RECURSOS ORDINÁRIOS	1.642.514.610	0	1.642.514.610
118 - CONTRIBUIÇÕES SOBRE CONCURSOS DE PROGNÓSTICOS	3.832.534.088	0	3.832.534.088
12100751 - CONTRIBUIÇÃO SOBRE LOTERIA INSTANTÂNEA - PRINCIPAL	689.093	0	689.093
100 - RECURSOS ORDINÁRIOS	206.728	0	206.728
118 - CONTRIBUIÇÕES SOBRE CONCURSOS DE PROGNÓSTICOS	482.365	0	482.365
12100761 - CONTRIBUIÇÃO SOBRE CONCURSOS DE PROGNÓSTICO - MODALIDADE FUTEBOL - PRINCIPAL	48.975.363	0	48.975.363
100 - RECURSOS ORDINÁRIOS	14.692.609	0	14.692.609
118 - CONTRIBUIÇÕES SOBRE CONCURSOS DE PROGNÓSTICOS	34.282.754	0	34.282.754
12100811 - CONTRIBUIÇÃO SOBRE SORTEIOS REALIZADOS POR ENTIDADES FILANTRÓPICAS - PRINCIPAL	661.792	0	661.792
100 - RECURSOS ORDINÁRIOS	198.538	0	198.538
118 - CONTRIBUIÇÕES SOBRE CONCURSOS DE PROGNÓSTICOS	463.254	0	463.254
12100812 - CONTRIBUIÇÃO SOBRE SORTEIOS REALIZADOS POR ENTIDADES FILANTRÓPICAS - MULTAS E JUROS	46.306	0	46.306
118 - CONTRIBUIÇÕES SOBRE CONCURSOS DE PROGNÓSTICOS	46.306	0	46.306
12100911 - CONTRIBUIÇÃO PARA OS PROGRAMAS DE INTEGRAÇÃO SOCIAL E DE FORMAÇÃO DO PATRIMÔNIO DO SERVIDOR PÚBLICO - PIS E PASEP - PRINCIPAL	63.475.302.973	316.241.956	63.791.544.929
100 - RECURSOS ORDINÁRIOS	19.042.590.892	94.872.587	19.137.463.479
140 - CONTRIBUIÇÕES PARA OS PROGRAMAS PIS/PASEP	44.432.712.081	221.369.369	44.654.081.450



CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO
Relatório da Receita do Orçamento de 2018 - PL nº 20/2017-CN

R\$ 1,00

NATUREZA DA RECEITA/FONTE DE RECURSOS	PL (A)	Reestimativa (B)	Posição Atual (A+B)
12100912 - CONTRIBUIÇÃO PARA OS PROGRAMAS DE INTEGRAÇÃO SOCIAL E DE FORMAÇÃO DO PATRIMÔNIO DO SERVIDOR PÚBLICO - PIS E PASEP - MULTAS E JUROS	949.466.337	0	949.466.337
132 - RECURSOS DESTINADOS AO FUNDAF	628.122.793	0	628.122.793
140 - CONTRIBUIÇÕES PARA OS PROGRAMAS PIS/PASEP	321.343.544	0	321.343.544
12100913 - CONTRIBUIÇÃO PARA OS PROGRAMAS DE INTEGRAÇÃO SOCIAL E DE FORMAÇÃO DO PATRIMÔNIO DO SERVIDOR PÚBLICO - PIS E PASEP - DÍVIDA ATIVA	196.294.639	0	196.294.639
100 - RECURSOS ORDINÁRIOS	58.888.392	0	58.888.392
140 - CONTRIBUIÇÕES PARA OS PROGRAMAS PIS/PASEP	137.406.247	0	137.406.247
12100914 - CONTRIBUIÇÃO PARA OS PROGRAMAS DE INTEGRAÇÃO SOCIAL E DE FORMAÇÃO DO PATRIMÔNIO DO SERVIDOR PÚBLICO - PIS E PASEP - DÍVIDA ATIVA - MULTAS E JUROS	98.634.565	0	98.634.565
132 - RECURSOS DESTINADOS AO FUNDAF	88.128.065	0	88.128.065
140 - CONTRIBUIÇÕES PARA OS PROGRAMAS PIS/PASEP	10.506.500	0	10.506.500
12100917 - CONTRIBUIÇÃO PARA OS PROGRAMAS DE INTEGRAÇÃO SOCIAL E DE FORMAÇÃO DO PATRIMÔNIO DO SERVIDOR PÚBLICO - PIS E PASEP - MULTAS DA DÍVIDA ATIVA	14.004.044	0	14.004.044
140 - CONTRIBUIÇÕES PARA OS PROGRAMAS PIS/PASEP	14.004.044	0	14.004.044
12100918 - CONTRIBUIÇÃO PARA OS PROGRAMAS DE INTEGRAÇÃO SOCIAL E DE FORMAÇÃO DO PATRIMÔNIO DO SERVIDOR PÚBLICO - PIS E PASEP - JUROS DA DÍVIDA ATIVA	108.908.030	0	108.908.030
132 - RECURSOS DESTINADOS AO FUNDAF	108.908.030	0	108.908.030
12101011 - COTA-PARTE DA CONTRIBUIÇÃO SINDICAL - PRINCIPAL	679.272.157	0	679.272.157
100 - RECURSOS ORDINÁRIOS	203.781.647	0	203.781.647
176 - OUTRAS CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS	475.490.510	0	475.490.510
12101111 - CONTRIBUIÇÃO RELATIVA À DESPEDIDA DE EMPREGADO SEM JUSTA CAUSA - PRINCIPAL	5.383.710.736	0	5.383.710.736
100 - RECURSOS ORDINÁRIOS	1.615.113.221	0	1.615.113.221
184 - CONTRIBUIÇÕES SOBRE A REMUNERAÇÃO DEVIDA AO TRABALHADOR E RELATIVA À DESPEDIDA DE EMPREGADO SEM JUSTA CAUSA	3.768.597.515	0	3.768.597.515
12101121 - CONTRIBUIÇÃO SOBRE A REMUNERAÇÃO DEVIDA AO TRABALHADOR - PRINCIPAL	76.019.780	0	76.019.780
100 - RECURSOS ORDINÁRIOS	22.805.934	0	22.805.934
184 - CONTRIBUIÇÕES SOBRE A REMUNERAÇÃO DEVIDA AO TRABALHADOR E RELATIVA À DESPEDIDA DE EMPREGADO SEM JUSTA CAUSA	53.213.846	0	53.213.846
12101211 - CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DO SALÁRIO-EDUCAÇÃO - PRINCIPAL	21.529.747.793	105.299.315	21.635.047.108
113 - CONTRIBUIÇÃO DO SALÁRIO-EDUCAÇÃO	21.529.747.793	105.299.315	21.635.047.108



CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO
Relatório da Receita do Orçamento de 2018 - PL nº 20/2017-CN

R\$ 1,00

NATUREZA DA RECEITA/FONTE DE RECURSOS	PL (A)	Reestimativa (B)	Posição Atual (A+B)
12101212 - CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DO SALÁRIO-EDUCAÇÃO - MULTAS E JUROS	45.053.338	0	45.053.338
113 - CONTRIBUIÇÃO DO SALÁRIO-EDUCAÇÃO	45.053.338	0	45.053.338
12101213 - CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DO SALÁRIO-EDUCAÇÃO - DÍVIDA ATIVA	6.833.921	0	6.833.921
113 - CONTRIBUIÇÃO DO SALÁRIO-EDUCAÇÃO	6.833.921	0	6.833.921
12101214 - CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DO SALÁRIO-EDUCAÇÃO - DÍVIDA ATIVA - MULTAS E JUROS	4.724.580	0	4.724.580
113 - CONTRIBUIÇÃO DO SALÁRIO-EDUCAÇÃO	4.724.580	0	4.724.580
12101311 - CONTRIBUIÇÃO PARA O ENSINO AEROVIÁRIO - PRINCIPAL	217.643.670	0	217.643.670
100 - RECURSOS ORDINÁRIOS	65.293.101	0	65.293.101
176 - OUTRAS CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS	152.350.569	0	152.350.569
12101411 - CONTRIBUIÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO DO ENSINO PROFISSIONAL MARÍTIMO - PRINCIPAL	164.123.405	0	164.123.405
100 - RECURSOS ORDINÁRIOS	49.237.021	0	49.237.021
176 - OUTRAS CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS	114.886.384	0	114.886.384
12101611 - CONTRIBUIÇÃO INDUSTRIAL RURAL - PRINCIPAL	362.079.598	0	362.079.598
100 - RECURSOS ORDINÁRIOS	108.623.879	0	108.623.879
176 - OUTRAS CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS	253.455.719	0	253.455.719
12101613 - CONTRIBUIÇÃO INDUSTRIAL RURAL - DÍVIDA ATIVA	584.711	0	584.711
100 - RECURSOS ORDINÁRIOS	175.413	0	175.413
176 - OUTRAS CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS	409.298	0	409.298
12101711 - ADICIONAL À CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA RURAL - PRINCIPAL	1.390.357.386	0	1.390.357.386
100 - RECURSOS ORDINÁRIOS	417.107.216	0	417.107.216
176 - OUTRAS CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS	973.250.170	0	973.250.170
12109911 - OUTRAS CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS - PRINCIPAL	176.435.485	0	176.435.485
154 - RECURSOS DO REGIME GERAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL	176.435.485	0	176.435.485



CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO
Relatório da Receita do Orçamento de 2018 - PL nº 20/2017-CN

R\$ 1,00

NATUREZA DA RECEITA/FONTE DE RECURSOS	PL (A)	Reestimativa (B)	Posição Atual (A+B)
12109912 - OUTRAS CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS - MULTAS E JUROS	47.091.814	0	47.091.814
154 - RECURSOS DO REGIME GERAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL	47.091.814	0	47.091.814
12109913 - OUTRAS CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS - DÍVIDA ATIVA	10.076.597	0	10.076.597
154 - RECURSOS DO REGIME GERAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL	10.076.597	0	10.076.597
12109914 - OUTRAS CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS - DÍVIDA ATIVA - MULTAS E JUROS	16.210.525	0	16.210.525
154 - RECURSOS DO REGIME GERAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL	16.210.525	0	16.210.525
12200111 - CONTRIBUIÇÃO PARA O PROGRAMA DE INTEGRAÇÃO NACIONAL - PIN - PRINCIPAL	6.887	0	6.887
100 - RECURSOS ORDINÁRIOS	2.066	0	2.066
115 - CONTRIBUIÇÃO PARA OS PROGRAMAS ESPECIAIS (PIN E PROTERRA)	4.821	0	4.821
12200211 - CONTRIBUIÇÃO DE LOJAS FRANCAS, ENTREPOSTOS ADUANEIROS E DEPÓSITOS ALFANDEGÁRIOS - PRINCIPAL	249.159.858	0	249.159.858
100 - RECURSOS ORDINÁRIOS	74.747.957	0	74.747.957
131 - SELOS DE CONTROLE E LOJAS FRANCAS	174.411.901	0	174.411.901
12200311 - CONTRIBUIÇÃO SOBRE APOSTAS EM COMPETIÇÕES HÍPICAS - PRINCIPAL	502.222	0	502.222
100 - RECURSOS ORDINÁRIOS	150.667	0	150.667
172 - OUTRAS CONTRIBUIÇÕES ECONÔMICAS	351.555	0	351.555
12200312 - CONTRIBUIÇÃO SOBRE APOSTAS EM COMPETIÇÕES HÍPICAS - MULTAS E JUROS	10.854	0	10.854
172 - OUTRAS CONTRIBUIÇÕES ECONÔMICAS	10.854	0	10.854
12200313 - CONTRIBUIÇÃO SOBRE APOSTAS EM COMPETIÇÕES HÍPICAS - DÍVIDA ATIVA	14.524	0	14.524
100 - RECURSOS ORDINÁRIOS	4.357	0	4.357
172 - OUTRAS CONTRIBUIÇÕES ECONÔMICAS	10.167	0	10.167
12200411 - CONTRIBUIÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO DA INDÚSTRIA CINEMATOGRAFICA NACIONAL - CONDECINE - PRINCIPAL	1.184.925.577	0	1.184.925.577
100 - RECURSOS ORDINÁRIOS	355.477.673	0	355.477.673
130 - CONTRIBUIÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO DA INDÚSTRIA CINEMATOGRAFICA NACIONAL	829.447.904	0	829.447.904



CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO
Relatório da Receita do Orçamento de 2018 - PL nº 20/2017-CN

R\$ 1,00

NATUREZA DA RECEITA/FONTE DE RECURSOS	PL (A)	Reestimativa (B)	Posição Atual (A+B)
12200412 - CONTRIBUIÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO DA INDÚSTRIA CINEMATOGRAFICA NACIONAL - CONDECINE - MULTAS E JUROS	2.985	0	2.985
130 - CONTRIBUIÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO DA INDÚSTRIA CINEMATOGRAFICA NACIONAL	2.985	0	2.985
12200413 - CONTRIBUIÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO DA INDÚSTRIA CINEMATOGRAFICA NACIONAL - CONDECINE - DÍVIDA ATIVA	387.358	0	387.358
100 - RECURSOS ORDINARIOS	116.207	0	116.207
130 - CONTRIBUIÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO DA INDÚSTRIA CINEMATOGRAFICA NACIONAL	271.151	0	271.151
12200511 - COTA-PARTE DO ADICIONAL AO FRETE PARA A RENOVAÇÃO DA MARINHA MERCANTE - AFRMM - PRINCIPAL	2.675.768.417	0	2.675.768.417
100 - RECURSOS ORDINARIOS	802.730.525	0	802.730.525
135 - COTA-PARTE DO ADICIONAL AO FRETE PARA RENOVAÇÃO DA MARINHA MERCANTE	1.873.037.892	0	1.873.037.892
12200512 - COTA-PARTE DO ADICIONAL AO FRETE PARA A RENOVAÇÃO DA MARINHA MERCANTE - AFRMM - MULTAS E JUROS	841.343	0	841.343
132 - RECURSOS DESTINADOS AO FUNDAP	841.343	0	841.343
12200513 - COTA-PARTE DO ADICIONAL AO FRETE PARA A RENOVAÇÃO DA MARINHA MERCANTE - AFRMM - DÍVIDA ATIVA	668.642	0	668.642
100 - RECURSOS ORDINARIOS	200.593	0	200.593
135 - COTA-PARTE DO ADICIONAL AO FRETE PARA RENOVAÇÃO DA MARINHA MERCANTE	468.049	0	468.049
12200514 - COTA-PARTE DO ADICIONAL AO FRETE PARA A RENOVAÇÃO DA MARINHA MERCANTE - AFRMM - DÍVIDA ATIVA - MULTAS E JUROS	712.260	0	712.260
135 - COTA-PARTE DO ADICIONAL AO FRETE PARA RENOVAÇÃO DA MARINHA MERCANTE	712.260	0	712.260
12200611 - CONTRIBUIÇÃO SOBRE AS RECEITAS DAS CONCESSIONÁRIAS E PERMISSIONÁRIAS DE ENERGIA ELÉTRICA - PRINCIPAL	890.805.507	0	890.805.507
100 - RECURSOS ORDINARIOS	267.241.652	0	267.241.652
172 - OUTRAS CONTRIBUIÇÕES ECONÔMICAS	623.563.855	0	623.563.855
12200612 - CONTRIBUIÇÃO SOBRE AS RECEITAS DAS CONCESSIONÁRIAS E PERMISSIONÁRIAS DE ENERGIA ELÉTRICA - MULTAS E JUROS	47.632	0	47.632
172 - OUTRAS CONTRIBUIÇÕES ECONÔMICAS	47.632	0	47.632
12200711 - CONTRIBUIÇÃO DE INTERVENÇÃO NO DOMÍNIO ECONÔMICO - CIDE - REMESSAS AO EXTERIOR - PRINCIPAL	2.984.950.554	14.382.947	2.999.333.501
100 - RECURSOS ORDINARIOS	895.485.166	4.314.884	899.800.050
172 - OUTRAS CONTRIBUIÇÕES ECONÔMICAS	2.089.465.388	10.068.063	2.099.533.451



CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO
Relatório da Receita do Orçamento de 2018 - PL nº 20/2017-CN

R\$ 1,00

NATUREZA DA RECEITA/FONTE DE RECURSOS	PL (A)	Reestimativa (B)	Posição Atual (A+B)
12200811 - CONTRIBUIÇÃO DE INTERVENÇÃO NO DOMÍNIO ECONÔMICO - CIDE-COMBUSTÍVEIS - IMPORTAÇÃO - PRINCIPAL	1.186.594.970	6.225.874	1.192.820.844
100 - RECURSOS ORDINÁRIOS	252.744.729	1.326.111	254.070.840
111 - CONTRIBUIÇÃO DE INTERVENÇÃO NO DOMÍNIO ECONÔMICO - COMBUSTÍVEIS	933.850.241	4.899.763	938.750.004
12200821 - CONTRIBUIÇÃO DE INTERVENÇÃO NO DOMÍNIO ECONÔMICO - CIDE-COMBUSTÍVEIS - COMERCIALIZAÇÃO - PRINCIPAL	5.153.864.659	24.903.496	5.178.768.155
100 - RECURSOS ORDINÁRIOS	1.097.773.172	5.304.445	1.103.077.617
111 - CONTRIBUIÇÃO DE INTERVENÇÃO NO DOMÍNIO ECONÔMICO - COMBUSTÍVEIS	4.056.091.487	19.599.051	4.075.690.538
12200822 - CONTRIBUIÇÃO DE INTERVENÇÃO NO DOMÍNIO ECONÔMICO - CIDE-COMBUSTÍVEIS - COMERCIALIZAÇÃO - MULTAS E JUROS	1.522.182	0	1.522.182
111 - CONTRIBUIÇÃO DE INTERVENÇÃO NO DOMÍNIO ECONÔMICO - COMBUSTÍVEIS	441.433	0	441.433
132 - RECURSOS DESTINADOS AO FUNDAF	1.080.749	0	1.080.749
12200823 - CONTRIBUIÇÃO DE INTERVENÇÃO NO DOMÍNIO ECONÔMICO - CIDE-COMBUSTÍVEIS - COMERCIALIZAÇÃO - DÍVIDA ATIVA	1.579.548	0	1.579.548
100 - RECURSOS ORDINÁRIOS	336.444	0	336.444
111 - CONTRIBUIÇÃO DE INTERVENÇÃO NO DOMÍNIO ECONÔMICO - COMBUSTÍVEIS	1.243.104	0	1.243.104
12200824 - CONTRIBUIÇÃO DE INTERVENÇÃO NO DOMÍNIO ECONÔMICO - CIDE-COMBUSTÍVEIS - COMERCIALIZAÇÃO - DÍVIDA ATIVA - MULTAS E JUROS	1.194.964	0	1.194.964
111 - CONTRIBUIÇÃO DE INTERVENÇÃO NO DOMÍNIO ECONÔMICO - COMBUSTÍVEIS	346.540	0	346.540
132 - RECURSOS DESTINADOS AO FUNDAF	848.424	0	848.424
12200827 - CONTRIBUIÇÃO DE INTERVENÇÃO NO DOMÍNIO ECONÔMICO - CIDE-COMBUSTÍVEIS - COMERCIALIZAÇÃO - MULTAS DA DÍVIDA ATIVA	135.526	0	135.526
111 - CONTRIBUIÇÃO DE INTERVENÇÃO NO DOMÍNIO ECONÔMICO - COMBUSTÍVEIS	39.303	0	39.303
132 - RECURSOS DESTINADOS AO FUNDAF	96.223	0	96.223
12200828 - CONTRIBUIÇÃO DE INTERVENÇÃO NO DOMÍNIO ECONÔMICO - CIDE-COMBUSTÍVEIS - COMERCIALIZAÇÃO - JUROS DA DÍVIDA ATIVA	1.574.803	0	1.574.803
111 - CONTRIBUIÇÃO DE INTERVENÇÃO NO DOMÍNIO ECONÔMICO - COMBUSTÍVEIS	456.693	0	456.693
132 - RECURSOS DESTINADOS AO FUNDAF	1.118.110	0	1.118.110
12200911 - CONTRIBUIÇÃO SOBRE A RECEITA OPERACIONAL BRUTA DECORRENTE DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TELECOMUNICAÇÕES - PRINCIPAL	1.114.137.845	0	1.114.137.845
100 - RECURSOS ORDINÁRIOS	334.241.354	0	334.241.354
172 - OUTRAS CONTRIBUIÇÕES ECONÔMICAS	779.896.491	0	779.896.491



CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO
Relatório da Receita do Orçamento de 2018 - PL nº 20/2017-CN

R\$ 1,00

NATUREZA DA RECEITA/FONTE DE RECURSOS	PL (A)	Reestimativa (B)	Posição Atual (A+B)
12200912 - CONTRIBUIÇÃO SOBRE A RECEITA OPERACIONAL BRUTA DECORRENTE DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TELECOMUNICAÇÕES - MULTAS E JUROS	63.549	0	63.549
172 - OUTRAS CONTRIBUIÇÕES ECONÔMICAS	63.549	0	63.549
12200921 - CONTRIBUIÇÃO SOBRE A RECEITA BRUTA DAS EMPRESAS PRESTADORAS DE SERVIÇOS DE TELECOMUNICAÇÕES - PRINCIPAL	594.341.591	0	594.341.591
100 - RECURSOS ORDINÁRIOS	178.302.477	0	178.302.477
172 - OUTRAS CONTRIBUIÇÕES ECONÔMICAS	416.039.114	0	416.039.114
12201011 - CONTRIBUIÇÃO PARA O FOMENTO DA RÁDIO-DIFUSÃO PÚBLICA - PRINCIPAL	163.149.029	0	163.149.029
100 - RECURSOS ORDINÁRIOS	48.944.709	0	48.944.709
172 - OUTRAS CONTRIBUIÇÕES ECONÔMICAS	114.204.320	0	114.204.320
12201012 - CONTRIBUIÇÃO PARA O FOMENTO DA RÁDIO-DIFUSÃO PÚBLICA - MULTAS E JUROS	200.053	0	200.053
172 - OUTRAS CONTRIBUIÇÕES ECONÔMICAS	200.053	0	200.053
12201111 - CONTRIBUIÇÃO SOBRE O FATURAMENTO DAS EMPRESAS DE INFORMÁTICA INSTALADAS NA AMAZÔNIA - PRINCIPAL	78.391.029	0	78.391.029
100 - RECURSOS ORDINÁRIOS	23.517.309	0	23.517.309
172 - OUTRAS CONTRIBUIÇÕES ECONÔMICAS	54.873.720	0	54.873.720
12201121 - CONTRIBUIÇÃO SOBRE O FATURAMENTO DAS EMPRESAS DE INFORMÁTICA INSTALADAS NAS DEMAIS REGIÕES - PRINCIPAL	147.700.041	0	147.700.041
100 - RECURSOS ORDINÁRIOS	44.310.012	0	44.310.012
172 - OUTRAS CONTRIBUIÇÕES ECONÔMICAS	103.390.029	0	103.390.029
13100111 - ALUGUÉIS E ARRENDAMENTOS - PRINCIPAL	842.549.027	0	842.549.027
100 - RECURSOS ORDINÁRIOS	33.809.237	0	33.809.237
133 - RECURSOS DO PROGRAMA DE ADMINISTRAÇÃO PATRIMONIAL IMOBILIÁRIO	129.563	0	129.563
150 - RECURSOS PRÓPRIOS NÃO-FINANCEIROS	35.588.587	0	35.588.587
186 - RECURSOS VINCULADOS A APLICAÇÕES EM POLÍTICAS PÚBLICAS ESPECÍFICAS	283.660.199	0	283.660.199
250 - RECURSOS PRÓPRIOS NÃO-FINANCEIROS	489.361.441	0	489.361.441
13100112 - ALUGUÉIS E ARRENDAMENTOS - MULTAS E JUROS	474.238	0	474.238
100 - RECURSOS ORDINÁRIOS	20.100	0	20.100
133 - RECURSOS DO PROGRAMA DE ADMINISTRAÇÃO PATRIMONIAL IMOBILIÁRIO	28.634	0	28.634
150 - RECURSOS PRÓPRIOS NÃO-FINANCEIROS	16.475	0	16.475
250 - RECURSOS PRÓPRIOS NÃO-FINANCEIROS	409.029	0	409.029



CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO
Relatório da Receita do Orçamento de 2018 - PL nº 20/2017-CN

R\$ 1,00

NATUREZA DA RECEITA/FONTE DE RECURSOS	PL (A)	Reestimativa (B)	Posição Atual (A+B)
13100121 - FOROS, LAUDÊMIOS E TARIFAS DE OCUPAÇÃO - PRINCIPAL	492.161.525	0	492.161.525
100 - RECURSOS ORDINÁRIOS	381.425.182	0	381.425.182
133 - RECURSOS DO PROGRAMA DE ADMINISTRAÇÃO PATRIMONIAL IMOBILIÁRIO	12.304.038	0	12.304.038
186 - RECURSOS VINCULADOS A APLICAÇÕES EM POLÍTICAS PÚBLICAS ESPECÍFICAS	98.432.305	0	98.432.305
13100122 - FOROS, LAUDÊMIOS E TARIFAS DE OCUPAÇÃO - MULTAS E JUROS	16.755.773	0	16.755.773
133 - RECURSOS DO PROGRAMA DE ADMINISTRAÇÃO PATRIMONIAL IMOBILIÁRIO	16.755.773	0	16.755.773
13100123 - FOROS, LAUDÊMIOS E TARIFAS DE OCUPAÇÃO - DÍVIDA ATIVA	8.595.779	0	8.595.779
100 - RECURSOS ORDINÁRIOS	6.661.729	0	6.661.729
133 - RECURSOS DO PROGRAMA DE ADMINISTRAÇÃO PATRIMONIAL IMOBILIÁRIO	214.894	0	214.894
186 - RECURSOS VINCULADOS A APLICAÇÕES EM POLÍTICAS PÚBLICAS ESPECÍFICAS	1.719.156	0	1.719.156
13100211 - CONCESSÃO, PERMISSÃO, AUTORIZAÇÃO OU CESSÃO DO DIREITO DE USO DE BENS IMÓVEIS PÚBLICOS - PRINCIPAL	727.107.585	0	727.107.585
150 - RECURSOS PRÓPRIOS NÃO-FINANCEIROS	2.580.951	0	2.580.951
186 - RECURSOS VINCULADOS A APLICAÇÕES EM POLÍTICAS PÚBLICAS ESPECÍFICAS	711.439.287	0	711.439.287
250 - RECURSOS PRÓPRIOS NÃO-FINANCEIROS	13.087.347	0	13.087.347
13100212 - CONCESSÃO, PERMISSÃO, AUTORIZAÇÃO OU CESSÃO DO DIREITO DE USO DE BENS IMÓVEIS PÚBLICOS - MULTAS E JUROS	9.976	0	9.976
133 - RECURSOS DO PROGRAMA DE ADMINISTRAÇÃO PATRIMONIAL IMOBILIÁRIO	9.976	0	9.976
13109911 - OUTRAS RECEITAS IMOBILIÁRIAS - PRINCIPAL	102.115	0	102.115
100 - RECURSOS ORDINÁRIOS	100.716	0	100.716
250 - RECURSOS PRÓPRIOS NÃO-FINANCEIROS	1.399	0	1.399
13210011 - REMUNERAÇÃO DE DEPÓSITOS BANCÁRIOS - PRINCIPAL	12.544.752.611	0	12.544.752.611
180 - RECURSOS PRÓPRIOS FINANCEIROS	7.817.097.800	0	7.817.097.800
280 - RECURSOS PRÓPRIOS FINANCEIROS	4.584.092.902	0	4.584.092.902
293 - PRODUTO DA APLICAÇÃO DOS RECURSOS A CONTA DO SALÁRIO - EDUCAÇÃO	143.561.909	0	143.561.909
13210021 - REMUNERAÇÃO DE DEPÓSITOS ESPECIAIS - PRINCIPAL	1.431.412.603	0	1.431.412.603
180 - RECURSOS PRÓPRIOS FINANCEIROS	1.431.412.603	0	1.431.412.603



CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO
Relatório da Receita do Orçamento de 2018 - PL nº 20/2017-CN

R\$ 1,00

NATUREZA DA RECEITA/FONTE DE RECURSOS	PL (A)	Reestimativa (B)	Posição Atual (A+B)
13210031 - REMUNERAÇÃO DE SALDOS DE RECURSOS NÃO-DESEMBOLSADOS - PRINCIPAL	522.922.357	0	522.922.357
180 - RECURSOS PRÓPRIOS FINANCEIROS	510.977.068	0	510.977.068
280 - RECURSOS PRÓPRIOS FINANCEIROS	11.945.289	0	11.945.289
13210051 - JUROS DE TÍTULOS DE RENDA - PRINCIPAL	578.254.264	0	578.254.264
180 - RECURSOS PRÓPRIOS FINANCEIROS	577.292.012	0	577.292.012
280 - RECURSOS PRÓPRIOS FINANCEIROS	962.252	0	962.252
13210061 - JUROS SOBRE O CAPITAL PRÓPRIO - PRINCIPAL	5.921.865.444	0	5.921.865.444
197 - DIVIDENDOS DA UNIÃO	5.921.865.444	0	5.921.865.444
13220011 - DIVIDENDOS - PRINCIPAL	830.283.724	0	830.283.724
150 - RECURSOS PRÓPRIOS NÃO-FINANCEIROS	134.186.724	0	134.186.724
197 - DIVIDENDOS DA UNIÃO	691.350.727	0	691.350.727
250 - RECURSOS PRÓPRIOS NÃO-FINANCEIROS	4.746.273	0	4.746.273
13220012 - DIVIDENDOS - MULTAS E JUROS	10.251.875	0	10.251.875
197 - DIVIDENDOS DA UNIÃO	10.251.875	0	10.251.875
13230011 - PARTICIPAÇÕES - PRINCIPAL	158.531.954	0	158.531.954
197 - DIVIDENDOS DA UNIÃO	158.531.954	0	158.531.954
13310111 - DELEGAÇÃO PARA A PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS DE TRANSPORTE RODOVIÁRIO - PRINCIPAL	3.522.092	0	3.522.092
129 - RECURSOS DE CONCESSÕES E PERMISSÕES	3.522.092	0	3.522.092
13310211 - DELEGAÇÃO PARA A PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS DE TRANSPORTE FERROVIÁRIO - PRINCIPAL	312.580.000	0	312.580.000
129 - RECURSOS DE CONCESSÕES E PERMISSÕES	312.580.000	0	312.580.000
13320311 - DELEGAÇÃO PARA EXPLORAÇÃO DA INFRAESTRUTURA DE TRANSPORTE AQUAVIÁRIO - PRINCIPAL	1.000.000	0	1.000.000
129 - RECURSOS DE CONCESSÕES E PERMISSÕES	1.000.000	0	1.000.000



CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO
Relatório da Receita do Orçamento de 2018 - PL nº 20/2017-CN

R\$ 1,00

NATUREZA DA RECEITA/FONTE DE RECURSOS	PL (A)	Reestimativa (B)	Posição Atual (A+B)
13320411 - DELEGAÇÃO PARA EXPLORAÇÃO DA INFRAESTRUTURA AEROPORTUÁRIA - PRINCIPAL	3.705.293.349	0	3.705.293.349
129 - RECURSOS DE CONCESSÕES E PERMISSÕES	3.705.293.349	0	3.705.293.349
13330011 - DELEGAÇÃO DOS SERVIÇOS DE TELECOMUNICAÇÃO - PODER CONCEDENTE NO REGIME PÚBLICO - PRINCIPAL	452.946.650	0	452.946.650
178 - FUNDO DE FISCALIZAÇÃO DAS TELECOMUNICAÇÕES	452.946.650	0	452.946.650
13330031 - DELEGAÇÃO DOS SERVIÇOS DE RADIODIFUSÃO SONORA E DE SONS E IMAGENS - PRINCIPAL	43.392.268	0	43.392.268
178 - FUNDO DE FISCALIZAÇÃO DAS TELECOMUNICAÇÕES	43.392.268	0	43.392.268
13330041 - CESSÃO DO DIREITO DE USO DE RADIOFREQUÊNCIA - PRINCIPAL	39.120.240	0	39.120.240
178 - FUNDO DE FISCALIZAÇÃO DAS TELECOMUNICAÇÕES	39.120.240	0	39.120.240
13390111 - DEMAIS DELEGAÇÕES DE SERVIÇOS PÚBLICOS - PRINCIPAL	958.300.000	0	958.300.000
129 - RECURSOS DE CONCESSÕES E PERMISSÕES	958.300.000	0	958.300.000
13410121 - PAGAMENTO PELA RETENÇÃO DE ÁREA PARA EXPLORAÇÃO OU PRODUÇÃO - PRINCIPAL	268.447.624	0	268.447.624
129 - RECURSOS DE CONCESSÕES E PERMISSÕES	268.447.624	0	268.447.624
13410211 - ROYALTIES MÍNIMOS PELA PRODUÇÃO DE PETRÓLEO EM TERRA (QUALQUER SITUAÇÃO) - CONTRATO DE CONCESSÃO - PRINCIPAL	512.742.833	0	512.742.833
142 - COMPENSAÇÕES FINANCEIRAS PELA PRODUÇÃO DE PETRÓLEO, GÁS NATURAL E OUTROS HIDROCARBONETOS FLUIDOS	512.742.833	0	512.742.833
13410221 - ROYALTIES MÍNIMOS PELA PRODUÇÃO DE PETRÓLEO EM PLATAFORMA - CONTRATO DE CONCESSÃO - DECLARAÇÃO DE COMERCIALIDADE ANTES DE 3/12/2012 - ÁREA E CAMADA PRÉ-SAL - PRINCIPAL	4.027.291.145	0	4.027.291.145
142 - COMPENSAÇÕES FINANCEIRAS PELA PRODUÇÃO DE PETRÓLEO, GÁS NATURAL E OUTROS HIDROCARBONETOS FLUIDOS	3.624.562.030	0	3.624.562.030
13410231 - ROYALTIES MÍNIMOS PELA PRODUÇÃO DE PETRÓLEO EM PLATAFORMA - CONTRATO DE CONCESSÃO - DECLARAÇÃO DE COMERCIALIDADE ANTES DE 3/12/2012 - DEMAIS SITUAÇÕES - PRINCIPAL	3.517.919.488	0	3.517.919.488
OUTROS HIDROCARBONETOS FLUIDOS	3.517.919.488	0	3.517.919.488
13410241 - ROYALTIES MÍNIMOS PELA PRODUÇÃO DE PETRÓLEO EM PLATAFORMA - CONTRATO DE CONCESSÃO - DECLARAÇÃO DE COMERCIALIDADE A PARTIR DE 3/12/2012 - QUALQUER SITUAÇÃO - PRINCIPAL	163.384.389	0	163.384.389
OUTROS HIDROCARBONETOS FLUIDOS	163.384.389	0	163.384.389



CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO
Relatório da Receita do Orçamento de 2018 - PL nº 20/2017-CN

R\$ 1,00

NATUREZA DA RECEITA/FONTE DE RECURSOS	PL (A)	Reestimativa (B)	Posição Atual (A+B)
13410311 - ROYALTIES EXCEDENTES PELA PRODUÇÃO DE PETRÓLEO EM TERRA (QUALQUER SITUAÇÃO) - CONTRATO DE CONCESSÃO - PRINCIPAL	458.531.089	0	458.531.089
108 - FUNDO SOCIAL - PARCELA DESTINADA À EDUCAÇÃO PÚBLICA E À SAÚDE	57.316.386	0	57.316.386
142 - COMPENSAÇÕES FINANCEIRAS PELA PRODUÇÃO DE PETRÓLEO, GÁS NATURAL E OUTROS HIDROCARBONETOS FLUIDOS	401.214.703	0	401.214.703
13410321 - ROYALTIES EXCEDENTES PELA PRODUÇÃO DE PETRÓLEO EM PLATAFORMA - CONTRATO DE CONCESSÃO - DECLARAÇÃO DE COMERCIALIDADE ANTES DE 3/12/2012 - ÁREA E CAMADA PRÉ-SAL - PRINCIPAL	4.020.769.102	0	4.020.769.102
142 - COMPENSAÇÕES FINANCEIRAS PELA PRODUÇÃO DE PETRÓLEO, GÁS NATURAL E OUTROS HIDROCARBONETOS FLUIDOS	3.216.615.282	0	3.216.615.282
13410331 - ROYALTIES EXCEDENTES PELA PRODUÇÃO DE PETRÓLEO EM PLATAFORMA - CONTRATO DE CONCESSÃO - DECLARAÇÃO DE COMERCIALIDADE ANTES DE 3/12/2012 - DEMAIS SITUAÇÕES - PRINCIPAL	3.417.235.211	0	3.417.235.211
OUTROS HIDROCARBONETOS FLUIDOS	-----	-----	-----
13410341 - ROYALTIES EXCEDENTES PELA PRODUÇÃO DE PETRÓLEO EM PLATAFORMA - CONTRATO DE CONCESSÃO - DECLARAÇÃO DE COMERCIALIDADE A PARTIR DE 3/12/2012 - QUALQUER SITUAÇÃO - PRINCIPAL	163.384.389	0	163.384.389
OUTROS HIDROCARBONETOS FLUIDOS	-----	-----	-----
13410411 - PARTICIPAÇÃO ESPECIAL PELA PRODUÇÃO DE PETRÓLEO EM TERRA (QUALQUER SITUAÇÃO) - CONTRATO DE CONCESSÃO - PRINCIPAL	69.192.870	0	69.192.870
142 - COMPENSAÇÕES FINANCEIRAS PELA PRODUÇÃO DE PETRÓLEO, GÁS NATURAL E OUTROS HIDROCARBONETOS FLUIDOS	69.192.870	0	69.192.870
13410421 - PARTICIPAÇÃO ESPECIAL PELA PRODUÇÃO DE PETRÓLEO EM PLATAFORMA - CONTRATO DE CONCESSÃO - DECLARAÇÃO DE COMERCIALIDADE ANTES DE 3/12/2012 - ÁREA E CAMADA PRÉ-SAL - PRINCIPAL	18.253.318.530	0	18.253.318.530
142 - COMPENSAÇÕES FINANCEIRAS PELA PRODUÇÃO DE PETRÓLEO, GÁS NATURAL E OUTROS HIDROCARBONETOS FLUIDOS	13.689.988.897	0	13.689.988.897
13410431 - PARTICIPAÇÃO ESPECIAL PELA PRODUÇÃO DE PETRÓLEO EM PLATAFORMA - CONTRATO DE CONCESSÃO - DECLARAÇÃO DE COMERCIALIDADE ANTES DE 3/12/2012 - DEMAIS SITUAÇÕES - PRINCIPAL	3.387.416.712	0	3.387.416.712
OUTROS HIDROCARBONETOS FLUIDOS	-----	-----	-----
13420241 - ROYALTIES MÍNIMOS PELA PRODUÇÃO DE PETRÓLEO EM PLATAFORMA - CESSÃO ONEROSA - DECLARAÇÃO DE COMERCIALIDADE A PARTIR DE 3/12/2012 - PRINCIPAL	212.551.072	0	212.551.072
142 - COMPENSAÇÕES FINANCEIRAS PELA PRODUÇÃO DE PETRÓLEO, GÁS NATURAL E OUTROS HIDROCARBONETOS FLUIDOS	212.551.072	0	212.551.072
13420341 - ROYALTIES EXCEDENTES PELA PRODUÇÃO DE PETRÓLEO EM PLATAFORMA - CESSÃO ONEROSA - DECLARAÇÃO DE COMERCIALIDADE A PARTIR DE 3/12/2012 - PRINCIPAL	212.551.072	0	212.551.072
142 - COMPENSAÇÕES FINANCEIRAS PELA PRODUÇÃO DE PETRÓLEO, GÁS NATURAL E OUTROS HIDROCARBONETOS FLUIDOS	212.551.072	0	212.551.072



CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO
Relatório da Receita do Orçamento de 2018 - PL nº 20/2017-CN

R\$ 1,00

NATUREZA DA RECEITA/FONTE DE RECURSOS	PL (A)	Reestimativa (B)	Posição Atual (A+B)
13430241 - ROYALTIES PELA PRODUÇÃO DE PETRÓLEO EM PLATAFORMA - PARTILHA DE PRODUÇÃO - DECLARAÇÃO DE COMERCIALIDADE A PARTIR DE 3/12/2012 - PRINCIPAL	1.239.247	0	1.239.247
108 - FUNDO SOCIAL – PARCELA DESTINADA À EDUCAÇÃO PÚBLICA E À SAÚDE	136.317	0	136.317
142 - COMPENSAÇÕES FINANCEIRAS PELA PRODUÇÃO DE PETRÓLEO, GÁS NATURAL E OUTROS HIDROCARBONETOS FLUIDOS	1.102.930	0	1.102.930
13440111 - OUTORGA DE DIREITOS DE EXPLORAÇÃO E PESQUISA MINERAL - PRINCIPAL	103.100.000	0	103.100.000
129 - RECURSOS DE CONCESSÕES E PERMISSÕES	103.100.000	0	103.100.000
13440211 - COMPENSAÇÃO FINANCEIRA PELA EXPLORAÇÃO DE RECURSOS MINERAIS - PRINCIPAL	3.361.138.000	0	3.361.138.000
141 - COMPENSAÇÕES FINANCEIRAS PELA EXPLORAÇÃO DE RECURSOS MINERAIS	3.361.138.000	0	3.361.138.000
13440213 - COMPENSAÇÃO FINANCEIRA PELA EXPLORAÇÃO DE RECURSOS MINERAIS - DÍVIDA ATIVA	4.054.592	0	4.054.592
141 - COMPENSAÇÕES FINANCEIRAS PELA EXPLORAÇÃO DE RECURSOS MINERAIS	4.054.592	0	4.054.592
13450111 - OUTORGA DE DIREITOS DE USO DE RECURSOS HÍDRICOS - PRINCIPAL	88.394.647	0	88.394.647
116 - RECURSOS DE OUTORGA DE DIREITOS DE USO DE RECURSOS HÍDRICOS	88.394.647	0	88.394.647
13450211 - CONCESSÃO DE USO DO POTENCIAL DE ENERGIA HIDRÁULICA - PRINCIPAL	12.200.000.000	0	12.200.000.000
129 - RECURSOS DE CONCESSÕES E PERMISSÕES	12.200.000.000	0	12.200.000.000
13450311 - UTILIZAÇÃO DE RECURSOS HÍDRICOS - ITAIPU - PRINCIPAL	736.726.764	0	736.726.764
134 - COMPENSAÇÕES FINANCEIRAS PELA UTILIZAÇÃO DE RECURSOS HÍDRICOS	736.726.764	0	736.726.764
13450321 - UTILIZAÇÃO DE RECURSOS HÍDRICOS - DEMAIS EMPRESAS - PRINCIPAL	1.881.663.467	0	1.881.663.467
134 - COMPENSAÇÕES FINANCEIRAS PELA UTILIZAÇÃO DE RECURSOS HÍDRICOS	1.672.610.656	0	1.672.610.656
183 - PAGAMENTO PELO USO DE RECURSOS HÍDRICOS	209.052.811	0	209.052.811
13460121 - CONCESSÃO DE FLORESTAS NACIONAIS - DEMAIS VALORES - PRINCIPAL	6.817.204	0	6.817.204
129 - RECURSOS DE CONCESSÕES E PERMISSÕES	6.817.204	0	6.817.204
13500211 - DIREITO DE USO DE IMAGEM E DE REPRODUÇÃO DOS BENS DO ACERVO PATRIMONIAL - PRINCIPAL	4.657	0	4.657
250 - RECURSOS PRÓPRIOS NÃO-FINANCEIROS	4.657	0	4.657



CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO
Relatório da Receita do Orçamento de 2018 - PL nº 20/2017-CN

R\$ 1,00

NATUREZA DA RECEITA/FONTE DE RECURSOS	PL (A)	Reestimativa (B)	Posição Atual (A+B)
13600111 - CESSÃO DO DIREITO DE OPERACIONALIZAÇÃO DE PAGAMENTOS - PRINCIPAL	2.642.004.286	0	2.642.004.286
100 - RECURSOS ORDINÁRIOS	1.009.905.140	0	1.009.905.140
150 - RECURSOS PRÓPRIOS NÃO-FINANCEIROS	11.079.168	0	11.079.168
250 - RECURSOS PRÓPRIOS NÃO-FINANCEIROS	1.621.019.978	0	1.621.019.978
13600112 - CESSÃO DO DIREITO DE OPERACIONALIZAÇÃO DE PAGAMENTOS - MULTAS E JUROS	429.659	0	429.659
250 - RECURSOS PRÓPRIOS NÃO-FINANCEIROS	429.659	0	429.659
13900011 - DEMAIS RECEITAS PATRIMONIAIS - PRINCIPAL	6.128.167	0	6.128.167
250 - RECURSOS PRÓPRIOS NÃO-FINANCEIROS	6.128.167	0	6.128.167
14000011 - RECEITA AGROPECUÁRIA - PRINCIPAL	23.453.001	0	23.453.001
150 - RECURSOS PRÓPRIOS NÃO-FINANCEIROS	419.420	0	419.420
250 - RECURSOS PRÓPRIOS NÃO-FINANCEIROS	23.033.581	0	23.033.581
15000011 - RECEITA INDUSTRIAL - PRINCIPAL	955.685.374	0	955.685.374
108 - FUNDO SOCIAL – PARCELA DESTINADA À EDUCAÇÃO PÚBLICA E À SAÚDE	253.355.000	0	253.355.000
150 - RECURSOS PRÓPRIOS NÃO-FINANCEIROS	63.591.393	0	63.591.393
186 - RECURSOS VINCULADOS A APLICAÇÕES EM POLÍTICAS PÚBLICAS ESPECÍFICAS	253.355.000	0	253.355.000
250 - RECURSOS PRÓPRIOS NÃO-FINANCEIROS	385.383.981	0	385.383.981
16100111 - SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS E COMERCIAIS GERAIS - PRINCIPAL	1.969.174.216	0	1.969.174.216
100 - RECURSOS ORDINÁRIOS	842.946	0	842.946
150 - RECURSOS PRÓPRIOS NÃO-FINANCEIROS	1.077.057.371	0	1.077.057.371
250 - RECURSOS PRÓPRIOS NÃO-FINANCEIROS	891.273.899	0	891.273.899
16100211 - INSCRIÇÃO EM CONCURSOS E PROCESSOS SELETIVOS - PRINCIPAL	386.086.337	0	386.086.337
150 - RECURSOS PRÓPRIOS NÃO-FINANCEIROS	25.720.000	0	25.720.000
250 - RECURSOS PRÓPRIOS NÃO-FINANCEIROS	360.366.337	0	360.366.337
16100311 - SERVIÇOS DE REGISTRO, CERTIFICAÇÃO E FISCALIZAÇÃO - PRINCIPAL	634.390.850	0	634.390.850
150 - RECURSOS PRÓPRIOS NÃO-FINANCEIROS	40.911.347	0	40.911.347
178 - FUNDO DE FISCALIZAÇÃO DAS TELECOMUNICAÇÕES	1.889.115	0	1.889.115
250 - RECURSOS PRÓPRIOS NÃO-FINANCEIROS	591.590.388	0	591.590.388



CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO
Relatório da Receita do Orçamento de 2018 - PL nº 20/2017-CN

R\$ 1,00

NATUREZA DA RECEITA/FONTE DE RECURSOS	PL (A)	Reestimativa (B)	Posição Atual (A+B)
16100313 - SERVIÇOS DE REGISTRO, CERTIFICAÇÃO E FISCALIZAÇÃO - DÍVIDA ATIVA	113.148	0	113.148
250 - RECURSOS PRÓPRIOS NÃO-FINANCEIROS	113.148	0	113.148
16100411 - SERVIÇOS DE INFORMAÇÃO E TECNOLOGIA - PRINCIPAL	609.640.670	0	609.640.670
100 - RECURSOS ORDINÁRIOS	3.270.467	0	3.270.467
150 - RECURSOS PRÓPRIOS NÃO-FINANCEIROS	1.293.277	0	1.293.277
250 - RECURSOS PRÓPRIOS NÃO-FINANCEIROS	605.076.926	0	605.076.926
16100412 - SERVIÇOS DE INFORMAÇÃO E TECNOLOGIA - MULTAS E JUROS	4.450.701	0	4.450.701
250 - RECURSOS PRÓPRIOS NÃO-FINANCEIROS	4.450.701	0	4.450.701
16200111 - SERVIÇOS DE NAVEGAÇÃO - PRINCIPAL	2.418.334.237	0	2.418.334.237
250 - RECURSOS PRÓPRIOS NÃO-FINANCEIROS	2.418.334.237	0	2.418.334.237
16200211 - SERVIÇOS DE TRANSPORTE - PRINCIPAL	257.159.968	0	257.159.968
250 - RECURSOS PRÓPRIOS NÃO-FINANCEIROS	257.159.968	0	257.159.968
16200311 - SERVIÇOS PORTUÁRIOS - PRINCIPAL	429.982	0	429.982
250 - RECURSOS PRÓPRIOS NÃO-FINANCEIROS	429.982	0	429.982
16200411 - TARIFA AEROPORTUÁRIA - PRINCIPAL	289.528	0	289.528
250 - RECURSOS PRÓPRIOS NÃO-FINANCEIROS	289.528	0	289.528
16200431 - PARCELA DA TARIFA DE EMBARQUE INTERNACIONAL - PRINCIPAL	577.548.854	0	577.548.854
186 - RECURSOS VINCULADOS A APLICAÇÕES EM POLÍTICAS PÚBLICAS ESPECÍFICAS	577.548.854	0	577.548.854
16300111 - SERVIÇOS DE ATENDIMENTO À SAÚDE - PRINCIPAL	223.351.845	0	223.351.845
150 - RECURSOS PRÓPRIOS NÃO-FINANCEIROS	1.255.093	0	1.255.093
250 - RECURSOS PRÓPRIOS NÃO-FINANCEIROS	222.096.752	0	222.096.752



CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO
Relatório da Receita do Orçamento de 2018 - PL nº 20/2017-CN

R\$ 1,00

NATUREZA DA RECEITA/FONTE DE RECURSOS	PL (A)	Reestimativa (B)	Posição Atual (A+B)
16300211 - SERVIÇOS DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE SUPLEMENTAR DO SERVIDOR CIVIL - PRINCIPAL	26.608.547	0	26.608.547
150 - RECURSOS PRÓPRIOS NÃO-FINANCEIROS	1.567.260	0	1.567.260
250 - RECURSOS PRÓPRIOS NÃO-FINANCEIROS	25.041.287	0	25.041.287
16300212 - SERVIÇOS DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE SUPLEMENTAR DO SERVIDOR CIVIL - MULTAS E JUROS	15.475	0	15.475
150 - RECURSOS PRÓPRIOS NÃO-FINANCEIROS	15.475	0	15.475
16300221 - SERVIÇOS DE ASSISTÊNCIA MÉDICO-HOSPITALAR DO MILITAR - PRINCIPAL	1.594.824.096	0	1.594.824.096
250 - RECURSOS PRÓPRIOS NÃO-FINANCEIROS	1.594.824.096	0	1.594.824.096
16400111 - RETORNO DE OPERAÇÕES, JUROS E ENCARGOS FINANCEIROS - PRINCIPAL	19.599.938.906	0	19.599.938.906
159 - RECURSOS DAS OPERAÇÕES OFICIAIS DE CRÉDITO - RETORNO DE REFINANCIAMENTO DE DÍVIDAS DE MÉDIO E LONGO PRAZOS	4.478.828.878	0	4.478.828.878
160 - RECURSOS DAS OPERAÇÕES OFICIAIS DE CRÉDITO	22.736.005	0	22.736.005
166 - RECURSOS FINANCEIROS DE APLICAÇÃO VINCULADA	209.144	0	209.144
171 - RECURSOS DAS OPERAÇÕES OFICIAIS DE CRÉDITO - RETORNO DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO - BEA/BIB	195.976.335	0	195.976.335
173 - RECURSOS DAS OPERAÇÕES OFICIAIS DE CRÉDITO - RETORNO DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO - ESTADOS E MUNICÍPIOS	13.119.540.898	0	13.119.540.898
180 - RECURSOS PRÓPRIOS FINANCEIROS	1.211.026.795	0	1.211.026.795
280 - RECURSOS PRÓPRIOS FINANCEIROS	571.620.851	0	571.620.851
16400112 - RETORNO DE OPERAÇÕES, JUROS E ENCARGOS FINANCEIROS - MULTAS E JUROS	397.270	0	397.270
280 - RECURSOS PRÓPRIOS FINANCEIROS	397.270	0	397.270
16400211 - CONCESSÃO DE AVAIS, GARANTIAS E SEGUROS - PRINCIPAL	650.366.331	0	650.366.331
150 - RECURSOS PRÓPRIOS NÃO-FINANCEIROS	650.366.331	0	650.366.331
16400311 - REMUNERAÇÃO SOBRE REPASSE PARA PROGRAMAS DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO - PRINCIPAL	11.648.916.921	0	11.648.916.921
180 - RECURSOS PRÓPRIOS FINANCEIROS	11.648.916.921	0	11.648.916.921
16909911 - OUTROS SERVIÇOS - PRINCIPAL	31.029.848	0	31.029.848
250 - RECURSOS PRÓPRIOS NÃO-FINANCEIROS	31.029.848	0	31.029.848



CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO
Relatório da Receita do Orçamento de 2018 - PL nº 20/2017-CN

R\$ 1,00

NATUREZA DA RECEITA/FONTE DE RECURSOS	PL (A)	Reestimativa (B)	Posição Atual (A+B)
17100011 - TRANSFERÊNCIAS DA UNIÃO E DE SUAS ENTIDADES - PRINCIPAL	668.565.576	0	668.565.576
181 - RECURSOS DE CONVÊNIOS	653.803.424	0	653.803.424
281 - RECURSOS DE CONVÊNIOS	14.762.152	0	14.762.152
17200011 - TRANSFERÊNCIAS DOS ESTADOS E DO DISTRITO FEDERAL E DE SUAS ENTIDADES - PRINCIPAL	103.708.165	0	103.708.165
181 - RECURSOS DE CONVÊNIOS	46.567.211	0	46.567.211
281 - RECURSOS DE CONVÊNIOS	57.140.954	0	57.140.954
17300011 - TRANSFERÊNCIAS DOS MUNICÍPIOS E DE SUAS ENTIDADES - PRINCIPAL	60.673.295	0	60.673.295
181 - RECURSOS DE CONVÊNIOS	10.187.304	0	10.187.304
281 - RECURSOS DE CONVÊNIOS	50.485.991	0	50.485.991
17400011 - TRANSFERÊNCIAS DE INSTITUIÇÕES PRIVADAS - PRINCIPAL	227.898.818	0	227.898.818
186 - RECURSOS VINCULADOS A APLICAÇÕES EM POLÍTICAS PÚBLICAS ESPECÍFICAS	19.092.235	0	19.092.235
195 - DOAÇÕES DE ENTIDADES INTERNACIONAIS	2.475.000	0	2.475.000
196 - DOAÇÕES DE PESSOAS FÍSICAS E INSTITUIÇÕES PÚBLICAS E PRIVADAS NACIONAIS	67.018.503	0	67.018.503
281 - RECURSOS DE CONVÊNIOS	24.373.375	0	24.373.375
296 - DOAÇÕES DE PESSOAS FÍSICAS E INSTITUIÇÕES PÚBLICAS E PRIVADAS NACIONAIS	114.939.705	0	114.939.705
17600011 - TRANSFERÊNCIAS DO EXTERIOR - PRINCIPAL	28.339.351	0	28.339.351
195 - DOAÇÕES DE ENTIDADES INTERNACIONAIS	28.339.351	0	28.339.351
17700011 - TRANSFERÊNCIAS DE PESSOAS FÍSICAS - PRINCIPAL	3.633.758	0	3.633.758
196 - DOAÇÕES DE PESSOAS FÍSICAS E INSTITUIÇÕES PÚBLICAS E PRIVADAS NACIONAIS	1.120.758	0	1.120.758
296 - DOAÇÕES DE PESSOAS FÍSICAS E INSTITUIÇÕES PÚBLICAS E PRIVADAS NACIONAIS	2.513.000	0	2.513.000
17800011 - TRANSFERÊNCIAS PROVENIENTES DE DEPÓSITOS NÃO IDENTIFICADOS - PRINCIPAL	2.311	0	2.311
194 - DOAÇÕES PARA O COMBATE À FOME	2.311	0	2.311



CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO
Relatório da Receita do Orçamento de 2018 - PL nº 20/2017-CN

R\$ 1,00

NATUREZA DA RECEITA/FONTE DE RECURSOS	PL (A)	Reestimativa (B)	Posição Atual (A+B)
19100111 - MULTAS PREVISTAS EM LEGISLAÇÃO ESPECÍFICA - PRINCIPAL	4.083.970.904	0	4.083.970.904
132 - RECURSOS DESTINADOS AO FUNDAF	826.611.075	0	826.611.075
133 - RECURSOS DO PROGRAMA DE ADMINISTRAÇÃO PATRIMONIAL IMOBILIÁRIO	15.230.397	0	15.230.397
150 - RECURSOS PRÓPRIOS NÃO-FINANCEIROS	42.493.518	0	42.493.518
154 - RECURSOS DO REGIME GERAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL	18.850.704	0	18.850.704
174 - TAXAS E MULTAS PELO EXERCÍCIO DO PODER DE POLÍCIA E MULTAS PROVENIENTES DE PROCESSOS JUDICIAIS	2.939.500.747	0	2.939.500.747
250 - RECURSOS PRÓPRIOS NÃO-FINANCEIROS	241.284.463	0	241.284.463
19100112 - MULTAS PREVISTAS EM LEGISLAÇÃO ESPECÍFICA - MULTAS E JUROS	3.847.594	0	3.847.594
174 - TAXAS E MULTAS PELO EXERCÍCIO DO PODER DE POLÍCIA E MULTAS PROVENIENTES DE PROCESSOS JUDICIAIS	3.847.594	0	3.847.594
19100113 - MULTAS PREVISTAS EM LEGISLAÇÃO ESPECÍFICA - DÍVIDA ATIVA	430.066.180	0	430.066.180
133 - RECURSOS DO PROGRAMA DE ADMINISTRAÇÃO PATRIMONIAL IMOBILIÁRIO	131.265	0	131.265
174 - TAXAS E MULTAS PELO EXERCÍCIO DO PODER DE POLÍCIA E MULTAS PROVENIENTES DE PROCESSOS JUDICIAIS	429.934.915	0	429.934.915
19100114 - MULTAS PREVISTAS EM LEGISLAÇÃO ESPECÍFICA - DÍVIDA ATIVA - MULTAS E JUROS	25.771.724	0	25.771.724
174 - TAXAS E MULTAS PELO EXERCÍCIO DO PODER DE POLÍCIA E MULTAS PROVENIENTES DE PROCESSOS JUDICIAIS	25.771.724	0	25.771.724
19100211 - MULTAS PREVISTAS NA LEI GERAL DAS TELECOMUNICAÇÕES - PRINCIPAL	15.484.007	0	15.484.007
178 - FUNDO DE FISCALIZAÇÃO DAS TELECOMUNICAÇÕES	15.484.007	0	15.484.007
19100212 - MULTAS PREVISTAS NA LEI GERAL DAS TELECOMUNICAÇÕES - MULTAS E JUROS	1.204.382	0	1.204.382
178 - FUNDO DE FISCALIZAÇÃO DAS TELECOMUNICAÇÕES	1.204.382	0	1.204.382
19100213 - MULTAS PREVISTAS NA LEI GERAL DAS TELECOMUNICAÇÕES - DÍVIDA ATIVA	4.076	0	4.076
178 - FUNDO DE FISCALIZAÇÃO DAS TELECOMUNICAÇÕES	4.076	0	4.076
19100311 - MULTAS PREVISTAS NA LEGISLAÇÃO DO SEGURO-DESEMPREGO E ABONO SALARIAL - PRINCIPAL	64.797.297	0	64.797.297
174 - TAXAS E MULTAS PELO EXERCÍCIO DO PODER DE POLÍCIA E MULTAS PROVENIENTES DE PROCESSOS JUDICIAIS	64.797.297	0	64.797.297



CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO
Relatório da Receita do Orçamento de 2018 - PL nº 20/2017-CN

R\$ 1,00

NATUREZA DA RECEITA/FONTE DE RECURSOS	PL (A)	Reestimativa (B)	Posição Atual (A+B)
19100411 - MULTAS PREVISTAS NA LEGISLAÇÃO SOBRE DEFESA DOS DIREITOS DIFUSOS - PRINCIPAL	780.271.783	0	780.271.783
174 - TAXAS E MULTAS PELO EXERCÍCIO DO PODER DE POLÍCIA E MULTAS PROVENIENTES DE PROCESSOS JUDICIAIS	780.271.783	0	780.271.783
19100412 - MULTAS PREVISTAS NA LEGISLAÇÃO SOBRE DEFESA DOS DIREITOS DIFUSOS - MULTAS E JUROS	18.744.206	0	18.744.206
174 - TAXAS E MULTAS PELO EXERCÍCIO DO PODER DE POLÍCIA E MULTAS PROVENIENTES DE PROCESSOS JUDICIAIS	18.744.206	0	18.744.206
19100511 - MULTAS PREVISTAS EM LEI POR INFRAÇÕES AO SETOR DE ENERGIA ELÉTRICA - PRINCIPAL	221.546.524	0	221.546.524
174 - TAXAS E MULTAS PELO EXERCÍCIO DO PODER DE POLÍCIA E MULTAS PROVENIENTES DE PROCESSOS JUDICIAIS	221.546.524	0	221.546.524
19100611 - MULTAS ADMINISTRATIVAS POR DANOS AMBIENTAIS - PRINCIPAL	118.022.519	0	118.022.519
174 - TAXAS E MULTAS PELO EXERCÍCIO DO PODER DE POLÍCIA E MULTAS PROVENIENTES DE PROCESSOS JUDICIAIS	118.022.519	0	118.022.519
19100621 - MULTAS JUDICIAIS POR DANOS AMBIENTAIS - PRINCIPAL	76.447	0	76.447
174 - TAXAS E MULTAS PELO EXERCÍCIO DO PODER DE POLÍCIA E MULTAS PROVENIENTES DE PROCESSOS JUDICIAIS	76.447	0	76.447
19100711 - MULTAS APLICADAS PELOS TRIBUNAIS DE CONTAS - PRINCIPAL	8.050.129	0	8.050.129
100 - RECURSOS ORDINÁRIOS	8.050.129	0	8.050.129
19100811 - MULTAS DECORRENTES DE SENTENÇAS JUDICIAIS - PRINCIPAL	10.622.175	0	10.622.175
174 - TAXAS E MULTAS PELO EXERCÍCIO DO PODER DE POLÍCIA E MULTAS PROVENIENTES DE PROCESSOS JUDICIAIS	10.622.175	0	10.622.175
19100911 - MULTAS E JUROS PREVISTOS EM CONTRATOS - PRINCIPAL	69.236.571	0	69.236.571
100 - RECURSOS ORDINÁRIOS	37.742.609	0	37.742.609
132 - RECURSOS DESTINADOS AO FUNDAF	293.647	0	293.647
150 - RECURSOS PRÓPRIOS NÃO-FINANCEIROS	4.901.404	0	4.901.404
250 - RECURSOS PRÓPRIOS NÃO-FINANCEIROS	26.298.911	0	26.298.911
19100913 - MULTAS E JUROS PREVISTOS EM CONTRATOS - DÍVIDA ATIVA	1.217.086	0	1.217.086
250 - RECURSOS PRÓPRIOS NÃO-FINANCEIROS	1.217.086	0	1.217.086



CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO
Relatório da Receita do Orçamento de 2018 - PL nº 20/2017-CN

R\$ 1,00

NATUREZA DA RECEITA/FONTE DE RECURSOS	PL (A)	Reestimativa (B)	Posição Atual (A+B)
19101013 - MULTAS PREVISTAS NA LEGISLAÇÃO SOBRE REGIME DE PREVIDÊNCIA PRIVADA COMPLEMENTAR - DÍVIDA ATIVA	163.545	0	163.545
174 - TAXAS E MULTAS PELO EXERCÍCIO DO PODER DE POLÍCIA E MULTAS PROVENIENTES DE PROCESSOS JUDICIAIS	163.545	0	163.545
19101111 - MULTA POR DESCUMPRIMENTO DE OBRIGAÇÃO PREVIDENCIÁRIA ACESSÓRIA - PRINCIPAL	112.312.947	0	112.312.947
154 - RECURSOS DO REGIME GERAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL	112.312.947	0	112.312.947
19210111 - INDENIZAÇÕES POR DANOS CAUSADOS AO PATRIMÔNIO PÚBLICO - PRINCIPAL	46.953	0	46.953
150 - RECURSOS PRÓPRIOS NÃO-FINANCEIROS	11.954	0	11.954
250 - RECURSOS PRÓPRIOS NÃO-FINANCEIROS	34.999	0	34.999
19210211 - INDENIZAÇÃO POR POSSE OU OCUPAÇÃO ILÍCITA DE BENS PÚBLICOS - PRINCIPAL	3.582.561	0	3.582.561
100 - RECURSOS ORDINÁRIOS	3.582.561	0	3.582.561
19210212 - INDENIZAÇÃO POR POSSE OU OCUPAÇÃO ILÍCITA DE BENS PÚBLICOS - MULTAS E JUROS	17.283	0	17.283
133 - RECURSOS DO PROGRAMA DE ADMINISTRAÇÃO PATRIMONIAL IMOBILIÁRIO	11.399	0	11.399
162 - RECURSOS PRIMÁRIOS PARA AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA PÚBLICA	5.884	0	5.884
19210311 - INDENIZAÇÃO POR SINISTRO - PRINCIPAL	242.855	0	242.855
250 - RECURSOS PRÓPRIOS NÃO-FINANCEIROS	242.855	0	242.855
19219911 - OUTRAS INDENIZAÇÕES - PRINCIPAL	117.488.347	0	117.488.347
100 - RECURSOS ORDINÁRIOS	89.203.336	0	89.203.336
150 - RECURSOS PRÓPRIOS NÃO-FINANCEIROS	284.592	0	284.592
250 - RECURSOS PRÓPRIOS NÃO-FINANCEIROS	28.000.419	0	28.000.419
19220211 - RESTITUIÇÃO DE BENEFÍCIOS NÃO DESEMBOLSADOS - PRINCIPAL	771.789.425	0	771.789.425
150 - RECURSOS PRÓPRIOS NÃO-FINANCEIROS	771.789.425	0	771.789.425
19220311 - RESTITUIÇÃO DE BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS - PRINCIPAL	1.249.474.474	0	1.249.474.474
151 - CONTRIBUIÇÃO SOCIAL SOBRE O LUCRO LÍQUIDO DAS PESSOAS JURÍDICAS	1.186.214	0	1.186.214
153 - CONTRIBUIÇÃO PARA FINANCIAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL - COFINS	13.575.204	0	13.575.204
154 - RECURSOS DO REGIME GERAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL	1.234.713.056	0	1.234.713.056



CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO
Relatório da Receita do Orçamento de 2018 - PL nº 20/2017-CN

R\$ 1,00

NATUREZA DA RECEITA/FONTE DE RECURSOS	PL (A)	Reestimativa (B)	Posição Atual (A+B)
19220312 - RESTITUIÇÃO DE BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS – MULTAS E JUROS	1.696	0	1.696
154 - RECURSOS DO REGIME GERAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL	1.696	0	1.696
19220411 - RESTITUIÇÃO DE BENEFÍCIOS ASSISTENCIAIS - PRINCIPAL	6.551	0	6.551
153 - CONTRIBUIÇÃO PARA FINANCIAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL - COFINS	6.551	0	6.551
19220611 - RESTITUIÇÃO DE DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES - PRINCIPAL	2.084.537.216	0	2.084.537.216
100 - RECURSOS ORDINÁRIOS	1.316.931.815	0	1.316.931.815
150 - RECURSOS PRÓPRIOS NÃO-FINANCEIROS	743.324.769	0	743.324.769
250 - RECURSOS PRÓPRIOS NÃO-FINANCEIROS	24.280.632	0	24.280.632
19220711 - RESTITUIÇÃO DE PARCELAS DO SEGURO DESEMPREGO RECEBIDAS INDEVIDAMENTE - PRINCIPAL	111.470.385	0	111.470.385
140 - CONTRIBUIÇÕES PARA OS PROGRAMAS PIS/PASEP	111.470.385	0	111.470.385
19220811 - RESTITUIÇÃO DE GARANTIAS PRESTADAS - PRINCIPAL	1.446.985	0	1.446.985
150 - RECURSOS PRÓPRIOS NÃO-FINANCEIROS	1.446.985	0	1.446.985
19220911 - RESTITUIÇÃO DE RECURSOS DE FOMENTO - PRINCIPAL	6.424.652	0	6.424.652
130 - CONTRIBUIÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO DA INDÚSTRIA CINEMATOGRAFICA NACIONAL	6.424.652	0	6.424.652
19221011 - RESTITUIÇÃO DECORRENTE DA NÃO APLICAÇÃO DE INCENTIVOS FISCAIS RELATIVOS À LEI ROUANET - PRINCIPAL	20.595.076	0	20.595.076
150 - RECURSOS PRÓPRIOS NÃO-FINANCEIROS	20.595.076	0	20.595.076
19221021 - RESTITUIÇÃO DECORRENTE DA NÃO APLICAÇÃO DE INCENTIVOS FISCAIS RELATIVOS À LEI DO AUDIOVISUAL - PRINCIPAL	4.678.458	0	4.678.458
186 - RECURSOS VINCULADOS A APLICAÇÕES EM POLÍTICAS PÚBLICAS ESPECÍFICAS	4.678.458	0	4.678.458
19221211 - RESTITUIÇÃO DE DEPÓSITOS DE SENTENÇAS JUDICIAIS NÃO SACADOS	1.172.301.353	0	1.172.301.353
100 - RECURSOS ORDINÁRIOS	879.226.014	0	879.226.014
186 - RECURSOS VINCULADOS A APLICAÇÕES EM POLÍTICAS PÚBLICAS ESPECÍFICAS	293.075.339	0	293.075.339



CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO
Relatório da Receita do Orçamento de 2018 - PL nº 20/2017-CN

R\$ 1,00

NATUREZA DA RECEITA/FONTE DE RECURSOS	PL (A)	Reestimativa (B)	Posição Atual (A+B)
19229911 - OUTRAS RESTITUIÇÕES - PRINCIPAL	406.182.998	0	406.182.998
100 - RECURSOS ORDINÁRIOS	114.090.056	0	114.090.056
150 - RECURSOS PRÓPRIOS NÃO-FINANCEIROS	102.873.615	0	102.873.615
250 - RECURSOS PRÓPRIOS NÃO-FINANCEIROS	189.219.327	0	189.219.327
19230111 - RESSARCIMENTO POR OPERADORAS DE SEGUROS PRIVADOS DE ASSISTÊNCIA A SAÚDE - PRINCIPAL	524.889.737	0	524.889.737
136 - RECURSOS VINCULADOS A APLICAÇÕES EM OUTRAS POLÍTICAS PÚBLICAS	524.889.737	0	524.889.737
19230211 - RESSARCIMENTO DE CUSTOS - PRINCIPAL	80.523.503	0	80.523.503
100 - RECURSOS ORDINÁRIOS	76.939.075	0	76.939.075
175 - TAXAS POR SERVIÇOS PÚBLICOS	3.584.428	0	3.584.428
19300111 - BENS, DIREITOS E VALORES PERDIDOS EM FAVOR DO PODER PÚBLICO - PRINCIPAL	6.855.032	0	6.855.032
150 - RECURSOS PRÓPRIOS NÃO-FINANCEIROS	6.855.032	0	6.855.032
19300211 - ALIENAÇÃO DE BENS E MERCADORIAS APREENDIDOS - PRINCIPAL	213.663.969	0	213.663.969
100 - RECURSOS ORDINÁRIOS	2.114.539	0	2.114.539
139 - ALIENAÇÃO DE BENS APREENDIDOS	187.490.745	0	187.490.745
150 - RECURSOS PRÓPRIOS NÃO-FINANCEIROS	23.989.099	0	23.989.099
250 - RECURSOS PRÓPRIOS NÃO-FINANCEIROS	69.586	0	69.586
19300212 - ALIENAÇÃO DE BENS E MERCADORIAS APREENDIDOS - MULTAS E JUROS	471.955	0	471.955
139 - ALIENAÇÃO DE BENS APREENDIDOS	471.955	0	471.955
19300221 - ALIENAÇÃO DE BENS E MERCADORIAS ASSOCIADOS AO TRÁFICO ILÍCITO DE ENTORPECENTES E DROGAS AFINS - PRINCIPAL	8.931.655	0	8.931.655
139 - ALIENAÇÃO DE BENS APREENDIDOS	8.931.655	0	8.931.655
19300311 - DEPÓSITOS ABANDONADOS (DINHEIRO E/OU OBJETOS DE VALOR) - PRINCIPAL	12.223	0	12.223
250 - RECURSOS PRÓPRIOS NÃO-FINANCEIROS	12.223	0	12.223
19300411 - PRÊMIOS PRESCRITOS DE CONCURSOS DE PROGNÓSTICOS - PRINCIPAL	299.423.784	0	299.423.784
186 - RECURSOS VINCULADOS A APLICAÇÕES EM POLÍTICAS PÚBLICAS ESPECÍFICAS	299.423.784	0	299.423.784



CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO
Relatório da Receita do Orçamento de 2018 - PL nº 20/2017-CN

R\$ 1,00

NATUREZA DA RECEITA/FONTE DE RECURSOS	PL (A)	Reestimativa (B)	Posição Atual (A+B)
19900411 - CONTRIBUIÇÃO AO MONTEPIO CIVIL - PRINCIPAL	350.180	0	350.180
117 - RECURSOS ORIUNDOS DAS CONTRIBUIÇÕES VOLUNTÁRIAS PARA O MONTEPIO CIVIL	350.180	0	350.180
19900511 - BARREIRAS TÉCNICAS AO COMÉRCIO EXTERIOR - PRINCIPAL	233.186.549	0	233.186.549
186 - RECURSOS VINCULADOS A APLICAÇÕES EM POLÍTICAS PÚBLICAS ESPECÍFICAS	233.186.549	0	233.186.549
19900512 - BARREIRAS TÉCNICAS AO COMÉRCIO EXTERIOR - MULTAS E JUROS	1.155.915	0	1.155.915
186 - RECURSOS VINCULADOS A APLICAÇÕES EM POLÍTICAS PÚBLICAS ESPECÍFICAS	1.155.915	0	1.155.915
19900611 - CONTRAPARTIDA DE SUBVENÇÕES OU SUBSÍDIOS - PRINCIPAL	25.667.831	0	25.667.831
100 - RECURSOS ORDINÁRIOS	25.667.831	0	25.667.831
19900811 - PRÊMIO DO SEGURO OBRIGATÓRIO DE DANOS PESSOAIS CAUSADOS POR VEÍCULOS AUTOMOTORES DE VIA TERRESTRE - DPVAT - PRINCIPAL	3.090.118.948	0	3.090.118.948
186 - RECURSOS VINCULADOS A APLICAÇÕES EM POLÍTICAS PÚBLICAS ESPECÍFICAS	3.090.118.948	0	3.090.118.948
19901011 - RESERVA GLOBAL DE REVERSÃO - PRINCIPAL	23.635.056	0	23.635.056
150 - RECURSOS PRÓPRIOS NÃO-FINANCEIROS	23.635.056	0	23.635.056
19901111 - VARIAÇÃO CAMBIAL - PRINCIPAL	913.459.956	0	913.459.956
143 - TÍTULOS DE RESPONSABILIDADE DO TESOIRO NACIONAL - REFINANCIAMENTO DA DÍVIDA PÚBLICA FEDERAL	121.930.221	0	121.930.221
144 - TÍTULOS DE RESPONSABILIDADE DO TESOIRO NACIONAL - OUTRAS APLICAÇÕES	791.529.735	0	791.529.735
19901211 - ENCARGOS LEGAIS PELA INSCRIÇÃO EM DÍVIDA ATIVA - PRINCIPAL	571.653.409	0	571.653.409
100 - RECURSOS ORDINÁRIOS	27.624.516	0	27.624.516
186 - RECURSOS VINCULADOS A APLICAÇÕES EM POLÍTICAS PÚBLICAS ESPECÍFICAS	544.028.893	0	544.028.893
19901221 - ÔNUS DE SUCUMBÊNCIA - PRINCIPAL	8.457.159	0	8.457.159
100 - RECURSOS ORDINÁRIOS	2.201.995	0	2.201.995
157 - RECEITAS DE HONORÁRIOS DE ADVOGADOS	6.255.164	0	6.255.164



CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO
Relatório da Receita do Orçamento de 2018 - PL nº 20/2017-CN

R\$ 1,00

NATUREZA DA RECEITA/FONTE DE RECURSOS	PL (A)	Reestimativa (B)	Posição Atual (A+B)
19909911 - OUTRAS RECEITAS - PRIMÁRIAS - PRINCIPAL	10.645.635.408	0	10.645.635.408
100 - RECURSOS ORDINÁRIOS	10.508.436.106	0	10.508.436.106
150 - RECURSOS PRÓPRIOS NÃO-FINANCEIROS	4.464.999	0	4.464.999
186 - RECURSOS VINCULADOS A APLICAÇÕES EM POLÍTICAS PÚBLICAS ESPECÍFICAS	393.751	0	393.751
250 - RECURSOS PRÓPRIOS NÃO-FINANCEIROS	132.340.552	0	132.340.552
19909912 - OUTRAS RECEITAS - PRIMÁRIAS - MULTAS E JUROS	251.585.672	0	251.585.672
100 - RECURSOS ORDINÁRIOS	223.918.351	0	223.918.351
132 - RECURSOS DESTINADOS AO FUNDAF	22.322.136	0	22.322.136
150 - RECURSOS PRÓPRIOS NÃO-FINANCEIROS	2.071.815	0	2.071.815
250 - RECURSOS PRÓPRIOS NÃO-FINANCEIROS	3.273.370	0	3.273.370
19909913 - OUTRAS RECEITAS - PRIMÁRIAS - DÍVIDA ATIVA	91.538.834	0	91.538.834
100 - RECURSOS ORDINÁRIOS	74.783.902	0	74.783.902
150 - RECURSOS PRÓPRIOS NÃO-FINANCEIROS	3.242.760	0	3.242.760
174 - TAXAS E MULTAS PELO EXERCÍCIO DO PODER DE POLÍCIA E MULTAS PROVENIENTES DE PROCESSOS JUDICIAIS	404.580	0	404.580
186 - RECURSOS VINCULADOS A APLICAÇÕES EM POLÍTICAS PÚBLICAS ESPECÍFICAS	435.021	0	435.021
250 - RECURSOS PRÓPRIOS NÃO-FINANCEIROS	12.672.571	0	12.672.571
19909914 - OUTRAS RECEITAS - PRIMÁRIAS - DÍVIDA ATIVA - MULTAS E JUROS	308.720.238	0	308.720.238
100 - RECURSOS ORDINÁRIOS	293.767.241	0	293.767.241
133 - RECURSOS DO PROGRAMA DE ADMINISTRAÇÃO PATRIMONIAL IMOBILIÁRIO	9.617.001	0	9.617.001
150 - RECURSOS PRÓPRIOS NÃO-FINANCEIROS	842.818	0	842.818
154 - RECURSOS DO REGIME GERAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL	2.661.054	0	2.661.054
174 - TAXAS E MULTAS PELO EXERCÍCIO DO PODER DE POLÍCIA E MULTAS PROVENIENTES DE PROCESSOS JUDICIAIS	328.691	0	328.691
250 - RECURSOS PRÓPRIOS NÃO-FINANCEIROS	1.503.433	0	1.503.433
19909921 - OUTRAS RECEITAS - FINANCEIRAS - PRINCIPAL	17.594.616.231	0	17.594.616.231
143 - TÍTULOS DE RESPONSABILIDADE DO TESOURO NACIONAL - REFINANCIAMENTO DA DÍVIDA PÚBLICA FEDERAL	17.594.616.231	0	17.594.616.231
19909923 - OUTRAS RECEITAS - FINANCEIRAS - DÍVIDA ATIVA	14.930.674	0	14.930.674
180 - RECURSOS PRÓPRIOS FINANCEIROS	14.930.674	0	14.930.674



CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO
Relatório da Receita do Orçamento de 2018 - PL nº 20/2017-CN

R\$ 1,00

NATUREZA DA RECEITA/FONTE DE RECURSOS	PL (A)	Reestimativa (B)	Posição Atual (A+B)
21110011 - TÍTULOS DE RESPONSABILIDADE DO TESOURO NACIONAL - MERCADO INTERNO - PRINCIPAL	490.658.254.694	0	490.658.254.694
144 - TÍTULOS DE RESPONSABILIDADE DO TESOURO NACIONAL - OUTRAS APLICAÇÕES	490.658.254.694	0	490.658.254.694
21110021 - TÍTULOS DE RESPONSABILIDADE DO TESOURO NACIONAL - REFINANCIAMENTO DA DÍVIDA PÚBLICA FEDERAL NO MERCADO INTERNO - PRINCIPAL	1.130.479.484.929	0	1.130.479.484.929
143 - TÍTULOS DE RESPONSABILIDADE DO TESOURO NACIONAL - REFINANCIAMENTO DA DÍVIDA PÚBLICA FEDERAL	1.130.479.484.929	0	1.130.479.484.929
21110031 - TÍTULOS DA DÍVIDA AGRÁRIA - TDA - PRINCIPAL	53.497.638	0	53.497.638
164 - TÍTULOS DA DÍVIDA AGRÁRIA	53.497.638	0	53.497.638
21120011 - OPERAÇÕES DE CRÉDITO CONTRATUAIS - MERCADO INTERNO - PRINCIPAL	4.352.770	0	4.352.770
246 - OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS - EM MOEDA	4.352.770	0	4.352.770
21210011 - TÍTULOS DE RESPONSABILIDADE DO TESOURO NACIONAL - MERCADO EXTERNO - PRINCIPAL	4.350.189.173	0	4.350.189.173
144 - TÍTULOS DE RESPONSABILIDADE DO TESOURO NACIONAL - OUTRAS APLICAÇÕES	4.350.189.173	0	4.350.189.173
21210021 - TÍTULOS DE RESPONSABILIDADE DO TESOURO NACIONAL - REFINANCIAMENTO DA DÍVIDA PÚBLICA FEDERAL NO MERCADO EXTERNO - PRINCIPAL	4.583.347.730	0	4.583.347.730
143 - TÍTULOS DE RESPONSABILIDADE DO TESOURO NACIONAL - REFINANCIAMENTO DA DÍVIDA PÚBLICA FEDERAL	4.583.347.730	0	4.583.347.730
21220011 - OPERAÇÕES DE CRÉDITO CONTRATUAIS - MERCADO EXTERNO - PRINCIPAL	3.834.451.284	0	3.834.451.284
148 - OPERAÇÕES DE CRÉDITO EXTERNAS - EM MOEDA	1.989.786.100	0	1.989.786.100
149 - OPERAÇÕES DE CRÉDITO EXTERNAS - EM BENS E/OU SERVIÇOS	1.844.665.184	0	1.844.665.184
22110011 - ALIENAÇÃO DE TÍTULOS MOBILIÁRIOS - PRINCIPAL	257.751	0	257.751
187 - ALIENAÇÃO DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS	257.751	0	257.751
22120111 - ALIENAÇÃO DE ESTOQUES DA POLÍTICA DE GARANTIA DE PREÇOS MÍNIMOS - PGPM - PRINCIPAL	1.400.000.000	0	1.400.000.000
160 - RECURSOS DAS OPERAÇÕES OFICIAIS DE CRÉDITO	1.400.000.000	0	1.400.000.000
22120311 - ALIENAÇÃO DE ESTOQUES DO PROGRAMA DE AQUISIÇÃO DE ALIMENTOS - PAA - PRINCIPAL	10.829.328	0	10.829.328
150 - RECURSOS PRÓPRIOS NÃO-FINANCEIROS	10.829.328	0	10.829.328



CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO
Relatório da Receita do Orçamento de 2018 - PL nº 20/2017-CN

R\$ 1,00

NATUREZA DA RECEITA/FONTE DE RECURSOS	PL (A)	Reestimativa (B)	Posição Atual (A+B)
22120413 - ALIENAÇÃO DE ESTOQUES DE CAFÉ - FUNCAFÉ - DÍVIDA ATIVA	553.493	0	553.493
150 - RECURSOS PRÓPRIOS NÃO-FINANCEIROS	553.493	0	553.493
22130011 - ALIENAÇÃO DE BENS MÓVEIS E SEMOVENTES - PRINCIPAL	31.395.898	0	31.395.898
163 - RECURSOS PRÓPRIOS DECORRENTES DA ALIENAÇÃO DE BENS E DIREITOS DO PATRIMÔNIO PÚBLICO	1.587.278	0	1.587.278
263 - RECURSOS PRÓPRIOS DECORRENTES DA ALIENAÇÃO DE BENS E DIREITOS DO PATRIMÔNIO PÚBLICO	29.808.620	0	29.808.620
22200011 - ALIENAÇÃO DE BENS IMÓVEIS - PRINCIPAL	115.954.275	0	115.954.275
150 - RECURSOS PRÓPRIOS NÃO-FINANCEIROS	21.588.119	0	21.588.119
162 - RECURSOS PRIMÁRIOS PARA AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA PÚBLICA	12.120.513	0	12.120.513
163 - RECURSOS PRÓPRIOS DECORRENTES DA ALIENAÇÃO DE BENS E DIREITOS DO PATRIMÔNIO PÚBLICO	35.351.857	0	35.351.857
263 - RECURSOS PRÓPRIOS DECORRENTES DA ALIENAÇÃO DE BENS E DIREITOS DO PATRIMÔNIO PÚBLICO	46.893.786	0	46.893.786
22200012 - ALIENAÇÃO DE BENS IMÓVEIS - MULTAS E JUROS	498.159	0	498.159
133 - RECURSOS DO PROGRAMA DE ADMINISTRAÇÃO PATRIMONIAL IMOBILIÁRIO	33.925	0	33.925
150 - RECURSOS PRÓPRIOS NÃO-FINANCEIROS	191.545	0	191.545
163 - RECURSOS PRÓPRIOS DECORRENTES DA ALIENAÇÃO DE BENS E DIREITOS DO PATRIMÔNIO PÚBLICO	70.834	0	70.834
263 - RECURSOS PRÓPRIOS DECORRENTES DA ALIENAÇÃO DE BENS E DIREITOS DO PATRIMÔNIO PÚBLICO	201.855	0	201.855
22300011 - ALIENAÇÃO DE BENS INTANGÍVEIS - PRINCIPAL	1.519.803.896	0	1.519.803.896
163 - RECURSOS PRÓPRIOS DECORRENTES DA ALIENAÇÃO DE BENS E DIREITOS DO PATRIMÔNIO PÚBLICO	1.519.803.896	0	1.519.803.896
23000211 - AMORTIZAÇÃO PROVENIENTE DA EXECUÇÃO DE GARANTIA - OPERAÇÕES DE CRÉDITO - PRINCIPAL	1.346.753.447	0	1.346.753.447
159 - RECURSOS DAS OPERAÇÕES OFICIAIS DE CRÉDITO - RETORNO DE REFINANCIAMENTO DE DÍVIDAS DE MÉDIO E LONGO PRAZOS	920.677.393	0	920.677.393
171 - RECURSOS DAS OPERAÇÕES OFICIAIS DE CRÉDITO - RETORNO DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO - BEA/BIB	426.076.054	0	426.076.054
23000311 - AMORTIZAÇÃO DE EMPRÉSTIMOS - ESTADOS E MUNICÍPIOS - PRINCIPAL	9.203.117.630	0	9.203.117.630
159 - RECURSOS DAS OPERAÇÕES OFICIAIS DE CRÉDITO - RETORNO DE REFINANCIAMENTO DE DÍVIDAS DE MÉDIO E LONGO PRAZOS	327.298.144	0	327.298.144
173 - RECURSOS DAS OPERAÇÕES OFICIAIS DE CRÉDITO - RETORNO DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO - ESTADOS E MUNICÍPIOS	8.875.819.486	0	8.875.819.486



CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO
Relatório da Receita do Orçamento de 2018 - PL nº 20/2017-CN

R\$ 1,00

NATUREZA DA RECEITA/FONTE DE RECURSOS	PL (A)	Reestimativa (B)	Posição Atual (A+B)
23000312 - AMORTIZAÇÃO DE EMPRÉSTIMOS - ESTADOS E MUNICÍPIOS - MULTAS E JUROS	7.239.312	0	7.239.312
173 - RECURSOS DAS OPERAÇÕES OFICIAIS DE CRÉDITO - RETORNO DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO - ESTADOS E MUNICÍPIOS	7.239.312	0	7.239.312
23000511 - AMORTIZAÇÃO DE EMPRÉSTIMOS - PROGRAMA DAS OPERAÇÕES OFICIAIS DE CRÉDITO - PRINCIPAL	997.945.960	0	997.945.960
159 - RECURSOS DAS OPERAÇÕES OFICIAIS DE CRÉDITO - RETORNO DE REFINANCIAMENTO DE DÍVIDAS DE MÉDIO E LONGO PRAZOS	695.566	0	695.566
160 - RECURSOS DAS OPERAÇÕES OFICIAIS DE CRÉDITO	997.250.394	0	997.250.394
23000611 - AMORTIZAÇÃO DE EMPRÉSTIMOS CONTRATUAIS - PRINCIPAL	141.119.102.846	0	141.119.102.846
159 - RECURSOS DAS OPERAÇÕES OFICIAIS DE CRÉDITO - RETORNO DE REFINANCIAMENTO DE DÍVIDAS DE MÉDIO E LONGO PRAZOS	136.087.002.451	0	136.087.002.451
166 - RECURSOS FINANCEIROS DE APLICAÇÃO VINCULADA	15.000.000	0	15.000.000
180 - RECURSOS PRÓPRIOS FINANCEIROS	4.832.331.080	0	4.832.331.080
280 - RECURSOS PRÓPRIOS FINANCEIROS	184.769.315	0	184.769.315
23000711 - AMORTIZAÇÃO DE FINANCIAMENTOS - PRINCIPAL	3.129.715.786	0	3.129.715.786
166 - RECURSOS FINANCEIROS DE APLICAÇÃO VINCULADA	4.399.447	0	4.399.447
180 - RECURSOS PRÓPRIOS FINANCEIROS	2.395.092.670	0	2.395.092.670
280 - RECURSOS PRÓPRIOS FINANCEIROS	730.223.669	0	730.223.669
23008011 - AMORTIZAÇÃO DE FINANCIAMENTO DO FUNDO DE FINANCIAMENTO AO ESTUDANTE DO ENSINO SUPERIOR - FIES - PRINCIPAL	915.370.644	0	915.370.644
280 - RECURSOS PRÓPRIOS FINANCEIROS	915.370.644	0	915.370.644
24100011 - TRANSFERÊNCIAS DA UNIÃO E DE SUAS ENTIDADES - PRINCIPAL	21.557.279	0	21.557.279
181 - RECURSOS DE CONVÊNIOS	18.259.634	0	18.259.634
281 - RECURSOS DE CONVÊNIOS	3.297.645	0	3.297.645
24200011 - TRANSFERÊNCIAS DOS ESTADOS E DO DISTRITO FEDERAL E DE SUAS ENTIDADES - PRINCIPAL	41.426.198	0	41.426.198
181 - RECURSOS DE CONVÊNIOS	36.544.998	0	36.544.998
281 - RECURSOS DE CONVÊNIOS	4.881.200	0	4.881.200
24300011 - TRANSFERÊNCIAS DOS MUNICÍPIOS E DE SUAS ENTIDADES - PRINCIPAL	33.723.306	0	33.723.306
181 - RECURSOS DE CONVÊNIOS	15.407.385	0	15.407.385
281 - RECURSOS DE CONVÊNIOS	18.315.921	0	18.315.921



CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO
Relatório da Receita do Orçamento de 2018 - PL nº 20/2017-CN

R\$ 1,00

NATUREZA DA RECEITA/FONTE DE RECURSOS	PL (A)	Reestimativa (B)	Posição Atual (A+B)
24400011 - TRANSFERÊNCIAS DE INSTITUIÇÕES PRIVADAS - PRINCIPAL	84.841.545	0	84.841.545
281 - RECURSOS DE CONVÊNIOS	150.000	0	150.000
296 - DOAÇÕES DE PESSOAS FÍSICAS E INSTITUIÇÕES PÚBLICAS E PRIVADAS NACIONAIS	84.691.545	0	84.691.545
29200021 - RESULTADO DO BANCO CENTRAL - DEMAIS OPERAÇÕES - PRINCIPAL	46.520.000.000	0	46.520.000.000
152 - RESULTADO DO BANCO CENTRAL	46.520.000.000	0	46.520.000.000
29300011 - REMUNERAÇÃO DAS DISPONIBILIDADES DO TESOURO - PRINCIPAL	92.832.641.199	0	92.832.641.199
188 - REMUNERAÇÃO DAS DISPONIBILIDADES DO TESOURO NACIONAL	92.832.641.199	0	92.832.641.199
29400011 - RESGATE DE TÍTULOS DO TESOURO - PRINCIPAL	1.044.450	0	1.044.450
280 - RECURSOS PRÓPRIOS FINANCEIROS	1.044.450	0	1.044.450
29900011 - DEMAIS RECEITAS DE CAPITAL - PRINCIPAL	18.566.871.893	0	18.566.871.893
180 - RECURSOS PRÓPRIOS FINANCEIROS	18.566.871.893	0	18.566.871.893
71110112 - IMPOSTO SOBRE A IMPORTAÇÃO - MULTAS E JUROS - OPERAÇÕES INTRAORÇAMENTÁRIAS	1.460	0	1.460
100 - RECURSOS ORDINÁRIOS	879	0	879
132 - RECURSOS DESTINADOS AO FUNDAF	581	0	581
71130312 - IMPOSTO SOBRE A RENDA - RETIDO NA FONTE - TRABALHO - MULTAS E JUROS - OPERAÇÕES INTRAORÇAMENTÁRIAS	185.216	0	185.216
100 - RECURSOS ORDINÁRIOS	18.003	0	18.003
101 - TRANSFERÊNCIAS DO IMPOSTO SOBRE A RENDA E SOBRE PRODUTOS INDUSTRIALIZADOS	90.756	0	90.756
132 - RECURSOS DESTINADOS AO FUNDAF	76.457	0	76.457
71140121 - IMPOSTO SOBRE PRODUTOS INDUSTRIALIZADOS - IPI - BEBIDAS - PRINCIPAL - OPERAÇÕES INTRAORÇAMENTÁRIAS	1.043	0	1.043
100 - RECURSOS ORDINÁRIOS	428	0	428
101 - TRANSFERÊNCIAS DO IMPOSTO SOBRE A RENDA E SOBRE PRODUTOS INDUSTRIALIZADOS	615	0	615



CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO
Relatório da Receita do Orçamento de 2018 - PL nº 20/2017-CN

R\$ 1,00

NATUREZA DA RECEITA/FONTE DE RECURSOS	PL (A)	Reestimativa (B)	Posição Atual (A+B)
71210111 - TAXAS DE INSPEÇÃO, CONTROLE E FISCALIZAÇÃO - PRINCIPAL - OPERAÇÕES INTRAORÇAMENTÁRIAS	674.224	0	674.224
100 - RECURSOS ORDINÁRIOS	202.268	0	202.268
174 - TAXAS E MULTAS PELO EXERCÍCIO DO PODER DE POLÍCIA E MULTAS PROVENIENTES DE PROCESSOS JUDICIAIS	471.956	0	471.956
71220211 - EMOLUMENTOS E CUSTAS JUDICIAIS - PRINCIPAL - OPERAÇÕES INTRAORÇAMENTÁRIAS	70.818	0	70.818
100 - RECURSOS ORDINÁRIOS	21.245	0	21.245
127 - CUSTAS JUDICIAIS	49.573	0	49.573
72100411 - CONTRIBUIÇÃO PATRONAL DE SERVIDOR ATIVO CIVIL PARA O RPPS - PRINCIPAL - OPERAÇÕES INTRAORÇAMENTÁRIAS	24.361.145.364	0	24.361.145.364
169 - CONTRIBUIÇÃO PATRONAL PARA O PLANO DE SEGURIDADE SOCIAL DO SERVIDOR PÚBLICO	21.708.373.486	0	21.708.373.486
969 - CONTRIBUIÇÃO PATRONAL PARA O PLANO DE SEGURIDADE SOCIAL DO SERVIDOR PÚBLICO - CONDICIONADOS	2.652.771.878	0	2.652.771.878
72100412 - CONTRIBUIÇÃO PATRONAL DE SERVIDOR ATIVO CIVIL PARA O RPPS - MULTAS E JUROS - OPERAÇÕES INTRAORÇAMENTÁRIAS	4.169.204	0	4.169.204
169 - CONTRIBUIÇÃO PATRONAL PARA O PLANO DE SEGURIDADE SOCIAL DO SERVIDOR PÚBLICO	4.169.204	0	4.169.204
72100451 - CONTRIBUIÇÃO PATRONAL PARA O RPPS ORIUNDA DE SENTENÇAS JUDICIAIS - PRINCIPAL - OPERAÇÕES INTRAORÇAMENTÁRIAS	714.138.326	0	714.138.326
169 - CONTRIBUIÇÃO PATRONAL PARA O PLANO DE SEGURIDADE SOCIAL DO SERVIDOR PÚBLICO	607.889.980	0	607.889.980
969 - CONTRIBUIÇÃO PATRONAL PARA O PLANO DE SEGURIDADE SOCIAL DO SERVIDOR PÚBLICO - CONDICIONADOS	106.248.346	0	106.248.346
72100911 - CONTRIBUIÇÕES PARA OS PROGRAMA DE INTEGRAÇÃO SOCIAL E DE FORMAÇÃO DO PATRIMÔNIO DO SERVIDOR PÚBLICO - PIS E PASEP - PRINCIPAL - OPERAÇÕES INTRAORÇAMENTÁRIAS	89.414	0	89.414
100 - RECURSOS ORDINÁRIOS	26.825	0	26.825
140 - CONTRIBUIÇÕES PARA OS PROGRAMAS PIS/PASEP	62.589	0	62.589
72100912 - CONTRIBUIÇÕES PARA OS PROGRAMA DE INTEGRAÇÃO SOCIAL E DE FORMAÇÃO DO PATRIMÔNIO DO SERVIDOR PÚBLICO - PIS E PASEP - MULTAS E JUROS - OPERAÇÕES INTRAORÇAMENTÁRIAS	199.722	0	199.722
140 - CONTRIBUIÇÕES PARA OS PROGRAMAS PIS/PASEP	67.595	0	67.595
72201011 - CONTRIBUIÇÃO PARA O FOMENTO DA RADIODIFUSÃO PÚBLICA - PRINCIPAL - OPERAÇÕES INTRAORÇAMENTÁRIAS	26.289	0	26.289
100 - RECURSOS ORDINÁRIOS	7.887	0	7.887
172 - OUTRAS CONTRIBUIÇÕES ECONÔMICAS	18.402	0	18.402



CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO
Relatório da Receita do Orçamento de 2018 - PL nº 20/2017-CN

R\$ 1,00

NATUREZA DA RECEITA/FONTE DE RECURSOS	PL (A)	Reestimativa (B)	Posição Atual (A+B)
73100111 - ALUGUÉIS E ARRENDAMENTOS - PRINCIPAL - OPERAÇÕES INTRAORÇAMENTÁRIAS	1.619.798	0	1.619.798
150 - RECURSOS PRÓPRIOS NÃO-FINANCEIROS	785.567	0	785.567
250 - RECURSOS PRÓPRIOS NÃO-FINANCEIROS	834.231	0	834.231
73100211 - CONCESSÃO, PERMISSÃO, AUTORIZAÇÃO OU CESSÃO DO DIREITO DE USO DE BENS IMÓVEIS PÚBLICOS - PRINCIPAL - OPERAÇÕES INTRAORÇAMENTÁRIAS	145.656	0	145.656
150 - RECURSOS PRÓPRIOS NÃO-FINANCEIROS	145.656	0	145.656
75000011 - RECEITA INDUSTRIAL - PRINCIPAL - OPERAÇÕES INTRAORÇAMENTÁRIAS	156.189.423	0	156.189.423
150 - RECURSOS PRÓPRIOS NÃO-FINANCEIROS	120.933.563	0	120.933.563
250 - RECURSOS PRÓPRIOS NÃO-FINANCEIROS	35.255.860	0	35.255.860
76100111 - SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS E COMERCIAIS GERAIS - PRINCIPAL - OPERAÇÕES INTRAORÇAMENTÁRIAS	18.776.258	0	18.776.258
150 - RECURSOS PRÓPRIOS NÃO-FINANCEIROS	1.905.075	0	1.905.075
250 - RECURSOS PRÓPRIOS NÃO-FINANCEIROS	16.871.183	0	16.871.183
76100211 - INSCRIÇÃO EM CONCURSOS E PROCESSOS SELETIVOS - PRINCIPAL - OPERAÇÕES INTRAORÇAMENTÁRIAS	26.533	0	26.533
250 - RECURSOS PRÓPRIOS NÃO-FINANCEIROS	26.533	0	26.533
76100311 - SERVIÇOS DE REGISTRO, CERTIFICAÇÃO E FISCALIZAÇÃO - PRINCIPAL - OPERAÇÕES INTRAORÇAMENTÁRIAS	1.226.240	0	1.226.240
250 - RECURSOS PRÓPRIOS NÃO-FINANCEIROS	1.226.240	0	1.226.240
76100411 - SERVIÇOS DE INFORMAÇÃO E TECNOLOGIA - PRINCIPAL - OPERAÇÕES INTRAORÇAMENTÁRIAS	434.592	0	434.592
250 - RECURSOS PRÓPRIOS NÃO-FINANCEIROS	434.592	0	434.592
76300111 - SERVIÇOS DE ATENDIMENTO À SAÚDE - PRINCIPAL - OPERAÇÕES INTRAORÇAMENTÁRIAS	10.979.887	0	10.979.887
150 - RECURSOS PRÓPRIOS NÃO-FINANCEIROS	4.179.526	0	4.179.526
250 - RECURSOS PRÓPRIOS NÃO-FINANCEIROS	6.800.361	0	6.800.361
76909911 - OUTROS SERVIÇOS - PRINCIPAL - OPERAÇÕES INTRAORÇAMENTÁRIAS	371.722	0	371.722
250 - RECURSOS PRÓPRIOS NÃO-FINANCEIROS	371.722	0	371.722



CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO
Relatório da Receita do Orçamento de 2018 - PL nº 20/2017-CN

R\$ 1,00

NATUREZA DA RECEITA/FONTE DE RECURSOS	PL (A)	Reestimativa (B)	Posição Atual (A+B)
79219911 - OUTRAS INDENIZAÇÕES - PRINCIPAL - OPERAÇÕES INTRAORÇAMENTÁRIAS	6.319	0	6.319
250 - RECURSOS PRÓPRIOS NÃO-FINANCEIROS	6.319	0	6.319
79220611 - RESTITUIÇÃO DE DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES - PRINCIPAL - OPERAÇÕES INTRAORÇAMENTÁRIAS	632.015	0	632.015
100 - RECURSOS ORDINÁRIOS	632.015	0	632.015
79900211 - APORTES PERIÓDICOS PARA COMPENSAÇÕES AO RGPS - PRINCIPAL - OPERAÇÕES INTRAORÇAMENTÁRIAS	11.546.914.344	0	11.546.914.344
186 - RECURSOS VINCULADOS A APLICAÇÕES EM POLÍTICAS PÚBLICAS ESPECÍFICAS	11.546.914.344	0	11.546.914.344
81110021 - TÍTULOS DE RESPONSABILIDADE DO TESOUREO NACIONAL - REFINANCIAMENTO DA DÍVIDA PÚBLICA FEDERAL NO MERCADO INTERNO - PRINCIPAL - OPERAÇÕES INTRAORÇAMENTÁRIAS	4.436.045.843	0	4.436.045.843
143 - TÍTULOS DE RESPONSABILIDADE DO TESOUREO NACIONAL - REFINANCIAMENTO DA DÍVIDA PÚBLICA FEDERAL	4.436.045.843	0	4.436.045.843
Total	3.500.837.633.386	5.583.449.246	3.506.421.082.632



CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO
Relatório da Receita do Orçamento de 2018 - PL nº 20/2017-CN

ANEXO III
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS REESTIMADAS POR FONTE DE RECURSOS

R\$ 1,00

Fonte de Recursos	PL (A)	Reestimativa (B)	Posição Atual (A+B)
100 - RECURSOS ORDINÁRIOS	407.620.946.321	1.405.962.557	409.026.908.878
101 - TRANSFERÊNCIAS DO IMPOSTO SOBRE A RENDA E SOBRE PRODUTOS INDUSTRIALIZADOS	197.812.690.659	498.181.313	198.310.871.972
102 - TRANSFERÊNCIA DO IMPOSTO TERRITORIAL RURAL	1.314.202.976		1.314.202.976
106 - CONTRIBUIÇÃO PARA O FUNDO DE SAÚDE DOS POLÍCIAIS MILITARES E BOMBEIROS MILITARES DO DISTRITO FEDERAL	14.087.350		14.087.350
108 - FUNDO SOCIAL - PARCELA DESTINADA À EDUCAÇÃO PÚBLICA E À SAÚDE	6.081.020.271		6.081.020.271
111 - CONTRIBUIÇÃO DE INTERVENÇÃO NO DOMÍNIO ECONÔMICO - COMBUSTÍVEIS	4.992.468.801	24.498.814	5.016.967.615
113 - CONTRIBUIÇÃO DO SALÁRIO-EDUCAÇÃO	21.586.359.632	105.299.315	21.691.658.947
115 - CONTRIBUIÇÃO PARA OS PROGRAMAS ESPECIAIS (PIN E PROTERRA)	4.821		4.821
116 - RECURSOS DE OUTORGA DE DIREITOS DE USO DE RECURSOS HÍDRICOS	88.394.647		88.394.647
117 - RECURSOS ORIUNDOS DAS CONTRIBUIÇÕES VOLUNTÁRIAS PARA O MONTEPIO CIVIL	350.180		350.180
118 - CONTRIBUIÇÕES SOBRE CONCURSOS DE PROGNÓSTICOS	3.967.429.615		3.967.429.615
119 - IMPOSTO SOBRE OPERAÇÕES FINANCEIRAS - OURO	33.594.327		33.594.327
123 - CONTRIBUIÇÃO PARA O CUSTEIO DAS PENSÕES MILITARES	2.321.622.667		2.321.622.667
127 - CUSTAS JUDICIAIS	520.865.027		520.865.027
129 - RECURSOS DE CONCESSÕES E PERMISSÕES	17.559.060.269		17.559.060.269
130 - CONTRIBUIÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO DA INDÚSTRIA CINEMATOGRÁFICA NACIONAL	836.146.692		836.146.692
131 - SELOS DE CONTROLE E LOJAS FRANCAS	174.411.901		174.411.901
132 - RECURSOS DESTINADOS AO FUNDAF	7.952.761.648		7.952.761.648
133 - RECURSOS DO PROGRAMA DE ADMINISTRAÇÃO PATRIMONIAL IMOBILIÁRIO	54.466.865		54.466.865
134 - COMPENSAÇÕES FINANCEIRAS PELA UTILIZAÇÃO DE RECURSOS HÍDRICOS	2.409.337.420		2.409.337.420
135 - COTA-PARTE DO ADICIONAL AO FRETE PARA RENOVAÇÃO DA MARINHA MERCANTE	1.874.218.201		1.874.218.201
136 - RECURSOS VINCULADOS A APLICAÇÕES EM OUTRAS POLÍTICAS PÚBLICAS	524.889.737		524.889.737
139 - ALIENAÇÃO DE BENS APREENDIDOS	196.894.355		196.894.355
140 - CONTRIBUIÇÕES PARA OS PROGRAMAS PIS/PASEP	45.027.572.985	221.369.369	45.248.942.354
141 - COMPENSAÇÕES FINANCEIRAS PELA EXPLORAÇÃO DE RECURSOS MINERAIS	3.365.192.592		3.365.192.592
142 - COMPENSAÇÕES FINANCEIRAS PELA PRODUÇÃO DE PETRÓLEO, GÁS NATURAL E OUTROS HIDROCARBONETOS FLUIDOS	32.589.861.878		32.589.861.878
143 - TÍTULOS DE RESPONSABILIDADE DO TESOUREIRO NACIONAL - REFINANCIAMENTO DA DÍVIDA PÚBLICA FEDERAL	1.157.215.424.954		1.157.215.424.954
144 - TÍTULOS DE RESPONSABILIDADE DO TESOUREIRO NACIONAL - OUTRAS APLICAÇÕES	495.799.973.602		495.799.973.602
148 - OPERAÇÕES DE CRÉDITO EXTERNAS - EM MOEDA	1.989.786.100		1.989.786.100
149 - OPERAÇÕES DE CRÉDITO EXTERNAS - EM BENS E/OU SERVIÇOS	1.844.665.184		1.844.665.184
150 - RECURSOS PRÓPRIOS NÃO-FINANCEIROS	3.959.583.661		3.959.583.661
151 - CONTRIBUIÇÃO SOCIAL SOBRE O LUCRO LÍQUIDO DAS PESSOAS JURÍDICAS	49.722.236.819	236.609.153	49.958.845.972
152 - RESULTADO DO BANCO CENTRAL	46.520.000.000		46.520.000.000
153 - CONTRIBUIÇÃO PARA FINANCIAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL - COFINS	167.972.530.117	833.635.298	168.806.165.415
154 - RECURSOS DO REGIME GERAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL	382.601.857.713	1.869.613.379	384.471.471.092
156 - CONTRIBUIÇÃO DO SERVIDOR PARA O PLANO DE SEGURIDADE SOCIAL DO SERVIDOR PÚBLICO	13.719.959.931		13.719.959.931
157 - RECEITAS DE HONORÁRIOS DE ADVOGADOS	6.255.164		6.255.164
159 - RECURSOS DAS OPERAÇÕES OFICIAIS DE CRÉDITO - RETORNO DE REFINANCIAMENTO DE DÍVIDAS DE MÉDIO E LONGO PRAZOS	141.814.502.432		141.814.502.432
160 - RECURSOS DAS OPERAÇÕES OFICIAIS DE CRÉDITO	2.419.986.399		2.419.986.399
162 - RECURSOS PRIMÁRIOS PARA AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA PÚBLICA	12.126.397		12.126.397
163 - RECURSOS PRÓPRIOS DECORRENTES DA ALIENAÇÃO DE BENS E DIREITOS DO PATRIMÔNIO PÚBLICO	1.556.813.865		1.556.813.865
164 - TÍTULOS DA DÍVIDA AGRÁRIA	53.497.638		53.497.638
166 - RECURSOS FINANCEIROS DE APLICAÇÃO VINCULADA	19.608.591		19.608.591
169 - CONTRIBUIÇÃO PATRONAL PARA O PLANO DE SEGURIDADE SOCIAL DO SERVIDOR PÚBLICO	22.320.432.670		22.320.432.670



CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO
Relatório da Receita do Orçamento de 2018 - PL nº 20/2017-CN

R\$ 1,00

Fonte de Recursos	PL (A)	Reestimativa (B)	Posição Atual (A+B)
171 - RECURSOS DAS OPERAÇÕES OFICIAIS DE CRÉDITO - RETORNO DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO - BEA/BIB	622.052.389		622.052.389
172 - OUTRAS CONTRIBUIÇÕES ECONÔMICAS	4.182.135.129	10.068.063	4.192.203.192
173 - RECURSOS DAS OPERAÇÕES OFICIAIS DE CRÉDITO - RETORNO DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO - ESTADOS E MUNICÍPIOS	22.002.599.696		22.002.599.696
174 - TAXAS E MULTAS PELO EXERCÍCIO DO PODER DE POLÍCIA E MULTAS PROVENIENTES DE PROCESSOS JUDICIAIS	8.273.075.331		8.273.075.331
175 - TAXAS POR SERVIÇOS PÚBLICOS	7.380.646		7.380.646
176 - OUTRAS CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS	1.969.842.650		1.969.842.650
178 - FUNDO DE FISCALIZAÇÃO DAS TELECOMUNICAÇÕES	2.194.134.566		2.194.134.566
180 - RECURSOS PRÓPRIOS FINANCEIROS	49.005.949.516		49.005.949.516
181 - RECURSOS DE CONVÊNIOS	780.769.956		780.769.956
183 - PAGAMENTO PELO USO DE RECURSOS HÍDRICOS	209.052.811		209.052.811
184 - CONTRIBUIÇÕES SOBRE A REMUNERAÇÃO DEVIDA AO TRABALHADOR E RELATIVA À DESPEDIDA DE EMPREGADO SEM JUSTA CAUSA	3.821.811.361		3.821.811.361
186 - RECURSOS VINCULADOS A APLICAÇÕES EM POLÍTICAS PÚBLICAS ESPECÍFICAS	17.991.523.489		17.991.523.489
187 - ALIENAÇÃO DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS	257.751		257.751
188 - REMUNERAÇÃO DAS DISPONIBILIDADES DO TESOUREIRO NACIONAL	92.832.641.199		92.832.641.199
194 - DOAÇÕES PARA O COMBATE À FOME	2.311		2.311
195 - DOAÇÕES DE ENTIDADES INTERNACIONAIS	30.814.351		30.814.351
196 - DOAÇÕES DE PESSOAS FÍSICAS E INSTITUIÇÕES PÚBLICAS E PRIVADAS NACIONAIS	68.139.261		68.139.261
197 - DIVIDENDOS DA UNIÃO	6.782.000.000		6.782.000.000
246 - OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS - EM MOEDA	4.352.770		4.352.770
250 - RECURSOS PRÓPRIOS NÃO-FINANCEIROS	10.267.960.077		10.267.960.077
263 - RECURSOS PRÓPRIOS DECORRENTES DA ALIENAÇÃO DE BENS E DIREITOS DO PATRIMÔNIO PÚBLICO	76.904.261		76.904.261
280 - RECURSOS PRÓPRIOS FINANCEIROS	7.000.426.642		7.000.426.642
281 - RECURSOS DE CONVÊNIOS	173.407.238		173.407.238
293 - PRODUTO DA APLICAÇÃO DOS RECURSOS A CONTA DO SALÁRIO - EDUCAÇÃO	143.561.909		143.561.909
296 - DOAÇÕES DE PESSOAS FÍSICAS E INSTITUIÇÕES PÚBLICAS E PRIVADAS NACIONAIS	202.144.250		202.144.250
900 - RECURSOS ORDINÁRIOS - CONDICIONADOS	5.295.840.000	171.472.200	5.467.312.200
901 - TRANSFERÊNCIAS DO IMPOSTO SOBRE A RENDA E SOBRE PRODUTOS INDUSTRIALIZADOS - CONDICIONADOS	5.088.160.000	164.747.800	5.252.907.800
954 - RECURSOS DO REGIME GERAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL - CONDICIONADOS	8.370.939.980	41.991.985	8.412.931.965
956 - CONTRIBUIÇÃO DO SERVIDOR PARA O PLANO DE SEGURIDADE SOCIAL DO SERVIDOR PÚBLICO - CONDICIONADOS	2.212.640.548		2.212.640.548
969 - CONTRIBUIÇÃO PATRONAL PARA O PLANO DE SEGURIDADE SOCIAL DO SERVIDOR PÚBLICO - CONDICIONADOS	2.759.020.224		2.759.020.224
Total	3.500.837.633.386	5.583.449.246	3.506.421.082.632



CONGRESSO NACIONAL

COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO

Relatório da Receita - Proposta Orçamentária da União para 2018 - PL nº 0020/2017 - CN

Emendas à Receita Aprovadas ou Aprovadas Parcialmente

<i>Natureza</i>	<i>Unidade Orçamentária</i>	<i>Esfera</i>	<i>Tipo</i>	<i>Fonte</i>	<i>Valor</i>
Autor <i>Relator de Receita</i> Emenda 80990001 Parecer: Aprovada					
11110111	Imposto sobre a Importação - Principal	98000	Rec. Tesouro	F A 100	183.779.535
Total :					183.779.535
Autor <i>Relator de Receita</i> Emenda 80990002 Parecer: Aprovada					
11130211	Imposto sobre a Renda de Pessoa Jurídica - IRPJ - Líquida de Incentivos - Principal	74914	Rec. Sup. do F. C. FCO	F A 101	3.455.761
11130211	Imposto sobre a Renda de Pessoa Jurídica - IRPJ - Líquida de Incentivos - Principal	74915	Rec. Sup. do F. C. FNE	F A 101	10.367.282
11130211	Imposto sobre a Renda de Pessoa Jurídica - IRPJ - Líquida de Incentivos - Principal	73108	Transf. Const - M.Fazenda	F A 101	264.941.644
11130211	Imposto sobre a Renda de Pessoa Jurídica - IRPJ - Líquida de Incentivos - Principal	98000	Rec. Tesouro	F A 100	293.739.648
11130211	Imposto sobre a Renda de Pessoa Jurídica - IRPJ - Líquida de Incentivos - Principal	74913	Rec. Sup. do F. C. FNO	F A 101	3.455.761
Total :					575.960.096
Autor <i>Relator de Receita</i> Emenda 80990003 Parecer: Aprovada					
11130321	Imposto sobre a Renda - Retido na Fonte - Capital - Principal	74914	Rec. Sup. do F. C. FCO	F A 901	2.017.320
11130321	Imposto sobre a Renda - Retido na Fonte - Capital - Principal	74915	Rec. Sup. do F. C. FNE	F A 901	6.051.960
11130321	Imposto sobre a Renda - Retido na Fonte - Capital - Principal	73108	Transf. Const - M.Fazenda	F A 901	154.661.200
11130321	Imposto sobre a Renda - Retido na Fonte - Capital - Principal	98000	Rec. Tesouro	F A 900	171.472.200
11130321	Imposto sobre a Renda - Retido na Fonte - Capital - Principal	74913	Rec. Sup. do F. C. FNO	F A 901	2.017.320
Total :					336.220.000
Autor <i>Relator de Receita</i> Emenda 80990004 Parecer: Aprovada					
11130331	Imposto sobre a Renda - Retido na Fonte - Remessa ao Exterior - Principal	74914	Rec. Sup. do F. C. FCO	F A 101	758.235
11130331	Imposto sobre a Renda - Retido na Fonte - Remessa ao Exterior - Principal	74915	Rec. Sup. do F. C. FNE	F A 101	2.274.704
11130331	Imposto sobre a Renda - Retido na Fonte - Remessa ao Exterior - Principal	73108	Transf. Const - M.Fazenda	F A 101	58.131.331
11130331	Imposto sobre a Renda - Retido na Fonte - Remessa ao Exterior - Principal	98000	Rec. Tesouro	F A 100	64.449.953
11130331	Imposto sobre a Renda - Retido na Fonte - Remessa ao Exterior - Principal	74913	Rec. Sup. do F. C. FNO	F A 101	758.235
Total :					126.372.458

**CONGRESSO NACIONAL****COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO**

Relatório da Receita - Proposta Orçamentária da União para 2018 - PL nº 0020/2017 - CN

Emendas à Receita Aprovadas ou Aprovadas Parcialmente

<i>Natureza</i>	<i>Unidade Orçamentária</i>	<i>Esfera</i>	<i>Tipo</i>	<i>Fonte</i>	<i>Valor</i>	
Autor Relator de Receita						
Emenda 80990005 Parecer: Aprovada						
11130341	Imposto sobre a Renda - Retido na Fonte - Outros Rendimentos - Principal	74914	Rec. Sup. do F. C.	FCO	F A 101	333.514
11130341	Imposto sobre a Renda - Retido na Fonte - Outros Rendimentos - Principal	74915	Rec. Sup. do F. C.	FNE	F A 101	1.000.541
11130341	Imposto sobre a Renda - Retido na Fonte - Outros Rendimentos - Principal	73108	Transf. Const - M.Fazenda		F A 101	25.569.376
11130341	Imposto sobre a Renda - Retido na Fonte - Outros Rendimentos - Principal	98000	Rec. Tesouro		F A 100	28.348.656
11130341	Imposto sobre a Renda - Retido na Fonte - Outros Rendimentos - Principal	74913	Rec. Sup. do F. C.	FNO	F A 101	333.514
Total :					55.585.601	

Autor Relator de Receita						
Emenda 80990006 Parecer: Aprovada						
11140131	Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI - Automóveis - Principal	74914	Rec. Sup. do F. C.	FCO	F A 101	120.323
11140131	Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI - Automóveis - Principal	74915	Rec. Sup. do F. C.	FNE	F A 101	360.970
11140131	Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI - Automóveis - Principal	73108	Transf. Const - M.Fazenda		F A 101	11.230.176
11140131	Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI - Automóveis - Principal	98000	Rec. Tesouro		F A 100	8.222.093
11140131	Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI - Automóveis - Principal	74913	Rec. Sup. do F. C.	FNO	F A 101	120.323
Total :					20.053.885	

Autor Relator de Receita						
Emenda 80990007 Parecer: Aprovada						
11140141	Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI - Vinculados à Importação - Principal	74914	Rec. Sup. do F. C.	FCO	F A 101	475.442
11140141	Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI - Vinculados à Importação - Principal	74915	Rec. Sup. do F. C.	FNE	F A 101	1.426.327
11140141	Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI - Vinculados à Importação - Principal	73108	Transf. Const - M.Fazenda		F A 101	44.374.608
11140141	Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI - Vinculados à Importação - Principal	98000	Rec. Tesouro		F A 100	32.488.552
11140141	Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI - Vinculados à Importação - Principal	74913	Rec. Sup. do F. C.	FNO	F A 101	475.442
Total :					79.240.371	

Autor Relator de Receita					
Emenda 80990008 Parecer: Aprovada					

**CONGRESSO NACIONAL****COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO**

Relatório da Receita - Proposta Orçamentária da União para 2018 - PL nº 0020/2017 - CN

Emendas à Receita Aprovadas ou Aprovadas Parcialmente

<i>Natureza</i>	<i>Unidade Orçamentária</i>	<i>Esfera</i>	<i>Tipo</i>	<i>Fonte</i>	<i>Valor</i>
11140151 Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI - Outros Produtos - Principal	74914 Rec. Sup. do F. C. FCO	F	A	101	693.740
11140151 Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI - Outros Produtos - Principal	74915 Rec. Sup. do F. C. FNE	F	A	101	2.081.221
11140151 Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI - Outros Produtos - Principal	73108 Transf. Const - M.Fazenda	F	A	101	64.749.103
11140151 Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI - Outros Produtos - Principal	98000 Rec. Tesouro	F	A	100	47.405.592
11140151 Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI - Outros Produtos - Principal	74913 Rec. Sup. do F. C. FNO	F	A	101	693.740
Total :					115.623.396

Autor Relator de Receita**Emenda 80990009 Parecer: Aprovada**

11150121 Imposto sobre Operações Financeiras - IOF - Demais Operações - Principal	98000 Rec. Tesouro	F	A	100	183.034.308
Total :					183.034.308

Autor Relator de Receita**Emenda 80990010 Parecer: Aprovada**

12100111 Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS - Principal	98000 Rec. Tesouro	S	A	153	833.635.298
12100111 Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS - Principal	98000 Rec. Tesouro	F	A	100	357.272.270
Total :					1.190.907.568

Autor Relator de Receita**Emenda 80990011 Parecer: Aprovada**

12100211 Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL - Principal	98000 Rec. Tesouro	F	A	100	101.403.923
12100211 Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL - Principal	98000 Rec. Tesouro	S	A	151	236.609.153
Total :					338.013.076

Autor Relator de Receita**Emenda 80990012 Parecer: Aprovada**

12100311 Contribuições para o Regime Geral de Previdência Social - RGPS - Principal	55902 F. Regime Geral Prev. Social	S	A	954	41.991.985
12100311 Contribuições para o Regime Geral de Previdência Social - RGPS - Principal	55902 F. Regime Geral Prev. Social	S	A	154	1.869.613.379
Total :					1.911.605.364

Autor Relator de Receita**Emenda 80990013 Parecer: Aprovada**

12100911 Contribuição para os Programas de Integração Social e de Formação do Patrimônio do Servidor Público	40901 FAT	S	A	140	132.821.621
--	-----------	---	---	-----	-------------



CONGRESSO NACIONAL

COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO

Relatório da Receita - Proposta Orçamentária da União para 2018 - PL nº 0020/2017 - CN

Emendas à Receita Aprovadas ou Aprovadas Parcialmente

<i>Natureza</i>	<i>Unidade Orçamentária</i>	<i>Esfera</i>	<i>Tipo</i>	<i>Fonte</i>	<i>Valor</i>		
12100911	Contribuição para os Programas de Integração Social e de Formação do Patrimônio do Servidor Público	40901	FAT	F	A	140	88.547.748
12100911	Contribuição para os Programas de Integração Social e de Formação do Patrimônio do Servidor Público	98000	Rec. Tesouro	F	A	100	94.872.587
Total :							316.241.956
Autor Relator de Receita		Emenda 80990014 Parecer: Aprovada					
12101211	Contribuição Social do Salário-Educação - Principal	26298	FNDE	F	A	113	42.119.726
12101211	Contribuição Social do Salário-Educação - Principal	73107	Rec. sob Sup. do M. Educação	F	A	113	63.179.589
Total :							105.299.315
Autor Relator de Receita		Emenda 80990015 Parecer: Aprovada					
12200711	Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico - CIDE - Remessas ao Exterior - Principal	24901	FNDCT	F	A	172	10.068.063
12200711	Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico - CIDE - Remessas ao Exterior - Principal	98000	Rec. Tesouro	F	A	100	4.314.884
Total :							14.382.947
Autor Relator de Receita		Emenda 80990016 Parecer: Aprovada					
12200811	Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico - CIDE-Combustíveis - Importação - Principal	73108	Transf. Const - M.Fazenda	F	A	111	1.805.503
12200811	Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico - CIDE-Combustíveis - Importação - Principal	98000	Rec. Tesouro	F	A	111	3.094.260
12200811	Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico - CIDE-Combustíveis - Importação - Principal	98000	Rec. Tesouro	F	A	100	1.326.111
Total :							6.225.874
Autor Relator de Receita		Emenda 80990017 Parecer: Aprovada					
12200821	Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico - CIDE-Combustíveis - Comercialização - Principal	73108	Transf. Const - M.Fazenda	F	A	111	7.222.014
12200821	Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico - CIDE-Combustíveis - Comercialização - Principal	98000	Rec. Tesouro	F	A	100	5.304.445
12200821	Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico - CIDE-Combustíveis - Comercialização - Principal	98000	Rec. Tesouro	F	A	111	12.377.037
Total :							24.903.496

**CONGRESSO NACIONAL****COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO**

Relatório da Receita - Proposta Orçamentária da União para 2018 - PL nº 0020 / 2017 - CN

Emendas à Receita Inadmitidas, Rejeitadas, Retiradas e Prejudicadas

<i>Natureza</i>	<i>Unidade Orçamentária</i>	<i>Tipo</i>	<i>Valor</i>
Autor Carlos Zarattini Emenda 25200020 Parecer: Inadmitida			
11130110 Imposto sobre a Renda de Pessoa Física - IRPF	98000 Rec. Tesouro	A	12.000.000.000
			Total : 12.000.000.000
Autor Carlos Zarattini Emenda 25200021 Parecer: Inadmitida			
11130330 Imposto sobre a Renda - Retido na Fonte - Remessa ao Exterior	98000 Rec. Tesouro	A	2.500.000.000
			Total : 2.500.000.000
Autor Carlos Zarattini Emenda 25200022 Parecer: Inadmitida			
11130210 Imposto sobre a Renda de Pessoa Jurídica - IRPJ - Líquida de Incentivos	98000 Rec. Tesouro	A	5.300.000.000
			Total : 5.300.000.000
Autor Carlos Zarattini Emenda 25200023 Parecer: Inadmitida			
11130110 Imposto sobre a Renda de Pessoa Física - IRPF	98000 Rec. Tesouro	A	58.300.000.000
			Total : 58.300.000.000
Autor Caio Narcio Emenda 30630020 Parecer: Inadmitida			
17200011 Transferências dos Estados e do Distrito Federal e de suas Entidades - Principal	98000 Rec. Tesouro	A	4.000.000
			Total : 4.000.000



CONGRESSO NACIONAL

COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO

Relatório da Receita - Proposta Orçamentária da União para 2018 - PL nº 0020/2017

Emendas à Receita por Autor

<i>Natureza</i>	<i>Unidade Orçamentária</i>	<i>Esfera</i>	<i>Tipo</i>	<i>Fonte</i>	<i>Valor</i>
Autor Carlos Zarattini		Emenda 25200020 Parecer: Inadmitida			
11130110	Imposto sobre a Renda de Pessoa Física - IRPF	98000	Rec. Tesouro	A	12.000.000.000
Total :					12.000.000.000
Autor Carlos Zarattini		Emenda 25200021 Parecer: Inadmitida			
11130330	Imposto sobre a Renda - Retido na Fonte - Remessa ao Exterior	98000	Rec. Tesouro	A	2.500.000.000
Total :					2.500.000.000
Autor Carlos Zarattini		Emenda 25200022 Parecer: Inadmitida			
11130210	Imposto sobre a Renda de Pessoa Jurídica - IRPJ - Líquida de Incentivos	98000	Rec. Tesouro	A	5.300.000.000
Total :					5.300.000.000
Autor Carlos Zarattini		Emenda 25200023 Parecer: Inadmitida			
11130110	Imposto sobre a Renda de Pessoa Física - IRPF	98000	Rec. Tesouro	A	58.300.000.000
Total :					58.300.000.000
Autor Caio Narcio		Emenda 30630020 Parecer: Inadmitida			
17200011	Transferências dos Estados e do Distrito Federal e de suas Entidades - Principal	98000	Rec. Tesouro	A	4.000.000
Total :					4.000.000
Autor Relator de Receita		Emenda 80990001 Parecer: Aprovada			
11110111	Imposto sobre a Importação - Principal	98000	Rec. Tesouro	F A 100	183.779.535
Total :					183.779.535
Autor Relator de Receita		Emenda 80990002 Parecer: Aprovada			
11130211	Imposto sobre a Renda de Pessoa Jurídica - IRPJ - Líquida de Incentivos - Principal	73108	Transf. Const - M.Fazenda	F A 101	264.941.644
11130211	Imposto sobre a Renda de Pessoa Jurídica - IRPJ - Líquida de Incentivos - Principal	74913	Rec. Sup. do F. C. FNO	F A 101	3.455.761
11130211	Imposto sobre a Renda de Pessoa Jurídica - IRPJ - Líquida de Incentivos - Principal	74914	Rec. Sup. do F. C. FCO	F A 101	3.455.761
11130211	Imposto sobre a Renda de Pessoa Jurídica - IRPJ - Líquida de Incentivos - Principal	74915	Rec. Sup. do F. C. FNE	F A 101	10.367.282
11130211	Imposto sobre a Renda de Pessoa Jurídica - IRPJ - Líquida de Incentivos - Principal	98000	Rec. Tesouro	F A 100	293.739.648
Total :					575.960.096
Autor Relator de Receita		Emenda 80990003 Parecer: Aprovada			



CONGRESSO NACIONAL

COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO

Relatório da Receita - Proposta Orçamentária da União para 2018 - PL nº 0020/2017

Emendas à Receita por Autor

<i>Natureza</i>	<i>Unidade Orçamentária</i>	<i>Esfera</i>	<i>Tipo</i>	<i>Fonte</i>	<i>Valor</i>
11130321 Imposto sobre a Renda - Retido na Fonte - Capital - Principal	73108 Transf. Const - M.Fazenda	F	A	901	154.661.200
11130321 Imposto sobre a Renda - Retido na Fonte - Capital - Principal	74913 Rec. Sup. do F. C. FNO	F	A	901	2.017.320
11130321 Imposto sobre a Renda - Retido na Fonte - Capital - Principal	74914 Rec. Sup. do F. C. FCO	F	A	901	2.017.320
11130321 Imposto sobre a Renda - Retido na Fonte - Capital - Principal	74915 Rec. Sup. do F. C. FNE	F	A	901	6.051.960
11130321 Imposto sobre a Renda - Retido na Fonte - Capital - Principal	98000 Rec. Tesouro	F	A	900	171.472.200
Total :					336.220.000

Autor Relator de Receita

Emenda 80990004 Parecer: Aprovada

11130331 Imposto sobre a Renda - Retido na Fonte - Remessa ao Exterior - Principal	73108 Transf. Const - M.Fazenda	F	A	101	58.131.331
11130331 Imposto sobre a Renda - Retido na Fonte - Remessa ao Exterior - Principal	74913 Rec. Sup. do F. C. FNO	F	A	101	758.235
11130331 Imposto sobre a Renda - Retido na Fonte - Remessa ao Exterior - Principal	74914 Rec. Sup. do F. C. FCO	F	A	101	758.235
11130331 Imposto sobre a Renda - Retido na Fonte - Remessa ao Exterior - Principal	74915 Rec. Sup. do F. C. FNE	F	A	101	2.274.704
11130331 Imposto sobre a Renda - Retido na Fonte - Remessa ao Exterior - Principal	98000 Rec. Tesouro	F	A	100	64.449.953
Total :					126.372.458

Autor Relator de Receita

Emenda 80990005 Parecer: Aprovada

11130341 Imposto sobre a Renda - Retido na Fonte - Outros Rendimentos - Principal	73108 Transf. Const - M.Fazenda	F	A	101	25.569.376
11130341 Imposto sobre a Renda - Retido na Fonte - Outros Rendimentos - Principal	74913 Rec. Sup. do F. C. FNO	F	A	101	333.514
11130341 Imposto sobre a Renda - Retido na Fonte - Outros Rendimentos - Principal	74914 Rec. Sup. do F. C. FCO	F	A	101	333.514
11130341 Imposto sobre a Renda - Retido na Fonte - Outros Rendimentos - Principal	74915 Rec. Sup. do F. C. FNE	F	A	101	1.000.541
11130341 Imposto sobre a Renda - Retido na Fonte - Outros Rendimentos - Principal	98000 Rec. Tesouro	F	A	100	28.348.656
Total :					55.585.601

Autor Relator de Receita

Emenda 80990006 Parecer: Aprovada

11140131 Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI - Automóveis - Principal	73108 Transf. Const - M.Fazenda	F	A	101	11.230.176
11140131 Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI - Automóveis - Principal	74913 Rec. Sup. do F. C. FNO	F	A	101	120.323



CONGRESSO NACIONAL

COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO

Relatório da Receita - Proposta Orçamentária da União para 2018 - PL nº 0020/2017

Emendas à Receita por Autor

<i>Natureza</i>	<i>Unidade Orçamentária</i>	<i>Esfera</i>	<i>Tipo</i>	<i>Fonte</i>	<i>Valor</i>
11140131 Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI - Automóveis - Principal	74914 Rec. Sup. do F. C. FCO	F	A	101	120.323
11140131 Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI - Automóveis - Principal	74915 Rec. Sup. do F. C. FNE	F	A	101	360.970
11140131 Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI - Automóveis - Principal	98000 Rec. Tesouro	F	A	100	8.222.093
Total :					20.053.885

Autor Relator de Receita

Emenda 80990007 Parecer: Aprovada

11140141 Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI - Vinculados à Importação - Principal	73108 Transf. Const - M.Fazenda	F	A	101	44.374.608
11140141 Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI - Vinculados à Importação - Principal	74913 Rec. Sup. do F. C. FNO	F	A	101	475.442
11140141 Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI - Vinculados à Importação - Principal	74914 Rec. Sup. do F. C. FCO	F	A	101	475.442
11140141 Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI - Vinculados à Importação - Principal	74915 Rec. Sup. do F. C. FNE	F	A	101	1.426.327
11140141 Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI - Vinculados à Importação - Principal	98000 Rec. Tesouro	F	A	100	32.488.552
Total :					79.240.371

Autor Relator de Receita

Emenda 80990008 Parecer: Aprovada

11140151 Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI - Outros Produtos - Principal	73108 Transf. Const - M.Fazenda	F	A	101	64.749.103
11140151 Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI - Outros Produtos - Principal	74913 Rec. Sup. do F. C. FNO	F	A	101	693.740
11140151 Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI - Outros Produtos - Principal	74914 Rec. Sup. do F. C. FCO	F	A	101	693.740
11140151 Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI - Outros Produtos - Principal	74915 Rec. Sup. do F. C. FNE	F	A	101	2.081.221
11140151 Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI - Outros Produtos - Principal	98000 Rec. Tesouro	F	A	100	47.405.592
Total :					115.623.396

Autor Relator de Receita

Emenda 80990009 Parecer: Aprovada

11150121 Imposto sobre Operações Financeiras - IOF - Demais Operações - Principal	98000 Rec. Tesouro	F	A	100	183.034.308
Total :					183.034.308

Autor Relator de Receita

Emenda 80990010 Parecer: Aprovada



CONGRESSO NACIONAL

COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO

Relatório da Receita - Proposta Orçamentária da União para 2018 - PL nº 0020/2017

Emendas à Receita por Autor

<i>Natureza</i>	<i>Unidade Orçamentária</i>	<i>Esfera</i>	<i>Tipo</i>	<i>Fonte</i>	<i>Valor</i>
12100111 Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS - Principal	98000 Rec. Tesouro	F	A	100	357.272.270
12100111 Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS - Principal	98000 Rec. Tesouro	S	A	153	833.635.298
Total :					1.190.907.568

Autor Relator de Receita

Emenda 80990011 Parecer: Aprovada

12100211 Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL - Principal	98000 Rec. Tesouro	F	A	100	101.403.923
12100211 Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL - Principal	98000 Rec. Tesouro	S	A	151	236.609.153
Total :					338.013.076

Autor Relator de Receita

Emenda 80990012 Parecer: Aprovada

12100311 Contribuições para o Regime Geral de Previdência Social - RGPS - Principal	55902 F. Regime Geral Prev. Social	S	A	154	1.869.613.379
12100311 Contribuições para o Regime Geral de Previdência Social - RGPS - Principal	55902 F. Regime Geral Prev. Social	S	A	954	41.991.985
Total :					1.911.605.364

Autor Relator de Receita

Emenda 80990013 Parecer: Aprovada

12100911 Contribuição para os Programas de Integração Social e de Formação do Patrimônio do Servidor Público	40901 FAT	F	A	140	88.547.748
12100911 Contribuição para os Programas de Integração Social e de Formação do Patrimônio do Servidor Público	40901 FAT	S	A	140	132.821.621
12100911 Contribuição para os Programas de Integração Social e de Formação do Patrimônio do Servidor Público	98000 Rec. Tesouro	F	A	100	94.872.587
Total :					316.241.956

Autor Relator de Receita

Emenda 80990014 Parecer: Aprovada

12101211 Contribuição Social do Salário-Educação - Principal	26298 FNDE	F	A	113	42.119.726
12101211 Contribuição Social do Salário-Educação - Principal	73107 Rec. sob Sup. do M. Educação	F	A	113	63.179.589
Total :					105.299.315

Autor Relator de Receita

Emenda 80990015 Parecer: Aprovada

12200711 Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico - CIDE - Remessas ao Exterior - Principal	24901 FNDCT	F	A	172	10.068.063
12200711 Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico - CIDE - Remessas ao Exterior - Principal	98000 Rec. Tesouro	F	A	100	4.314.884
Total :					14.382.947

**CONGRESSO NACIONAL****COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO**

Relatório da Receita - Proposta Orçamentária da União para 2018 - PL nº 0020/2017

Emendas à Receita por Autor

<i>Natureza</i>	<i>Unidade Orçamentária</i>	<i>Esfera</i>	<i>Tipo</i>	<i>Fonte</i>	<i>Valor</i>
Autor Relator de Receita					
Emenda 80990016 Parecer: Aprovada					
12200811	Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico - CIDE-Combustíveis - Importação - Principal	73108	Transf. Const - M.Fazenda	F A 111	1.805.503
12200811	Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico - CIDE-Combustíveis - Importação - Principal	98000	Rec. Tesouro	F A 100	1.326.111
12200811	Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico - CIDE-Combustíveis - Importação - Principal	98000	Rec. Tesouro	F A 111	3.094.260
Total :					6.225.874
Autor Relator de Receita					
Emenda 80990017 Parecer: Aprovada					
12200821	Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico - CIDE-Combustíveis - Comercialização - Principal	73108	Transf. Const - M.Fazenda	F A 111	7.222.014
12200821	Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico - CIDE-Combustíveis - Comercialização - Principal	98000	Rec. Tesouro	F A 100	5.304.445
12200821	Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico - CIDE-Combustíveis - Comercialização - Principal	98000	Rec. Tesouro	F A 111	12.377.037
Total :					24.903.496



Espelho de Emendas de Relator à Receita

AUTOR DA EMENDA

8099 - Relator de Receita

EMENDA

80990001

MODALIDADE DA EMENDA

Relator da Receita

ESFERA	UNIDADE ORÇAMENTÁRIA	NATUREZA RECEITA	VALOR
1 Orçamento Fiscal	98000 Receita do Tesouro da União	11110111 Imposto sobre a Importação - Principal	183.779.535

JUSTIFICATIVA

Corrigir erros e omissões do PLOA 2018, com fulcro na CF 1988, art. 166, § 3º, III, a.

AUTOR DA EMENDA

8099 - Relator de Receita

EMENDA

80990002

MODALIDADE DA EMENDA

Relator da Receita

ESFERA	UNIDADE ORÇAMENTÁRIA	NATUREZA RECEITA	VALOR
1 Orçamento Fiscal	98000 Receita do Tesouro da União	11130211 Imposto sobre a Renda de Pessoa Jurídica - IRPJ - Líquida de Incentivos - Principal	293.739.648
1 Orçamento Fiscal	73108 Transferências Constitucionais - Recursos sob Supervisão do Ministério da Fazenda	11130211 Imposto sobre a Renda de Pessoa Jurídica - IRPJ - Líquida de Incentivos - Principal	264.941.644
1 Orçamento Fiscal	74913 Recursos sob Supervisão do Fundo Constitucional de Financiamento do Norte/FNO - Min Integração Nacional	11130211 Imposto sobre a Renda de Pessoa Jurídica - IRPJ - Líquida de Incentivos - Principal	3.455.761
1 Orçamento Fiscal	74915 Recursos sob Supervisão do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste/FNE - Min Integração Nacional	11130211 Imposto sobre a Renda de Pessoa Jurídica - IRPJ - Líquida de Incentivos - Principal	10.367.282
1 Orçamento Fiscal	74914 Recursos sob Supervisão do Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste/FCO - Min Integração Nacional	11130211 Imposto sobre a Renda de Pessoa Jurídica - IRPJ - Líquida de Incentivos - Principal	3.455.761

JUSTIFICATIVA

Corrigir erros e omissões do PLOA/2018, com fulcro 1988, art. 166, § 3º, III, a

AUTOR DA EMENDA

8099 - Relator de Receita

EMENDA

80990003

MODALIDADE DA EMENDA

Relator da Receita

ESFERA	UNIDADE ORÇAMENTÁRIA	NATUREZA RECEITA	VALOR
1 Orçamento Fiscal	74915 Recursos sob Supervisão do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste/FNE - Min Integração Nacional	11130321 Imposto sobre a Renda - Retido na Fonte - Capital - Principal	6.051.960
1 Orçamento Fiscal	74913 Recursos sob Supervisão do Fundo	11130321 Imposto sobre a Renda - Retido na Fonte - Capital - Principal	2.017.320



Espelho de Emendas de Relator à Receita

AUTOR DA EMENDA

EMENDA

8099 - Relator de Receita

80990003

		Constitucional de Financiamento do Norte/FNO - Min Integração Nacional	11130321			
1	Orçamento Fiscal	98000	Receita do Tesouro da União	11130321	Imposto sobre a Renda - Retido na Fonte - Capital - Principal	171.472.200
1	Orçamento Fiscal	74914	Recursos sob Supervisão do Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste/FCO - Min Integração Nacional	11130321	Imposto sobre a Renda - Retido na Fonte - Capital - Principal	2.017.320
1	Orçamento Fiscal	73108	Transferências Constitucionais - Recursos sob Supervisão do Ministério da Fazenda	11130321	Imposto sobre a Renda - Retido na Fonte - Capital - Principal	154.661.200

JUSTIFICATIVA

Corrigir erros e omissões do PLOA/2018, com fulcro 1988, art. 166, § 3º, III, a

AUTOR DA EMENDA

EMENDA

8099 - Relator de Receita

80990004

MODALIDADE DA EMENDA

Relator da Receita

ESFERA	UNIDADE ORÇAMENTÁRIA	NATUREZA RECEITA	VALOR			
1	Orçamento Fiscal	74914	Recursos sob Supervisão do Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste/FCO - Min Integração Nacional	11130331	Imposto sobre a Renda - Retido na Fonte - Remessa ao Exterior - Principal	758.235
1	Orçamento Fiscal	74915	Recursos sob Supervisão do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste/FNE - Min Integração Nacional	11130331	Imposto sobre a Renda - Retido na Fonte - Remessa ao Exterior - Principal	2.274.704
1	Orçamento Fiscal	98000	Receita do Tesouro da União	11130331	Imposto sobre a Renda - Retido na Fonte - Remessa ao Exterior - Principal	64.449.953
1	Orçamento Fiscal	74913	Recursos sob Supervisão do Fundo Constitucional de Financiamento do Norte/FNO - Min Integração Nacional	11130331	Imposto sobre a Renda - Retido na Fonte - Remessa ao Exterior - Principal	758.235
1	Orçamento Fiscal	73108	Transferências Constitucionais - Recursos sob Supervisão do Ministério da Fazenda	11130331	Imposto sobre a Renda - Retido na Fonte - Remessa ao Exterior - Principal	58.131.331

JUSTIFICATIVA

Corrigir erros e omissões do PLOA/2018, com fulcro 1988, art. 166, § 3º, III, a



Espelho de Emendas de Relator à Receita

AUTOR DA EMENDA

8099 - Relator de Receita

EMENDA

80990005

MODALIDADE DA EMENDA

Relator da Receita

ESFERA	UNIDADE ORÇAMENTÁRIA	NATUREZA RECEITA	VALOR
1 Orçamento Fiscal	73108 Transferências Constitucionais - Recursos sob Supervisão do Ministério da Fazenda	11130341 Imposto sobre a Renda - Retido na Fonte - Outros Rendimentos - Principal	25.569.376
1 Orçamento Fiscal	74915 Recursos sob Supervisão do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste/FNE - Min Integração Nacional	11130341 Imposto sobre a Renda - Retido na Fonte - Outros Rendimentos - Principal	1.000.541
1 Orçamento Fiscal	74913 Recursos sob Supervisão do Fundo Constitucional de Financiamento do Norte/FNO - Min Integração Nacional	11130341 Imposto sobre a Renda - Retido na Fonte - Outros Rendimentos - Principal	333.514
1 Orçamento Fiscal	98000 Receita do Tesouro da União	11130341 Imposto sobre a Renda - Retido na Fonte - Outros Rendimentos - Principal	28.348.656
1 Orçamento Fiscal	74914 Recursos sob Supervisão do Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste/FCO - Min Integração Nacional	11130341 Imposto sobre a Renda - Retido na Fonte - Outros Rendimentos - Principal	333.514

JUSTIFICATIVA

Corrigir erros e omissões do PLOA/2018, com fulcro 1988, art. 166, § 3º, III, a

AUTOR DA EMENDA

8099 - Relator de Receita

EMENDA

80990006

MODALIDADE DA EMENDA

Relator da Receita

ESFERA	UNIDADE ORÇAMENTÁRIA	NATUREZA RECEITA	VALOR
1 Orçamento Fiscal	73108 Transferências Constitucionais - Recursos sob Supervisão do Ministério da Fazenda	11140131 Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI - Automóveis - Principal	11.230.176
1 Orçamento Fiscal	74915 Recursos sob Supervisão do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste/FNE - Min Integração Nacional	11140131 Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI - Automóveis - Principal	360.970
1 Orçamento Fiscal	74913 Recursos sob Supervisão do Fundo Constitucional de Financiamento do Norte/FNO - Min Integração Nacional	11140131 Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI - Automóveis - Principal	120.323
1 Orçamento Fiscal	74914 Recursos sob Supervisão do Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste/FCO - Min Integração Nacional	11140131 Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI - Automóveis - Principal	120.323
1 Orçamento Fiscal	98000 Receita do Tesouro da União	11140131 Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI - Automóveis - Principal	8.222.093



Espelho de Emendas de Relator à Receita

AUTOR DA EMENDA

8099 - Relator de Receita

EMENDA

80990006

JUSTIFICATIVA

Corrigir erros e omissões do PLOA/2018, com fulcro 1988, art. 166, § 3º, III, a

AUTOR DA EMENDA

8099 - Relator de Receita

EMENDA

80990007

MODALIDADE DA EMENDA

Relator da Receita

ESFERA	UNIDADE ORÇAMENTÁRIA	NATUREZA RECEITA	VALOR
1 Orçamento Fiscal	74914 Recursos sob Supervisão do Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste/FCO - Min Integração Nacional	11140141 Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI - Vinculados à Importação - Principal	475.442
1 Orçamento Fiscal	74913 Recursos sob Supervisão do Fundo Constitucional de Financiamento do Norte/FNO - Min Integração Nacional	11140141 Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI - Vinculados à Importação - Principal	475.442
1 Orçamento Fiscal	74915 Recursos sob Supervisão do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste/FNE - Min Integração Nacional	11140141 Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI - Vinculados à Importação - Principal	1.426.327
1 Orçamento Fiscal	98000 Receita do Tesouro da União	11140141 Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI - Vinculados à Importação - Principal	32.488.552
1 Orçamento Fiscal	73108 Transferências Constitucionais - Recursos sob Supervisão do Ministério da Fazenda	11140141 Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI - Vinculados à Importação - Principal	44.374.608

JUSTIFICATIVA

Corrigir erros e omissões do PLOA/2018, com fulcro 1988, art. 166, § 3º, III, a

AUTOR DA EMENDA

8099 - Relator de Receita

EMENDA

80990008

MODALIDADE DA EMENDA

Relator da Receita

ESFERA	UNIDADE ORÇAMENTÁRIA	NATUREZA RECEITA	VALOR
1 Orçamento Fiscal	73108 Transferências Constitucionais - Recursos sob Supervisão do Ministério da Fazenda	11140151 Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI - Outros Produtos - Principal	64.749.103
1 Orçamento Fiscal	98000 Receita do Tesouro da União	11140151 Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI - Outros Produtos - Principal	47.405.592



Espelho de Emendas de Relator à Receita

AUTOR DA EMENDA

8099 - Relator de Receita

EMENDA

80990008

1	Orçamento Fiscal	74914	Recursos sob Supervisão do Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste/FCO - Min Integração Nacional	11140151	Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI - Outros Produtos - Principal	693.740
1	Orçamento Fiscal	74913	Recursos sob Supervisão do Fundo Constitucional de Financiamento do Norte/FNO - Min Integração Nacional	11140151	Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI - Outros Produtos - Principal	693.740
1	Orçamento Fiscal	74915	Recursos sob Supervisão do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste/FNE - Min Integração Nacional	11140151	Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI - Outros Produtos - Principal	2.081.221

JUSTIFICATIVA

Corrigir erros e omissões do PLOA/2018, com fulcro 1988, art. 166, § 3º, III, a

AUTOR DA EMENDA

8099 - Relator de Receita

EMENDA

80990009

MODALIDADE DA EMENDA

Relator da Receita

ESFERA	UNIDADE ORÇAMENTÁRIA	NATUREZA RECEITA	VALOR	
1	Orçamento Fiscal	98000 Receita do Tesouro da União	11150121 Imposto sobre Operações Financeiras - IOF - Demais Operações - Principal	183.034.308

JUSTIFICATIVA

Corrigir erros e omissões do PLOA/2018, com fulcro 1988, art. 166, § 3º, III, a

AUTOR DA EMENDA

8099 - Relator de Receita

EMENDA

80990010

MODALIDADE DA EMENDA

Relator da Receita

ESFERA	UNIDADE ORÇAMENTÁRIA	NATUREZA RECEITA	VALOR	
1	Orçamento Fiscal	98000 Receita do Tesouro da União	12100111 Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS - Principal	357.272.270
2	Orçamento da Seguridade Social	98000 Receita do Tesouro da União	12100111 Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS - Principal	833.635.298

JUSTIFICATIVA

Corrigir erros e omissões do PLOA/2018, com fulcro 1988, art. 166, § 3º, III, a



Espelho de Emendas de Relator à Receita

AUTOR DA EMENDA

8099 - Relator de Receita

EMENDA

80990011

MODALIDADE DA EMENDA

Relator da Receita

ESFERA	UNIDADE ORÇAMENTÁRIA	NATUREZA RECEITA	VALOR
2 Orçamento da Seguridade Social	98000 Receita do Tesouro da União	12100211 Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL - Principal	236.609.153
1 Orçamento Fiscal	98000 Receita do Tesouro da União	12100211 Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL - Principal	101.403.923

JUSTIFICATIVA

Corrigir erros e omissões do PLOA/2018, com fulcro 1988, art. 166, § 3º, III, a

AUTOR DA EMENDA

8099 - Relator de Receita

EMENDA

80990012

MODALIDADE DA EMENDA

Relator da Receita

ESFERA	UNIDADE ORÇAMENTÁRIA	NATUREZA RECEITA	VALOR
2 Orçamento da Seguridade Social	55902 Fundo do Regime Geral de Previdência Social	12100311 Contribuições para o Regime Geral de Previdência Social - RGPS - Principal	1.911.605.364

JUSTIFICATIVA

Corrigir erros e omissões do PLOA/2018, com fulcro 1988, art. 166, § 3º, III, a

AUTOR DA EMENDA

8099 - Relator de Receita

EMENDA

80990013

MODALIDADE DA EMENDA

Relator da Receita

ESFERA	UNIDADE ORÇAMENTÁRIA	NATUREZA RECEITA	VALOR
1 Orçamento Fiscal	98000 Receita do Tesouro da União	12100911 Contribuição para os Programas de Integração Social e de Formação do Patrimônio do Servidor Público	94.872.587
2 Orçamento da Seguridade Social	40901 Fundo de Amparo ao Trabalhador	12100911 Contribuição para os Programas de Integração Social e de Formação do Patrimônio do Servidor Público	132.821.621
1 Orçamento Fiscal	40901 Fundo de Amparo ao Trabalhador	12100911 Contribuição para os Programas de Integração Social e de Formação do Patrimônio do Servidor Público	88.547.748

JUSTIFICATIVA

Corrigir erros e omissões do PLOA/2018, com fulcro 1988, art. 166, § 3º, III, a



Espelho de Emendas de Relator à Receita

AUTOR DA EMENDA

8099 - Relator de Receita

EMENDA

80990014

MODALIDADE DA EMENDA

Relator da Receita

ESFERA	UNIDADE ORÇAMENTÁRIA	NATUREZA RECEITA	VALOR
1 Orçamento Fiscal	26298 Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação	12101211 Contribuição Social do Salário-Educação - Principal	42.119.726
1 Orçamento Fiscal	73107 Recursos sob Supervisão do Ministério da Educação	12101211 Contribuição Social do Salário-Educação - Principal	63.179.589

JUSTIFICATIVA

Corrigir erros e omissões do PLOA/2018, com fulcro 1988, art. 166, § 3º, III, a

AUTOR DA EMENDA

8099 - Relator de Receita

EMENDA

80990015

MODALIDADE DA EMENDA

Relator da Receita

ESFERA	UNIDADE ORÇAMENTÁRIA	NATUREZA RECEITA	VALOR
1 Orçamento Fiscal	98000 Receita do Tesouro da União	12200711 Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico - CIDE - Remessas ao Exterior - Principal	4.314.884
1 Orçamento Fiscal	24901 Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico	12200711 Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico - CIDE - Remessas ao Exterior - Principal	10.068.063

JUSTIFICATIVA

Corrigir erros e omissões do PLOA/2018, com fulcro 1988, art. 166, § 3º, III, a.

AUTOR DA EMENDA

8099 - Relator de Receita

EMENDA

80990016

MODALIDADE DA EMENDA

Relator da Receita

ESFERA	UNIDADE ORÇAMENTÁRIA	NATUREZA RECEITA	VALOR
1 Orçamento Fiscal	73108 Transferências Constitucionais - Recursos sob Supervisão do Ministério da Fazenda	12200811 Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico - CIDE-Combustíveis - Importação - Principal	1.805.503
1 Orçamento Fiscal	98000 Receita do Tesouro da União	12200811 Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico - CIDE-Combustíveis - Importação - Principal	4.420.371

JUSTIFICATIVA

Corrigir erros e omissões do PLOA/2018, com fulcro 1988, art. 166, § 3º, III, a



Espelho de Emendas de Relator à Receita

AUTOR DA EMENDA

8099 - Relator de Receita

EMENDA

80990017

MODALIDADE DA EMENDA

Relator da Receita

ESFERA	UNIDADE ORÇAMENTÁRIA	NATUREZA RECEITA	VALOR
1 Orçamento Fiscal	98000 Receita do Tesouro da União	12200821 Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico - CIDE-Combustíveis - Comercialização - Principal	17.681.482
1 Orçamento Fiscal	73108 Transferências Constitucionais - Recursos sob Supervisão do Ministério da Fazenda	12200821 Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico - CIDE-Combustíveis - Comercialização - Principal	7.222.014

JUSTIFICATIVA

Corrigir erros e omissões do PLOA/2018, com fulcro 1988, art. 166, § 3º, III, a.



CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO
Relatório da Receita - Proposta Orçamentária para 2018 - PL nº 0020/2017 - CN
Espelho de Emendas Apresentadas à Receita

AUTOR DA EMENDA

EMENDA

3063 - Caio Narcio

30630020

TIPO DA EMENDA

Receita

NATUREZA RECEITA	UNIDADE ORÇAMENTÁRIA	ESFERA	VALOR
17200011 Transferências dos Estados e do Distrito Federal e de suas Entidades - Principal	98000 Receita do Tesouro da União	F	4.000.000

JUSTIFICATIVA

A presente emenda busca incorporar a previsão da receita de convênios cuja CPRM - Serviços Geológicos do Brasil está firmando com a Agência Reguladora de Águas, Energia e Saneamento Básico do Distrito Federal (ADASA) e com a Companhia de Desenvolvimento Econômico de Minas Gerais (CODEMIG).

Presentemente, estão sendo negociados 02 (dois) convênios na área de hidrologia, um com o Distrito Federal, para a realização do monitoramento das redes de águas superficiais e subterrâneas e o outro, com o Estado de Minas Gerais, relacionados com a caracterização hidrogeológica das áreas de influência das estâncias hidrominerais - Circuito das Águas - MG.

Para ambos os casos não se dispõe de orçamento, estimado em R\$ 4.000.000,00 (quatro milhões de reais) na fonte 281, para o exercício de 2018, havendo necessidade de suplementação de recurso, no orçamento da CPRM, nas ações "2397 - Levantamentos Hidrogeológicos" e "20L9 - Informações de Alerta de Cheias e Inundações".

JUSTIFICATIVA PARA SUPLEMENTAÇÃO DE RECURSO, NA FONTE 281, RELATIVO ÀS AÇÕES "2397 - LEVANTAMENTOS HIDROGEOLÓGICOS" e "20L9 - INFORMAÇÕES DE ALERTA DE CHEIAS E INUNDAÇÕES"

A redução do recurso institucional nas ações acima referidas tem ensejado a realização de parcerias e permitido otimizar a aplicação dos recursos públicos em ações de elevado benefício social. Desta forma estamos negociando convênios com o Distrito Federal e o Estado de Minas Gerais, para a execução de projetos, abaixo enumerados, de elevados valores públicos.

A) OPERAÇÃO DE REDES DE MONITORAMENTO DE ÁGUAS SUPERFICIAIS E SUBTERRÂNEAS DO DISTRITO FEDERAL PARA A ADASA - AGÊNCIA REGULADORA DE ÁGUAS, ENERGIA E SANEAMENTO BÁSICO DO DISTRITO FEDERAL

Nos últimos anos o Distrito Federal vem enfrentando uma severa crise de estiagens, exigindo a aplicação de uma política de racionamento do uso da água.

A ADASA - Agência Reguladora de Águas, Energia e Saneamento Básico do Distrito Federal, tem como missão institucional a regulação dos usos das águas e dos serviços públicos com o intuito de promover a gestão sustentável dos recursos hídricos e a qualidade dos serviços de energia e saneamento básico em benefício da sociedade. Neste sentido a ADASA propôs à CPRM uma parceria para realizar serviços de operação e manutenção da rede de monitoramento de águas superficiais e subterrâneas do Distrito Federal.

O monitoramento hidrológico constitui elemento básico e fundamental para uma gestão sustentável dos recursos hídricos, principalmente, em ambiente de escassez hídrica. Por outro lado a CPRM detém competências essenciais, conforme alinhadas acima, para execução destes serviços, cuja parceria, segundo manifestação da ADASA será fundamental para alavancar o funcionamento da rede de monitoramento das águas superficiais e subterrâneas do Distrito Federal, uma vez que a CPRM é uma empresa especializada em geologia e hidrologia, com notório saber na área, além de prestar serviços de hidrologia para outras instituições com objetivos correlatos, como a Agência Nacional de Águas-ANA.

Uma análise jurídica identificou que o instrumento adequado para realização deste serviço seria a modalidade de Convênio.

A estimativa orçamentária para execução de tais serviços, por 01 (um) ano, a partir de 2018, envolverá recurso da ordem de 2.000.000,00 (dois milhões de reais) sendo R\$ 1.000.000,00 (hum milhão de reais) para operar a rede de monitoramento de águas superficiais e R\$ 1.000.000,00 (hum milhão de reais) para operar a rede de monitoramento de águas subterrâneas. Tais serviços deverão ser alocados na fonte 281, das ações acima mencionadas.



CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO
Relatório da Receita - Proposta Orcamentária para 2018 - PL nº 0020/2017 - CN
Espelho de Emendas Apresentadas à Receita

Finalmente cabe destacar que estes serviços irão permitir, além de uma futura integração das redes de monitoramento hidrológico superficial e subterrâneo, gerar informações hidrogeológicas e do meio físico, que darão suporte a gestão efetiva dos recursos hídricos do Distrito Federal.

B) CARACTERIZAÇÃO HIDROGEOLÓGICA DAS ÁREAS DE INFLUÊNCIA DAS ESTÂNCIAS HIDROMINERAIS – CIRCUITO DAS ÁGUAS – MG PARA A COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICA DE MINAS GERAIS – MG

A região do Circuito das Águas vivenciou, em um passado recente, um desenvolvimento econômico do turismo associado às fontes hidrominerais com qualidades terapêuticas que atraíam turistas de todas as regiões do país e do mundo. Contudo, por falta de planejamento estratégico e investimento em infraestrutura, o turismo da região passou por períodos de decadência e perdeu espaço para outras regiões do país que investiram na atividade turística de forma mais efetiva. Mesmo assim, o turismo ainda é uma importante atividade econômica na região.

A urbanização desordenada com o desmatamento de áreas de preservação e adensamento urbano no entorno dos parques das águas, contribuíram para a descaracterização do patrimônio histórico, natural, cultural e socioeconômico da região. No início da década de 90 surgiu, entre as comunidades locais, grande apreensão quanto à forma de exploração das águas minerais e seu reflexo na qualidade das mesmas, bem como uma série de questionamentos de cunho ambiental voltados à preservação do potencial hidromineral da região. Tal preocupação advinha da constatação de que algumas fontes estavam apresentando variação nas vazões e alterações na qualidade.

A demanda da sociedade civil por dispositivos de controle da exploração das águas minerais e de ordenamento territorial fez o governo estadual, através da COMIG, realizar um convenio com a CPRM para executar o estudo geoambiental da região do Circuito das Águas que foi finalizado em 1997.

Desde então, poucas ações institucionais promoveram conhecimento para atender as inquietações da sociedade civil organizada quanto à degradação do patrimônio histórico, natural, cultural e socioeconômico.

O estudo se justifica como oportuno, considerando o intervalo de 20 anos da primeira avaliação, para apresentar a comunidade uma caracterização qualitativa e quantitativa atualizada das ocorrências hidrominerais, resultante de estudos investigativos sistemáticos, que possam subsidiar as políticas públicas na manutenção e valorização do inestimável patrimônio natural e cultural das estâncias do Circuito das Águas.

O estudo proposto pela Companhia de Desenvolvimento Econômica de Minas Gerais - CODEMIG objetiva caracterização hidrogeológica das estâncias hidrominerais de Águas de Contendas, Cambuquira, Caxambu, Lambari, consistindo e atualizando os dados existentes complementando, dentro do possível, com a utilização de novas tecnologias de investigação para avançar no conhecimento das ocorrências hidrominerais, proporcionando subsídios técnicos para a gestão dos recursos hídricos e do uso e ocupação do solo nas bacias a montante dos Parques das Águas e entorno.

Este trabalho está perfeitamente alinhado com as atribuições institucionais da CPRM e se reveste de grande importância, uma vez que possibilitará a melhor gestão das estâncias hidrominerais de Lambari, Caxambu, Cambuquira e Águas de Contendas, neste primeiro estágio. Sendo um importante trabalho de avanço no conhecimento hidrogeológico da região consolidando os estudos já realizados pela CPRM na década de 90, os quais são hoje utilizados amplamente pelo setor turístico e econômico desta singular região, servindo muitas vezes como base de informações na resolução de conflitos socioeconômicos e ambientais.

Vale destacar que a CODEMIG é uma parceira histórica da CPRM onde deposita total credibilidade nos resultados dos trabalhos desenvolvidos com a nossa empresa, sendo exemplo de trabalhos conjuntos: levantamento aerogeofísico de todo estado de Minas Gerais, Projeto Leste, Mapa Geológico de Estado e Estudos Hidrogeológicos Sul de Minas e Araxá.

O presente estudo a ser realizado, na modalidade de convênio, exige um aporte de recurso, na fonte 281, da ordem de R\$ 2.000.000,00 (dois milhões de reais), a ser considerado, na ação "2397 - Levantamentos Hidrogeológicos".



CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO
Relatório da Receita - Proposta Orçamentária para 2018 - PL nº 0020/2017 - CN
Espelho de Emendas Apresentadas à Receita

AUTOR DA EMENDA

2520 - Carlos Zarattini

EMENDA

25200020

TIPO DA EMENDA

Receita

NATUREZA RECEITA	UNIDADE ORÇAMENTÁRIA	ESFERA	VALOR
11130110 Imposto sobre a Renda de Pessoa Física - IRPF	98000 Receita do Tesouro da União	F	12.000.000.000

JUSTIFICATIVA

De modo a eliminar a distorção criada pelo não reajuste em 2016 e 2017, propõe-se nesta emenda corrigir a tabela progressiva do IRPF assim como as respectivas deduções previstas na legislação pela inflação acumulada nos anos de 2016, 2017 e 2018. Para isso, sugere-se a utilização do IPCA verificado em 2016 e as projeções oficiais para o índice constantes da LDO 2017, respectivamente, 6,29%, 4,8% e 4,5%, totalizando 16,40% nos três anos.

Além disso, propõe-se elevar o rendimento mensal da isenção do imposto para R\$3.000. Finalmente, buscando aumentar a progressividade do imposto e do sistema tributário brasileiro de maneira geral, fazendo com que aqueles que ganham mais também paguem relativamente mais, mas mantendo alíquotas que não desestimulem a atividade individual e que sejam compatíveis com o que é praticado nos países que sustentam um sistema de bem-estar social como o previsto na Constituição brasileira, propõe-se a criação de duas novas faixas de tributação: de 32,5% para quem ganha mensalmente entre R\$ 10.000,00 e R\$ 20.000,00, e de 37,5% para quem ganha mensalmente acima de R\$ 20.000,00.

O aumento estimado da receita foi calculado a partir dos dados sobre rendimentos isentos e não-tributáveis divulgados pela Receita Federal do Brasil para 2015 atualizados pela inflação.

AUTOR DA EMENDA

2520 - Carlos Zarattini

EMENDA

25200021

TIPO DA EMENDA

Receita

NATUREZA RECEITA	UNIDADE ORÇAMENTÁRIA	ESFERA	VALOR
11130330 Imposto sobre a Renda - Retido na Fonte - Remessa ao Exterior	98000 Receita do Tesouro da União	F	2.500.000.000

JUSTIFICATIVA

Esta emenda propõe sanar uma importante distorção existente na legislação tributária nacional. Para isso, revoga a isenção do imposto de renda sobre os rendimentos dos títulos públicos quando pagos a beneficiário residente no exterior. O dispositivo revogado não apenas favorece o rendimento do capital, isento, em relação ao salário, rendimento do trabalhador, tributado, como favorece o investidor residente no exterior em relação àquele residente no país.

O aumento estimado da receita foi calculado a partir da estimativa de renúncia prevista na Exposição de Motivos da MP 281/2006 que introduziu a isenção que a presente emenda revoga, atualizada pelo aumento da dívida pública mobiliária e da participação dos estrangeiros nessa dívida.

AUTOR DA EMENDA

2520 - Carlos Zarattini

EMENDA

25200022

TIPO DA EMENDA

Receita

NATUREZA RECEITA	UNIDADE ORÇAMENTÁRIA	ESFERA	VALOR
11130210 Imposto sobre a Renda de Pessoa Jurídica - IRPJ - Líquida de Incentivos	98000 Receita do Tesouro da União	F	5.300.000.000

JUSTIFICATIVA

Esta emenda propõe sanar uma importante distorção atualmente existente na legislação tributária nacional. Para isso, elimina a possibilidade de dedução dos juros sobre o capital próprio pagos aos acionistas para fins de apuração do lucro real, que



CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO
Relatório da Receita - Proposta Orçamentária para 2018 - PL nº 0020/2017 - CN
Espelho de Emendas Apresentadas à Receita

constitui uma singularidade da legislação brasileira que beneficia os detentores de capital e não possui impacto relevante sobre o crescimento econômico. O aumento estimado da receita foi calculado a partir dos dados sobre receitas e despesas de juros sobre capital próprio divulgados pela Receita Federal do Brasil para 2012 atualizados pela inflação.

AUTOR DA EMENDA

2520 - Carlos Zarattini

EMENDA

25200023

TIPO DA EMENDA

Receita

NATUREZA RECEITA	UNIDADE ORÇAMENTÁRIA	ESFERA	VALOR
11130110 Imposto sobre a Renda de Pessoa Física - IRPF	98000 Receita do Tesouro da União	F	58.300.000.000

JUSTIFICATIVA

A presente emenda propõe sanar uma importante distorção atualmente existente no regramento da legislação tributária nacional. Para isso, revoga a atual isenção do imposto de renda devido sobre lucros e dividendos pagos pelas empresas. Dentre os países da OCDE, organização que engloba as economias mais desenvolvidas do mundo e vários países emergentes, a isenção do imposto de renda sobre lucros e dividendos, introduzida no Brasil no final de 1995, apenas existe na Estônia. Tal singularidade não surpreende, já que é difícil justificar que, como hoje ocorre no Brasil, enquanto a renda do trabalho é tributada, a renda paga aos detentores do capital não o seja. O aumento estimado da receita foi calculado a partir dos dados sobre rendimentos isentos e não-tributáveis divulgados pela Receita Federal do Brasil para 2015 atualizados pela inflação.



CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
Relatório da Receita - Proposta Orçamentária da União para 2018 - PL nº 0020/2017
Pareceres às Emendas de Renúncia de Receita Inadmitidas, Rejeitadas, Retiradas e Prejudicadas

Emendas de Renúncia de Receita Inadmitidas

<i>Emenda</i>	<i>Autor</i>	<i>Natureza</i>	<i>UO</i>	<i>Esf.</i>	<i>Tipo Fte.</i>	<i>Valor</i>	<i>Parecer</i>
24970026	Chico D'angelo						Inadmitida
12100910	Contribuição para os Programas de Integração Social e de Formação do Patrimônio do Servidor Público	42206 - ANCINE		R		-455.567	
11140150	Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI - Outros Produtos	42206 - ANCINE		R		-5.492.370	
12100110	Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS	42206 - ANCINE		R		-2.322.316	
11110101	Receita do Principal do Imposto sobre a Importação	42206 - ANCINE		R		-2.476.693	
					Total :	-10.746.946	
28850015	Humberto Costa						Inadmitida
11130210	Imposto sobre a Renda de Pessoa Jurídica - IRPJ - Líquida de Incentivos	42206 - ANCINE		R		-89.997.318	
					Total :	-89.997.318	



CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
Relatório da Receita - Proposta Orçamentária da União para 2018 - PL nº 0020/2017
Pareceres às Emendas de Renúncia de Receita Inadmitidas, Rejeitadas, Retiradas e Prejudicadas

Emendas de Renúncia de Receita Inadmitidas

<i>Emenda</i>	<i>Autor</i>	<i>Natureza</i>	<i>UO</i>	<i>Esf.</i>	<i>Tipo Fte.</i>	<i>Valor</i>	<i>Parecer</i>
28850016	Humberto Costa						<i>Inadmitida</i>
12100910		Contribuição para os Programas de Integração Social e de Formação do Patrimônio do Servidor Público	42206 - ANCINE		R	-455.567	
11140150		Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI - Outros Produtos	42206 - ANCINE		R	-5.492.370	
12100110		Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS	42206 - ANCINE		R	-2.322.316	
11110101		Receita do Principal do Imposto sobre a Importação	42206 - ANCINE		R	-2.476.693	
Total :						-10.746.946	



CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO
Relatório da Receita - Proposta Orçamentária da União para 2018 - PL nº 0020/2017
Pareceres às Emendas de Renúncia de Receita Inadmitidas, Rejeitadas, Retiradas e Prejudicadas

Emendas de Renúncia de Receita Inadmitidas

<i>Emenda</i>	<i>Autor</i>	<i>Natureza</i>	<i>UO</i>	<i>Esf.</i>	<i>Tipo Fte.</i>	<i>Valor</i>	<i>Parecer</i>
28870004	Marta Suplicy						Inadmitida
12100910	Contribuição para os Programas de Integração Social e de Formação do Patrimônio do Servidor Público	42206 - ANCINE		R		-455.567	
11140150	Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI - Outros Produtos	42206 - ANCINE		R		-5.492.370	
12100110	Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS	42206 - ANCINE		R		-2.322.316	
11110101	Receita do Principal do Imposto sobre a Importação	42206 - ANCINE		R		-2.476.693	
Total :						-10.746.946	
28870005	Marta Suplicy						Inadmitida
11130210	Imposto sobre a Renda de Pessoa Jurídica - IRPJ - Líquida de Incentivos	42206 - ANCINE		R		-89.997.318	
Total :						-89.997.318	



CONGRESSO NACIONAL

COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO

Relatório da Receita - Proposta Orçamentária da União para 2018 - PL nº 0020/2017

Pareceres às Emendas de Renúncia de Receita por Autor

<i>Natureza</i>	<i>Unidade Orçamentária</i>	<i>Esfera</i>	<i>Tipo</i>	<i>Fonte</i>	<i>Valor</i>
Autor Chico D'angelo Emenda 24970026 Parecer: Inadmitida					
11110101	Receita do Principal do Imposto sobre a Importação	42206	ANCINE	R	-2.476.693
11140150	Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI - Outros Produtos	42206	ANCINE	R	-5.492.370
12100110	Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS	42206	ANCINE	R	-2.322.316
12100910	Contribuição para os Programas de Integração Social e de Formação do Patrimônio do Servidor Público	42206	ANCINE	R	-455.567
Total :					-10.746.946
Autor Humberto Costa Emenda 28850015 Parecer: Inadmitida					
11130210	Imposto sobre a Renda de Pessoa Jurídica - IRPJ - Líquida de Incentivos	42206	ANCINE	R	-89.997.318
Total :					-89.997.318
Autor Humberto Costa Emenda 28850016 Parecer: Inadmitida					
11110101	Receita do Principal do Imposto sobre a Importação	42206	ANCINE	R	-2.476.693
11140150	Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI - Outros Produtos	42206	ANCINE	R	-5.492.370
12100110	Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS	42206	ANCINE	R	-2.322.316
12100910	Contribuição para os Programas de Integração Social e de Formação do Patrimônio do Servidor Público	42206	ANCINE	R	-455.567
Total :					-10.746.946
Autor Marta Suplicy Emenda 28870004 Parecer: Inadmitida					
11110101	Receita do Principal do Imposto sobre a Importação	42206	ANCINE	R	-2.476.693
11140150	Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI - Outros Produtos	42206	ANCINE	R	-5.492.370
12100110	Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS	42206	ANCINE	R	-2.322.316
12100910	Contribuição para os Programas de Integração Social e de Formação do Patrimônio do Servidor Público	42206	ANCINE	R	-455.567
Total :					-10.746.946
Autor Marta Suplicy Emenda 28870005 Parecer: Inadmitida					
11130210	Imposto sobre a Renda de Pessoa Jurídica - IRPJ - Líquida de Incentivos	42206	ANCINE	R	-89.997.318
Total :					-89.997.318



Espelho de Emendas Apresentadas de Renúncia de Receita

AUTOR DA EMENDA

EMENDA

2497 - Chico D'angelo

24970026

MODALIDADE DA EMENDA

Deputado Federal

PROPOSIÇÃO CORRELATA:

ORIGEM: Senado Federal

TIPO: PLV

NÚMERO: 33/2017

AUTOR: Comissão Mista da MPV 796/17

ESFERA	UNIDADE ORÇAMENTÁRIA	NATUREZA RECEITA	VALOR
1 Orçamento Fiscal	42206 ANCINE	12100910 Contribuição para os Programas de Integração Social e de Formação do Patrimônio do Servidor Público	455.567
1 Orçamento Fiscal	42206 ANCINE	12100110 Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS	2.322.316
1 Orçamento Fiscal	42206 ANCINE	11140150 Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI - Outros Produtos	5.492.370
1 Orçamento Fiscal	42206 ANCINE	11110101 Receita do Principal do Imposto sobre a Importação	2.476.693

COMPENSAÇÃO DE RECEITA:

ESFERA	UNIDADE ORÇAMENTÁRIA	NATUREZA RECEITA	VALOR
1 Orçamento Fiscal	42206 Agência Nacional do Cinema	11130210 Imposto sobre a Renda de Pessoa Jurídica - IRPJ - Líquida de Incentivos	10.746.946

JUSTIFICATIVA

A compensação será realizada diminuindo a renúncia do PRONAC, além de ter sido solicitada a inclusão no novo PLOA a ser enviado pelo Executivo. A presente emenda é meritória e oportuna por permitir que os mecanismos de incentivo à expansão do parque exibidor e da produção cinematográfica previstos no RECINE e na Lei do Audiovisual, que se revelaram extremamente exitosos, sigam produzindo efeitos. Esses mecanismos tem sido vetores importantes para os investimentos em obras brasileiras de cinema e televisão, gerando empregos qualificados e um crescimento significativo do setor audiovisual. Tanto o RECINE quanto os mecanismos previstos na Lei do Audiovisual têm-se mostrado muito eficientes ao promover o fortalecimento da economia da cultura no País, resgatando nossa vocação para a produção cinematográfica. Ademais, é de se considerar que tais incentivos compõem a pauta financeira das empresas e os orçamentos da União há muitos anos: 24 anos, no caso do art. 1º da Lei do Audiovisual; 16 anos, para os FUNCINES; e 11 anos, no caso do art. 1ºA, que para a produção de filmes substituiu a Lei 8.313, de 1990, há 28 anos. Não é recomendável uma ruptura com políticas tão longas e bem-sucedidas. Nesse período, a política de incentivos fiscais atrelados à produção cinematográfica foi um sucesso e transcorreu sem grandes sobressaltos garantindo uma política de longo prazo, garantindo o aumento contínuo e permanente da produção de filmes brasileiros. Pelo exposto, solicitamos apoio à presente emenda.

AUTOR DA EMENDA

EMENDA

2885 - Humberto Costa

28850015

MODALIDADE DA EMENDA

Senador

PROPOSIÇÃO CORRELATA:

ORIGEM: Senado Federal

TIPO: PLV

NÚMERO: 33/217

AUTOR: Comissão Mista MPV 796/17

ESFERA

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA

NATUREZA RECEITA

VALOR



Espelho de Emendas Apresentadas de Renúncia de Receita

AUTOR DA EMENDA	EMENDA
2885 - Humberto Costa	28850015

ESFERA	UNIDADE ORÇAMENTÁRIA	NATUREZA RECEITA	VALOR
1 Orçamento Fiscal	42206 ANCINE	11130210 Imposto sobre a Renda de Pessoa Jurídica - IRPJ - Líquida de Incentivos	89.997.318

COMPENSAÇÃO DE RECEITA:

ESFERA	UNIDADE ORÇAMENTÁRIA	NATUREZA RECEITA	VALOR
1 Orçamento Fiscal	42206 Agência Nacional do Cinema	11130110 Imposto sobre a Renda de Pessoa Física - IRPF	89.997.318

JUSTIFICATIVA

A compensação será realizada diminuindo a renúncia do PRONAC, além de ter sido solicitada a inclusão no novo PLOA a ser enviado pelo Executivo. A presente emenda é meritória e oportuna por permitir que os mecanismos de incentivo à expansão do parque exibidor e da produção cinematográfica previstos no RECINE e na Lei do Audiovisual, que se revelaram extremamente exitosos, sigam produzindo efeitos. Esses mecanismos tem sido vetores importantes para os investimentos em obras brasileiras de cinema e televisão, gerando empregos qualificados e um crescimento significativo do setor audiovisual. Tanto o RECINE quanto os mecanismos previstos na Lei do Audiovisual têm-se mostrado muito eficientes ao promover o fortalecimento da economia da cultura no País, resgatando nossa vocação para a produção cinematográfica. Ademais, é de se considerar que tais incentivos compõem a pauta financeira das empresas e os orçamentos da União há muitos anos: 24 anos, no caso do art. 1º da Lei do Audiovisual; 16 anos, para os FUNCINES; e 11 anos, no caso do art. 1ºA, que para a produção de filmes substituiu a Lei 8.313, de 1990, há 28 anos. Não é recomendável uma ruptura com políticas tão longas e bem-sucedidas. Nesse período, a política de incentivos fiscais atrelados à produção cinematográfica foi um sucesso e transcorreu sem grandes sobressaltos garantindo uma política de longo prazo, garantindo o aumento contínuo e permanente da produção de filmes brasileiros. Pelo exposto, solicitamos apoio à presente emenda.

AUTOR DA EMENDA	EMENDA
2885 - Humberto Costa	28850016

MODALIDADE DA EMENDA

Senador

PROPOSIÇÃO CORRELATA:

ORIGEM: Senado Federal TIPO: PLV NÚMERO: 33/2017

AUTOR: Comissão Mista da MPV 796/17

ESFERA	UNIDADE ORÇAMENTÁRIA	NATUREZA RECEITA	VALOR
1 Orçamento Fiscal	42206 ANCINE	12100910 Contribuição para os Programas de Integração Social e de Formação do Patrimônio do Servidor Público	455.567
1 Orçamento Fiscal	42206 ANCINE	12100110 Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS	2.322.316
1 Orçamento Fiscal	42206 ANCINE	11140150 Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI - Outros Produtos	5.492.370
1 Orçamento Fiscal	42206 ANCINE	11110101 Receita do Principal do Imposto sobre a Importação	2.476.693

COMPENSAÇÃO DE RECEITA:

ESFERA	UNIDADE ORÇAMENTÁRIA	NATUREZA RECEITA	VALOR
1 Orçamento Fiscal	42206 Agência Nacional do Cinema	11130210 Imposto sobre a Renda de Pessoa Jurídica - IRPJ - Líquida de Incentivos	10.746.946



Espelho de Emendas Apresentadas de Renúncia de Receita

AUTOR DA EMENDA

EMENDA

2885 - Humberto Costa

28850016

JUSTIFICATIVA

A compensação será realizada diminuindo a renúncia do PRONAC, além de ter sido solicitada a inclusão no novo PLOA a ser enviado pelo Executivo. A presente emenda é meritória e oportuna por permitir que os mecanismos de incentivo à expansão do parque exibidor e da produção cinematográfica previstos no RECINE e na Lei do Audiovisual, que se revelaram extremamente exitosos, sigam produzindo efeitos. Esses mecanismos tem sido vetores importantes para os investimentos em obras brasileiras de cinema e televisão, gerando empregos qualificados e um crescimento significativo do setor audiovisual. Tanto o RECINE quanto os mecanismos previstos na Lei do Audiovisual têm-se mostrado muito eficientes ao promover o fortalecimento da economia da cultura no País, resgatando nossa vocação para a produção cinematográfica. Ademais, é de se considerar que tais incentivos compõem a pauta financeira das empresas e os orçamentos da União há muitos anos: 24 anos, no caso do art. 1º da Lei do Audiovisual; 16 anos, para os FUNCINES; e 11 anos, no caso do art. 1ºA, que para a produção de filmes substituiu a Lei 8.313, de 1990, há 28 anos. Não é recomendável uma ruptura com políticas tão longas e bem-sucedidas. Nesse período, a política de incentivos fiscais atrelados à produção cinematográfica foi um sucesso e transcorreu sem grandes sobressaltos garantindo uma política de longo prazo, garantindo o aumento contínuo e permanente da produção de filmes brasileiros. Pelo exposto, solicitamos apoio à presente emenda.

AUTOR DA EMENDA

EMENDA

2887 - Marta Suplicy

28870004

MODALIDADE DA EMENDA

Senador

PROPOSIÇÃO CORRELATA:

ORIGEM: Senado Federal

TIPO: PLV

NÚMERO: 33/2017

AUTOR: Comissão Mista da MPV 796/17

ESFERA	UNIDADE ORÇAMENTÁRIA	NATUREZA RECEITA	VALOR
1 Orçamento Fiscal	42206 ANCINE	12100910 Contribuição para os Programas de Integração Social e de Formação do Patrimônio do Servidor Público	455.567
1 Orçamento Fiscal	42206 ANCINE	12100110 Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS	2.322.316
1 Orçamento Fiscal	42206 ANCINE	11140150 Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI - Outros Produtos	5.492.370
1 Orçamento Fiscal	42206 ANCINE	11110101 Receita do Principal do Imposto sobre a Importação	2.476.693

COMPENSAÇÃO DE RECEITA:

ESFERA	UNIDADE ORÇAMENTÁRIA	NATUREZA RECEITA	VALOR
1 Orçamento Fiscal	42206 Agência Nacional do Cinema	11130210 Imposto sobre a Renda de Pessoa Jurídica - IRPJ - Líquida de Incentivos	10.746.946

JUSTIFICATIVA

A compensação será realizada diminuindo a renúncia do PRONAC, além de ter sido solicitada a inclusão no novo PLOA a ser enviado pelo Executivo. A presente emenda é meritória e oportuna por permitir que os mecanismos de incentivo à expansão do parque exibidor e da produção cinematográfica previstos no RECINE e na Lei do Audiovisual, que se revelaram extremamente exitosos, sigam produzindo efeitos. Esses mecanismos tem sido vetores importantes para os investimentos em obras brasileiras de cinema e televisão, gerando empregos qualificados e um



Espelho de Emendas Apresentadas de Renúncia de Receita

AUTOR DA EMENDA

EMENDA

2887 - Marta Suplicy

28870004

crescimento significativo do setor audiovisual. Tanto o RECINE quanto os mecanismos previstos na Lei do Audiovisual têm-se mostrado muito eficientes ao promover o fortalecimento da economia da cultura no País, resgatando nossa vocação para a produção cinematográfica. Ademais, é de se considerar que tais incentivos compõem a pauta financeira das empresas e os orçamentos da União há muitos anos: 24 anos, no caso do art. 1º da Lei do Audiovisual; 16 anos, para os FUNCINES; e 11 anos, no caso do art. 1ºA, que para a produção de filmes substituiu a Lei 8.313, de 1990, há 28 anos. Não é recomendável uma ruptura com políticas tão longas e bem-sucedidas. Nesse período, a política de incentivos fiscais atrelados à produção cinematográfica foi um sucesso e transcorreu sem grandes sobressaltos garantindo uma política de longo prazo, garantindo o aumento contínuo e permanente da produção de filmes brasileiros. Pelo exposto, solicitamos apoio à presente emenda.

AUTOR DA EMENDA

EMENDA

2887 - Marta Suplicy

28870005

MODALIDADE DA EMENDA

Senador

PROPOSIÇÃO CORRELATA:

ORIGEM: Senado Federal

TIPO: PLV

NÚMERO: 33/217

AUTOR: Comissão Mista MPV 796/17

ESFERA	UNIDADE ORÇAMENTÁRIA	NATUREZA RECEITA	VALOR
1 Orçamento Fiscal	42206 ANCINE	11130210 Imposto sobre a Renda de Pessoa Jurídica - IRPJ - Líquida de Incentivos	89.997.318

COMPENSAÇÃO DE RECEITA:

ESFERA	UNIDADE ORÇAMENTÁRIA	NATUREZA RECEITA	VALOR
1 Orçamento Fiscal	42206 Agência Nacional do Cinema	11130110 Imposto sobre a Renda de Pessoa Física - IRPF	89.997.318

JUSTIFICATIVA

A compensação será realizada diminuindo a renúncia do PRONAC, além de ter sido solicitada a inclusão no novo PLOA a ser enviado pelo Executivo. A presente emenda é meritória e oportuna por permitir que os mecanismos de incentivo à expansão do parque exibidor e da produção cinematográfica previstos no RECINE e na Lei do Audiovisual, que se revelaram extremamente exitosos, sigam produzindo efeitos. Esses mecanismos tem sido vetores importantes para os investimentos em obras brasileiras de cinema e televisão, gerando empregos qualificados e um crescimento significativo do setor audiovisual. Tanto o RECINE quanto os mecanismos previstos na Lei do Audiovisual têm-se mostrado muito eficientes ao promover o fortalecimento da economia da cultura no País, resgatando nossa vocação para a produção cinematográfica. Ademais, é de se considerar que tais incentivos compõem a pauta financeira das empresas e os orçamentos da União há muitos anos: 24 anos, no caso do art. 1º da Lei do Audiovisual; 16 anos, para os FUNCINES; e 11 anos, no caso do art. 1ºA, que para a produção de filmes substituiu a Lei 8.313, de 1990, há 28 anos. Não é recomendável uma ruptura com políticas tão longas e bem-sucedidas. Nesse período, a política de incentivos fiscais atrelados à produção cinematográfica foi um sucesso e transcorreu sem grandes sobressaltos garantindo uma política de longo prazo, garantindo o aumento contínuo e permanente da produção de filmes brasileiros. Pelo exposto, solicitamos apoio à presente emenda.